

**Universidade do Minho**  
Escola de Economia e Gestão

Rui Manuel Moreira da Silva

**Serão as práticas policiais adequadas  
a uma resposta imediata ao crime?**



**Universidade do Minho**

Escola de Economia e Gestão

Rui Manuel Moreira da Silva

## **Serão as práticas policiais adequadas a uma resposta imediata ao crime?**

Dissertação de Mestrado  
Mestrado em Administração da Justiça

Trabalho realizado sob a orientação do  
**Professor Doutor Conde Monteiro**

## DECLARAÇÃO

Nome: RUI MANUEL MOREIRA DA SILVA

Endereço eletrónico: [ruisilva.m@gmail.com](mailto:ruisilva.m@gmail.com)

Telefone: +351 962 689 967

Número do bilhete de identidade: 9885931

Título dissertação/tese: Serão as práticas policiais adequadas a uma resposta imediata ao crime?

Orientador(es): Professor Doutor Conde Monteiro

Ano de conclusão: 2015

Designação do mestrado: ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

Declara que:

AUTORIZA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO,  
MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho,

Assinatura: \_\_\_\_\_

## AGRADECIMENTOS

«Deixem-me manter sempre a distância dos que pensam ter todas as respostas.»

Mary Olivier

Uma palavra de agradecimento à Universidade do Minho, seu corpo docente e colegas; aos profissionais de polícia com quem tive o privilégio de me cruzar e que me enriqueceram pessoal e profissionalmente. A um outro nível, agradecer significa muito pouco!



# **Serão as práticas policiais adequadas a uma resposta imediata ao crime?**

## **RESUMO**

É na dicotomia liberdade/segurança, ou na respetiva complementaridade, que a Constituição da República Portuguesa enquadra as funções da polícia, na defesa da legalidade democrática e na garantia da segurança interna e dos direitos dos cidadãos (art.º 27º n.º 1 e art.º 272º).

Partindo daqui, procuramos ao longo do presente trabalho responder a uma questão pouco teorizada, mas de extrema relevância prática: «Serão as práticas policiais adequadas a uma resposta imediata ao crime?».

E, porque se impunha, procuramos aferir se dentro de quadro legal de atuação da Polícia de Segurança Pública existem limitações à sua ação que interfiram positiva ou negativamente na sua capacidade de uma resposta imediata e se esta tem impacto na duração média das investigações.

O crime e a sua resposta (na perspetiva do seu resultado e celeridade), assume relevância constitucional, mas é socialmente que a mesma é (in)validada em conformidade com uma espécie de fiscalização dos mass media que, na ânsia do impacto, enchem páginas, telejornais ou programas «especializados». Ainda que, citando Pierre Bourdieu (como referido em Ramonet, 1999) «O que existe de mais terrível na comunicação é o inconsciente da comunicação».

Aos fatores acima expostos, acrescem – numa vertente indissociável de prevenção e investigação criminal – novos paradigmas: a sofisticação do delito, a organização e internacionalização dos respetivos autores, mas também aquilo a que Paul Ricoeur (1997) chama de «concorrência de cobiças» e, ainda ou sobretudo, uma nova visão e assunção sobre o papel/direitos das vítimas, que também se consubstancia no direito a uma justiça rápida.

Analizados os resultados obtidos quer da revisão bibliográfica, quer dos 127 inquéritos analisados, concluímos que não só não existem limitações legais a uma atuação rápida como esta tem um impacto direto na redução da duração média das investigações criminais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Polícia, Ministério Público, Eficácia, Gestão do local do crime.



## ABSTRACT

It is the dichotomy freedom / security, or its complement, that the Portuguese Constitution provides the framework for police functions in the defense of democratic legality and the safeguarding of internal security and citizens' rights (arts. 27 paragraph 1 and art. 272).

Starting from this point, we seek throughout this work to answer a poorly theorized question but that has an important practical relevance: “Are the police practices appropriate for an immediate response to crime?”.

And because it is necessary, we seek to assess whether within the legal framework of operation of the Public Security Police there are limitations to its action that interfere positively or negatively on their ability to an immediate response and whether this impacts on the average duration of investigations.

Crime and its response (in the view of its outcome and speed) assumes constitutional relevance, but is within our society that it is validated (or not), because of the monitoring that the media provide, in their eagerness for the impact, to fill newspaper pages and TV news “specialized” programs. Although, citing Pierre Bourdieu (as referred to in Ramonet, 1999) “What is most terrible in communication is the unconscious communication”.

We have to add – as an inseparable component for preventing and detecting crimes – new paradigms: the sophistication of the crimes, the organization and internationalization of its respective authors, but also what Paul Ricouer (1997) calls the “competition’s lust” and even, or especially, a new vision of the role / rights of victims, which is also embodied in their right to a fast legal system and justice.

Looking at the results obtained by the literature review, as well as the 127 surveys analyzed, we can conclude that not only there are no legal constraints to a rapid performance, but also that this has a direct impact on reducing the average duration of criminal investigations.

**KEYWORDS:** Police, Public Ministry, Efficiency, Crime scene management.





## Índice

|  |    |
|--|----|
| CAPÍTULO I.....  | 7  |
| 1. PRÁTICAS POLICIAIS .....  | 7  |
| 1.1 – Modelos de Polícia .....   | 7  |
| Investimento nas Polícias .....  | 7  |
| Dinâmicas Sociais do Crime.....  | 11 |
| 1.2 – Métodos de intervenção .....   | 13 |
| Estratégias de intervenção .....   | 13 |
| A Gestão do local do crime .....   | 17 |
| 1.3 – Impacto e consequências .....  | 19 |
| Prova material: sua importância.....   | 19 |
| Declarações para memória futura.....   | 23 |
| Testemunhas/Testemunho .....   | 26 |
| CAPÍTULO II.....   | 29 |
| 2. A PROBLEMÁTICA DA INTERVENÇÃO .....                                       | 29 |
| Política Criminal .....  | 31 |
| Produção legislativa .....   | 34 |
| 2.1 – Enquadramento legal .....  | 36 |
| Lei orgânica da Polícia de Segurança Pública .....                           | 36 |
| Estatuto do Pessoal Policial da Polícia de Segurança Pública .....           | 38 |
| Lei de Segurança Interna .....   | 41 |
| Lei de Organização da Investigação Criminal .....                            | 44 |
| Lei-Quadro de Política Criminal .....  | 47 |
| CAPÍTULO III .....   | 51 |
| 3. FACTORES DE MUDANÇA .....   | 51 |
| 3.1 – Considerações prévias .....  | 51 |
| 3.2 – Fatores operacionais .....   | 52 |
| 3.3 – Fatores económicos .....   | 55 |
| 3.4 – Fatores de fiabilidade.....  | 57 |
| CAPÍTULO IV .....  | 59 |
| 4. CONTEXTO DE INVESTIGAÇÃO .....  | 59 |
| 4.1 – Medidas cautelares e de polícia: considerações jurídicas .....         | 59 |
| 4.2 – Medidas cautelares e de polícia: diferentes campos de intervenção..... | 64 |
| Lei das Armas .....  | 66 |

|  |     |
|--|-----|
| Lei de Prevenção Violência Doméstica .....                     | 68  |
| Lei de Saúde Mental.....                                       | 69  |
| Lei de Identificação Criminal .....                            | 69  |
| Código da Estrada .....  | 71  |
| Lei do Ruído .....   | 73  |
| Uso de Armas em Recinto Desportivo .....                       | 75  |
| Regime Jurídico do Consumo de Estupefacientes .....            | 76  |
| 4.3 – Notícia do Crime .....                                   | 78  |
| 4.4 – Prova.....   | 80  |
| 4.4.1 – Prova testemunhal.....                                 | 81  |
| Declarações do arguido, do assistente e das partes civis ..... | 83  |
| 4.4.2 – Prova por reconhecimento.....                          | 86  |
| 4.4.3 – Prova documental .....                                 | 87  |
| 4.5 – Meios de Obtenção de Prova .....                         | 88  |
| 4.5.1 – Exames.....  | 89  |
| 4.5.2 – Apreensões .....                                       | 89  |
| 4.5.3 – Revistas e buscas .....                                | 90  |
| CAPÍTULO V .....   | 93  |
| 5. HIPÓTES DE PESQUISA .....                                   | 93  |
| CAPÍTULO VI .....  | 97  |
| 6. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO.....                            | 97  |
| 6.1 – <i>Research approach e Research design</i> .....         | 97  |
| 6.2 – Unidade de Análise .....                                 | 97  |
| 6.3 – Recolha de dados: instrumentos e procedimentos .....     | 98  |
| 6.4 – Análise de dados.....                                    | 98  |
| 6.5 – Operacionalização das variáveis de estudo.....           | 99  |
| 6.5.1 – Variável dependente (justificada) .....                | 99  |
| 6.5.2 – Variável independente (justificativas) .....           | 100 |
| 6.6 – Fiabilidade e validade .....                             | 101 |
| 6.6.1 – Variáveis dependentes .....                            | 101 |
| 6.6.2 – Variáveis independentes .....                          | 101 |
| CAPÍTULO VII.....  | 105 |
| 7. RESULTADOS/DISCUSSÃO .....                                  | 105 |
| 7.1 Iniciativa OPC.....  | 105 |

|                    |  |     |
|--------------------|--|-----|
| 7.2                | Delegação MP .....                     | 110 |
| CAPÍTULO VIII..... |  | 115 |
| 8.                 | CONCLUSÃO .....                        | 115 |
| 8.1                | – Conclusão geral.....                 | 115 |
| 8.2                | – Conclusão: teste de hipóteses .....  | 117 |
| 8.3                | – Limitações.....                      | 123 |
| 8.4                | – Linhas futuras de investigação ..... | 124 |
| 8.5                | – <i>Policy implication</i> .....      | 124 |
| BIBLIOGRAFIA ..... |  | 127 |



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|       |  |
|-------|--|
| AJ    | Autoridade Judiciária                        |
| APC   | Autoridade de Polícia Criminal               |
| CE    | Código da Estrada                            |
| CP    | Código Penal                                 |
| CPP   | Código de Processo Penal                     |
| CRP   | Constituição da República Portuguesa         |
| DEL   | Delegação Investigação no OPC                |
| DFDR  | Data do Facto/Data do Registo                |
| DIL   | Primeira Diligência                          |
| FSS   | Forças e Serviços de Segurança               |
| IC    | Investigação Criminal                        |
| LOIC  | Lei de Organização da Investigação Criminal  |
| LOPSP | Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública |
| LQPC  | Lei-quadro de Política Criminal              |
| MP    | Ministério Público                           |
| OPC   | Órgão de Polícia Criminal                    |
| PSP   | Polícia de Segurança Pública                 |
| PDIL  | Pedido de Diligências                        |
| RELF  | Relatório Final                              |
| REM   | Remessa Denúncia ao Ministério Público       |
| TAS   | Taxa de Álcool no Sangue                     |
| TEST  | Inquirição Testemunha                        |

## ÍNDICE DE FIGURAS

|   |     |
|---|-----|
| Figura 1 - Ciclo resposta ao crime .....            | 101 |
| Figura 2 - Média - Iniciativa OPC .....             | 107 |
| Figura 3 - Desvio padrão - Iniciativa OPC .....     | 108 |
| Figura 4 - Mediana - Iniciativa OPC .....           | 108 |
| Figura 5 - Moda - Iniciativa OPC .....              | 109 |
| Figura 6 - Mínimo/Máximo - Iniciativa OPC .....     | 109 |
| Figura 7 - Nível confiança - Iniciativa OPC .....   | 110 |
| Figura 8 - Delegação MP .....                       | 110 |
| Figura 9 - Média - Delegação MP .....               | 112 |
| Figura 10 - Desvio padrão - Delegação MP .....      | 112 |
| Figura 11 - Mediana - Delegação MP .....            | 113 |
| Figura 12 - Moda - Delegação MP .....               | 113 |
| Figura 13 - Mínimo/Máximo - Delegação MP .....      | 114 |
| Figura 14 - Nível de confiança - Delegação MP ..... | 114 |
| Figura 15 - Valores globais .....                   | 118 |
| Figura 16 - Registo ocorrências .....               | 119 |
| Figura 17 - Média valores totais .....              | 120 |
| Figura 18 - Dados delegação MP .....                | 120 |
| Figura 19 - Dados iniciativa OPC .....              | 121 |
| Figura 20 - Dados DFDR OPC vs. MP .....             | 121 |
| Figura 21 - Dados REM OPC vs. MP .....              | 122 |

## ÍNDICE DE TABELAS

|   |     |
|---|-----|
| Tabela 1 - Variável dependente .....                            | 99  |
| Tabela 2 - Variável independente .....                          | 100 |
| Tabela 3 - Legenda de abreviaturas .....                        | 100 |
| Tabela 4 - Resumo estatística descritiva - Iniciativa OPC ..... | 106 |
| Tabela 5 - Estatística descritiva - Iniciativa OPC .....        | 107 |
| Tabela 6 - Resumo estatística descritiva - Delegação MP.....    | 111 |
| Tabela 7 - Estatística descritiva - Delegação MP .....          | 111 |
| Tabela 8 - Matriz comparativa dados globais.....                | 118 |
| Tabela 9 - Matriz - Teste de hipóteses .....                    | 122 |





## INTRODUÇÃO

«Estamos a assistir a um inquietante divórcio entre as expectativas dos cidadãos e as prestações do Estado.» (Robert, 2002).

E poder-se-ia questionar (se essa fosse a questão) qual das variáveis se tem alterado de forma mais relevante e/ou visível.

«As atitudes de confiança, ou de falta de confiança, para com os sistemas abstratos específicos podem ser fortemente influenciadas pelas experiências em pontos de acesso – assim como, evidentemente, pelas atualizações do conhecimento que, através dos meios de comunicação social e de outras fontes, são proporcionadas tanto às pessoas comuns como aos peritos técnicos. O facto de os pontos de acesso serem lugares de tensão entre o ceticismo dos leigos e a pericialidade dos profissionais transforma-os em fontes reconhecidas de vulnerabilidade para os sistemas abstratos. Em alguns casos, uma pessoa que tem experiências mal sucedidas num dado ponto de acesso, onde as qualificações técnicas em questão têm um nível relativamente baixo, pode decidir fazer a sua escolha fora da relação cliente-leigo. Assim, uma pessoa que acha que os “peritos” que geralmente contrata não conseguem consertar de forma apropriada o aquecimento central, pode decidir arranjá-lo ela própria (...). Noutros casos, as más experiências em pontos de acesso podem levar quer a uma espécie de cinismo resignado quer, quando isso é possível, ao total afastamento relativamente ao sistema» (Giddens, 2002: 63).

Mas será a tão propalada «crise da justiça» uma constatação ou um argumento?

É que, de acordo com os indicadores oficiais conhecidos não se verifica um aumento significativo da criminalidade geral e, em concreto, de criminalidade capaz de provocar maior alarme social ou de perturbar a ordem e tranquilidade pública (nomeadamente, no que concerne aos crimes contra o património).

Ainda assim, e face à crescente sofisticação das realidades criminais, à internacionalização dos respetivos autores, à nova perspetivação quanto à gravidade e danosidade de determinados crimes eminentemente pessoais (por exemplo, de violência doméstica ou contra a autodeterminação sexual) estará a polícia presa a mimetismos arcaicos e a procedimentos rotineiros e burocráticos?

Precisará ela de novos instrumentos legais para poder prevenir e investigar estas novas realidades?

Mas, sobretudo, estará ela dotada de uma (nova) cultura de dinamismo, de desafio e de verdadeira «prestação» social?

E aqui revisitamos Figueiredo Dias e Costa Andrade (1997) quando referem na sua obra que a polícia constitui o símbolo mais visível do sistema formal de controlo, sendo a figura mais diretamente presente no quotidiano dos cidadãos e, por via disso, o *first-line enforcer* da lei criminal.

É esta que processa, não só o caudal mais volumoso de *deviance* mas também é aquela que o faz em condições de maior discricionariedade. Isto porque, tem ao seu dispor – desde logo – um vasto leque de possibilidades (de seleção): do entusiasmo à apatia, do atuar ao abster-se de atuar.

Tudo isto numa época em que vivemos momentos marcados pela crise financeira que ocupa grande parte da atenção dos portugueses, que os entorpece na atenção a outras realidades, mas que – numa tensão aparentemente contraditória – os torna mais sensíveis às *ofensas* dos seus bens pessoais e materiais.

A par disso, caminha o sentimento de insegurança, alimentado pelos *media*. Na imagem de Luís Fernandes: «Os *mass media* desempenham um papel único na amplificação dos temas de conteúdo insegurizante. Partindo do princípio de que tais temas» ... «são dotados de especial noticiabilidade, procura-os, difunde-os com regularidade quotidiana.» ... E «à força de os eleger como destaque os transforma em importantes geradores do sentimento de insegurança» (Fernandes, 1994).

Numa outra vertente, ainda que muitas vezes associada àquela ou materializada/instrumentalizada naquela, os discursos políticos cedem facilmente à tentação de atribuir às instâncias formais de controlo (polícias e magistraturas) uma ideia de inoperacionalidade, que as responsabiliza por essa tal crise económica, mas também social e de valores.

E esse discurso de «crise da justiça» (já tão gasto, mas ainda eficaz) é, ele mesmo, por si, gerador dessa perceção coletiva de insegurança que, em efeito de bola de neve, «inibe» os cidadãos e «protege» os prevaricadores.

Tudo isto, não obstante os indicadores não registarem uma subida alarmante dos crimes registados e o tempo médio de resolução de inquéritos, em termos oficiais, ronde os 5 meses na comarca do Porto (contabilizando-se aqui os crimes autuados contra desconhecidos que, amiúde, não acarretam qualquer esforço policial investigatório).

Mas não podemos igualmente esquecer aqui que as estatísticas oficiais refletem somente os crimes denunciados às autoridades policiais, sendo muito pouco fidedignas quando se tratam de certo tipos de crimes, tais como crimes sexuais, económico-financeiros e corrupção (Carvalho, 2006).

Ou, que o modelo tradicional de policiamento direcionado para o incidente – que se baseia no tripé detenção, incapacitação e reabilitação do delinquente – supõe que as polícias estejam dotadas de uma estratégia ágil para um combate imediato ao crime através de patrulhas aleatórias, respostas rápidas e uma investigação posterior mas, como refere Rosenbaum (2002), este modelo não apresenta soluções para problemas persistentes, desde logo porque está desenhado para que a responsabilidade da polícia termine quando dá resposta a cada um dos incidentes que é chamada a resolver.

Numa perspetiva, dir-se-ia, diferente ou (in)esperada, a questão da segurança é vista como fundamental para a promoção e sucesso do turismo em Portugal que, por sua vez, é usualmente apontado como um motor da economia (no sentido de combater a crise).

Num artigo de opinião<sup>1</sup> Mário Dorminsky (2009), vereador da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia (desde 2005 a 2013), aponta duas áreas em que Portugal se pode distinguir dos demais países aproveitando os seus recursos naturais e culturais: a indústria do turismo e da cultura.

Por sua vez, Jorge Mangorrinha (2012), presidente da comissão nacional do centenário do turismo em Portugal<sup>2</sup>, lembra o carácter exportador do sector do turismo, cujo valor do Produto Interno Bruto português é um dos maiores dos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico).

---

<sup>1</sup> Publicado na edição do Jornal de Notícias de 24.01.2009.

<sup>2</sup> Artigo de opinião publicado na edição do Diário de Notícias de 01.06.2012.

De facto, o alavancamento económico (baseado no turismo ou noutros fatores, todos eles sedimentados em «confiança») depende – em grande medida – mais do que de uma verdade, de uma determinada perceção de segurança.

Mais do que as estatísticas oficiais, é necessário fomentar uma ideia coletiva de segurança (plasmada na sua efetivação institucional, nas leis de política criminal, mas também a cargo dos «discursos» que fazem opinião).

Ora:

Na realidade, «Muita gente pensa que as sanções penais têm um efeito de intimidação (na forma de prevenção especial ou de prevenção geral). Porém, os estudos no âmbito da criminologia demonstram que esse efeito preventivo não aumenta linearmente com o aumento da severidade das penas.» ... «Com efeito, em matéria de prevenção especial, a celeridade com que uma sanção é aplicada após a prática de infração é igualmente importante. Assim quanto mais rapidamente for aplicada uma pena, mais depressa o condenado percebe a razão da sua punição.» ... «No que diz respeito à prevenção geral, esta depende da severidade e da certeza da pena.» (Kuhn, 2010: 72-73).

Entronca aqui, então, o objeto deste trabalho: na pergunta se *as medidas cautelares e de polícia, quando encaradas na sua imprescindibilidade*, poderão atuar sobre estes desideratos, à primeira vista (mas não necessariamente) incompatíveis: celeridade com eficácia.

E, decorrentemente:

- se tal se pode repercutir no sentimento de (in)segurança da comunidade; e
- se a aproximação temporal entre a prática do crime e a sua resposta formal depende, de forma relevante, do modo como a polícia «reage» aquele.

Não podendo, numa dimensão sempre limitada – pelo tempo e pelos próprios objetivos – ter a ousadia de querer abarcar todas as dimensões que envolvem a área da criminalidade vs. segurança vs. investigação/prevenção, limitamos o objeto do nosso estudo à questão que nos pareceu central e inicial: «Serão as práticas policiais adequadas a uma resposta imediata ao crime?».

Ainda que ciente de limitações exógenas por carência de estudos internacionais sobre a matéria em concreto, face à «família de Direito» onde, obrigatoriamente, nos inserimos.

De facto:

Existem dois grandes sistemas do direito: o sistema romano-germânico, adotado essencialmente nos países europeus (continental) e, por outro lado, o sistema anglo-saxão (usado como sinónimo e por vezes confundido com a *common-law*) adotado em Inglaterra, Gales e USA (David, 1996).

Assim: o sistema romano-germânico assenta no primado da lei, encarada como fonte normativa de referência para todas as questões jurídicas.

Por sua vez, no sistema anglo-saxónico a primazia é atribuída à jurisprudência (*case-law*), estando, por assim dizer, perante «um direito dos juízes», onde a resolução dos conflitos se situa, essencialmente, numa função judiciária com primazia na uniformidade de decisões.

Já no caso de «um direito do legislador» (*romano-germânico*) as normas jurídicas funcionam como a referência e o limite do julgador (Carvalho, n.d.).

Por seu turno, ou concomitantemente, deparamo-nos, em Portugal, com dois grandes corpos policiais: a PSP (Polícia de Segurança Pública) e a GNR (Guarda Nacional Republicana) que, face às suas funções sociais, a sociedade tende a identificá-los como órgãos de soberania.

Ora, por força das sucessivas mudanças políticas e económicas, a partir de metade da década de «90», os modelos de policiamento sofreram sucessivas alterações (de acordo com critérios de política criminal, mais ou menos definidos), vigorando atualmente a implementação das designadas «esquadras de bairro» ou, numa expressão mais recente, o «policiamento de proximidade» (Durão, 2011).

Assim, se em termos de ordem pública a organização assenta num modelo dual: PSP / GNR, já quanto a matéria de investigação criminal temos de considerar uma profusão de atores, tais como a PJ (Polícia Judiciária) e SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras).

E a isto acresce um modelo de dupla dependência, ou seja:

Em termos administrativos as *polícias* Polícia de Segurança Pública, Guarda Nacional Republicana, e Serviço de Estrangeiros e Fronteiras dependem do MAI (Ministério da Administração Interna) e, por seu turno, a Polícia Judiciária depende do MJ (Ministério da Justiça).

Já no que concerne à investigação criminal, todas dependem do Ministério Público, para os atos de investigação e/ou preservação da prova.

Estamos assim perante tutelas duplas (e onde se levantam problemas de autonomia técnica e tática, por sobreposição de poderes) que torna o nosso modelo singular, isto é, sem paralelo com outros países que poderiam servir de comparação.

É perante este quadro de atuação que iremos avançar no presente trabalho, procurando responder tão-somente à questão que nos parece viável de operacionalizar, pois que – além do mais – precedente a estudos mais aprofundados de correlações de variáveis e de explicação ou compreensão sobre o que poderia interferir nos resultados obtidos.

# CAPÍTULO I

---

## 1. PRÁTICAS POLICIAIS

### 1.1 – Modelos de Polícia

#### Investimento nas Polícias

Já em 1912 George McCaffrey realçava que o investimento efetuado na polícia da cidade de Boston – dotando-a do melhor equipamento possível (sem paralelo em qualquer outra cidade) – havia tido manifesto retorno na resposta às expectativas da comunidade, consubstanciadas, mais do que na capacidade física ou na respetiva eficiência, no sentido da coragem e sentido de «inteligência» dos seus membros (McCaffrey, 1912).

Mas falar em investimento, não se trata apenas de aumentar o efetivo policial ou ter um orçamento mais alto, desde logo porque o número de polícias não nos diz o que estão a fazer na rua, bem como o incremento do orçamento não significa que a alocação dos recursos esteja a ser bem feita (Blumstein, Cohen e Nagin, 1978).

No entanto, para que tal investimento se possa configurar o mais eficiente possível (em todos os parâmetros) deve traduzir-se num plano a longo prazo: começando-se pela definição de objetivos primários e dos meios necessários para a sua concretização, para – numa outra dimensão (ou em contraste com as decisões diariamente tomadas) – estabelecer-se um planeamento estratégico, identificando prioridades e orientações para futuro. Com isso, viabiliza-se (ou favorece-se) o sentimento de pertença dos seus funcionários, com decorrente perceção (ou mesmo, adesão) sobre o rumo da organização que integram e quais os desígnios imediatos ou estruturais que procura alcançar (Zhao, 2008).

Este modelo de gestão surge após fortes críticas que foram lançadas ao modelo da escola clássica da administração.



Taylor (1911) – um defensor e representante da escola clássica da administração – defendia os princípios da burocracia «tipo ideal». Na essência, esta escola de pensamento imaginava a gestão das organizações como sistemas fechados e isolados das alterações que podiam vir do exterior, assentando em regras rígidas e formais na gestão das empresas.

A par disto, a mesma prestava pouca atenção ao bem-estar dos funcionários, que nunca eram chamados ou sequer ouvidos nos processos de tomada de decisão (Donaldson, 1995; Gulick, 1937).

Ainda que, nesta altura, a polícia de Nova York, como forma de incentivar e distinguir os melhores detetives, promovesse anualmente 150 detetives a 1º Grau (passando estes a ter um salário idêntico ao de um Tenente da Polícia). Para isso, depararam-se com a dificuldade de estabelecer um registo que demonstrasse quem eram os detetives que melhor desempenhavam as suas funções. E porque a qualidade do trabalho de investigação criminal não se podia aferir através de números ou percentagens, a solução encontrada foi mapear zonas da cidade e, perante o surgimento de um fenómeno, aferir da capacidade dos detetives em controlar a criminalidade e atuar em sentido preventivo (Woods, 1915).

Já na segunda metade do século XX a gestão e as práticas da escola clássica foram questionadas e os seus críticos (por exemplo, Lawrence & Lorsch, 1967; Simon, 1957) avançaram com perspectivas diametralmente opostas. Para estes, as dinâmicas dos ambientes externos exercem uma enorme pressão sobre as empresas e, portanto, se as mesmas quisessem sobreviver teriam de encontrar equilíbrios entre as suas operações e estruturas e o meio ambiente envolvente. E, não despiciente: a empresa precisava de estudar cuidadosamente a sua posição e compreender os desafios, externos e internos, numa visão de futuro (Zhao, 2008).

Tudo isto surge porque o mercado privado se tornava cada vez mais concorrencial e as empresas, necessitando de ampliar os negócios e de serem competitivas, tiveram que ser mais eficientes no corte de custos e na resposta às necessidades concretas dos seus clientes (Idem).

E se esse novo contexto externo parecia, *a priori*, delimitado à atividade económica de natureza privada, também as instituições públicas e, nomeadamente, as polícias, acabaram por sofrer a pressão dessas novas realidades externas.

Ao longo das últimas décadas, Weisburd e Eck (2004), entre outros que se dedicaram a estudar as polícias, foram muito críticos naquilo que tem sido considerado o modelo padrão destas, designado «*one size fits all*»<sup>3</sup>, cujas estratégias para diminuir o crime assentavam em modelos reativos, tal como era prática dominante nas diferentes polícias dos Estados Unidos (Bailey, 1994; Goldstein, 1990; Visher and Weisburd, 1998).

Este modelo partia do pressuposto que a estratégia para a redução da criminalidade podia ser replicada por toda a jurisdição de cada Estado, independentemente do nível e natureza do crime, bem como de quaisquer outros fatores que pudessem influenciar variações nos índices criminais. O aumento da dimensão dos órgãos policiais, as patrulhas aleatórias, a resposta rápida às solicitações, eram, entre outros, alguns dos exemplos dos modelos padrão.

Visando – acima de tudo – uma generalização (ou homogeneização) do serviço policial, este modelo tem sido objeto de várias críticas, no sentido que se centra mais nos meios de policiamento e recursos, do que na sua eficácia do policiamento e na redução dos índices criminais (Goldstein, 1990).

Daqui pode resultar o efeito «perverso» de – ao focalizar a avaliação do desempenho, por exemplo, num determinado número de carros patrulha em ruas previamente definidas, ou na procura do melhor tempo médio de resposta – muitas agências de polícia sobrevalorizarem a forma como os recursos são alocados, em detrimento do impacto na redução da criminalidade.

Estudos desenvolvidos com base nas premissas dos modelos-padrão apontam, ainda que marginalmente, uma relação entre o aumento do número de polícias e uma redução dos índices criminais (Levitt, 1997; Marvell e Moody, 1996).

Já quanto às variáveis patrulhamento aleatório e resposta rápida às solicitações, não foi demonstrado qualquer impacto destas para a redução do crime.

---

<sup>3</sup> Uma solução universal (tradução nossa que julgamos ser a mais apropriada).

Outros estudos (na mesma linha) indicam que não é possível estabelecer uma relação positiva entre a rapidez da investigação criminal e a redução do número de crimes. Os seus autores apontam, como fator mais importante para levar à detenção e eventual prisão de suspeitos, a existência de testemunhas e provas materiais. E trata-se aqui de fatores que não estão sob o domínio da polícia e que são difíceis de controlar, ainda que se verifiquem melhorias nas abordagens dos métodos de investigação (Greenwood, Chaiken e Petersilla, 1997; Eck, 1983).

Não obstante os modelos-padrão genericamente mais utilizados, existem experiências e implementações de outros modelos com abordagens diferenciadas, que visam – sobretudo – dar resposta a índices elevados de criminalidade.

Um dos modelos mais divulgados é o policiamento designado de «janelas partidas»<sup>4</sup>, podendo também ser encontrada a designação de «policiamento orientado para a manutenção da ordem».

Essencialmente, este modelo de policiamento visa atuar no imediato com os problemas menores, antes de os mesmos evoluírem, visando-se – deste modo – evitar que sejam criadas condições para o cometimento de crimes mais graves. Alguns autores designam este momento com o conceito de «policiamento de tolerância zero».

Neste, a componente policial é somente uma das dimensões de intervenção, uma vez que há igualmente lugar de destaque para as intervenções quer no campo social (prostituição, mendicidade, embriaguez em público, entre outros), quer na organização do espaço físico (carros abandonados, lixo nas ruas, casas devolutas, etc...), favorecendo-se, também, a participação comunitária.

Este modelo, com uma forte aplicação nos Estados Unidos teve, segundo Kahan (1997), um grande impacto nas mensagens que eram enviadas aos criminosos. Segundo este autor as fiscalizações e operações direcionadas ao tráfico e consumo de droga (estupefacientes) davam um sinal claro de que o crime estava sobre controlo, o que influenciou os padrões de comportamento contra o crime.

Do ponto de vista estritamente policial, acreditava-se que estes modelos de atuação permitiam uma eficiente gestão dos recursos e que eram, por si só, suficientes para controlar um dado fenómeno, que Goldstein (1990) apelidou de «abordagem por

---

<sup>4</sup> No original «Broken Windows»

incidentes», o que na perspetiva deste autor isso pode ser um entrave numa abordagem por resultados pois trata cada evento isoladamente sem a preocupação de uma compreensão numa estrutura de causalidade mais ampla.

Por sua vez Koper (1995) descobriu que a presença da polícia em «hot spots»<sup>5</sup> e por períodos que não precisam superar os 10 minutos, era por si só suficiente para interromper comportamentos desviantes e reduzir a criminalidade naquele local.

Já Heymann (2000) defende que existiram claramente ligações entre as novas formas de policiamento e a redução da criminalidade, sendo as primeiras um fator de grande impacto.

## Dinâmicas Sociais do Crime

Há um consenso nas sociedades modernas que quaisquer que sejam os determinantes socioeconómicos e ambientais, as polícias têm um papel central na prevenção e no controlo de determinados locais (Beato, Silva e Tavares, 2008).

Porém, as sociedades vêm reclamando, em crescendo, organizações policiais eficientes, transparentes e controladas. Neste sentido, toda a literatura tem apontado para a importância das polícias adotarem medidas proactivas de prevenção e de controlo da criminalidade (Goldstein, 1990).

Por sua vez Sherman, Gartin e Buerger (1989) referem que uma eficiente gestão da informação permite que os recursos sejam alocados de forma focalizada, o que parece ter um significativo impacto sobre as taxas de criminalidade.

Tal eficiência, cada vez mais e sobretudo reclamada nos grandes centros urbanos – onde aumenta exponencialmente o sentimento de medo e a perceção da possibilidade de crime – tem levando à adoção de medidas policiais (ou não) restritivas de liberdades que, por seu turno, podem provocar uma erosão no sentimento de segurança (Davis, 1998).

Já René Lévy (1997) refere que a omissão do Estado, no cumprimento do monopólio que há muito reivindicou para si, cristaliza o *sentimento de insegurança*. E

---

<sup>5</sup> Zonas no mapa com elevados índices de crime, vulgarmente designado de ponto quente.

uma das explicações possíveis, pode ser encontrada na comparação das estatísticas dos casos conhecidos da polícia e os casos por esta resolvidos, já que a primeira reflete a preocupação das pessoas (que formalizam queixa dos ilícitos de que são vítimas) e a segunda atua como um indicador das prioridades das polícias.

Numa outra perspetiva, a análise e comparação das taxas de crime violento entre várias cidades (Bailey, 1984; Land, 1990) tem mostrado que fatores como a desigualdade económica, a densidade populacional e o índice de desemprego estão associados a taxas altas de criminalidade, naquilo que Cohen e Felson (1979) referem como sendo estruturas de oportunidade para a ocorrência de delitos.

E isto permite-nos concluir da necessidade de serem tidas em conta as características da comunidade e dos espaços urbanos onde os crimes ocorrem.

A comparação entre comunidades de diferentes estratos é um auxiliar fundamental para aferir dos mecanismos e recursos a acionar para o controlo de determinados espaços geográficos. Mas sem perder de vista o papel da polícia – enquanto ator estratégico no cenário urbano – pois que o controlo da violência e dos espaços urbanos depende, em muito, das estratégias por esta adotadas (Beato et al., 2008).

Ainda que o controlo da criminalidade não seja um exclusivo da polícia, a adoção de estratégias proactivas e preventivas podem exercer impacto na redução da criminalidade (idem).

Num estudo sobre a polícia francesa desenvolvido por René Lévy (1997), este autor aponta para as dificuldades das polícias em adaptarem-se às necessidades e características locais dos fenómenos geradores de insegurança, face ao isolamento a que estas se submetem por via da centralização dos seus órgãos de decisão.

Numa outra vertente, a polícia não entende o serviço de ronda como «*verdadeiro trabalho policial*», tendendo para uma visão confrontacional «*polícia/ladrão*», valorizando a gravidade do crime e o resultado imediato da sua ação, desde logo porque uma atuação proactiva permite uma mais fácil valorização dos sucessos obtidos, em detrimento de uma estratégia preventiva cujos sucessos não são tão mensuráveis (Monjardet, 1996).

Ora:

De todos estes estudos, sobressai, a inter-relação dinâmica entre as realidades sociais, económicas e culturais que influem, mas também são influenciadas, pela atuação, perceção de atuação e empenho das forças policiais.

Independentemente do modelo adotado (ou dos modelos adotados), a polícia (ou o orçamento a ela afeto) não pode e não deve ser encarada como despesa, mas como um investimento que, se otimizado, poderá ter o retorno de que falava George McCaffrey (1912).

## 1.2 – Métodos de intervenção

### Estratégias de intervenção

Durante os anos 1970 e 1980 a preocupação nos Estados Unidos consistia em avaliar os diferentes estilos de policiamento. Um estilo mais legalista tendia a desenvolver estratégias mais agressivas de policiamento que teriam mais impacto nas taxas de criminalidade (Wilson e Boland, 1982).

Num inconsciente coletivo ou por força das suas características endógenas (com inúmeras comunidades que ali se foram instalando), Nova Iorque é a cidade onde se imagina uma constante mudança de paradigmas.

Deste modo, mas também, porventura, numa campanha de marketing, foi criada e amplamente difundida (ou propagandeada) uma nova estratégia policial, denominada «broken windows»<sup>6</sup>, que procurava dar resposta às preocupações de segurança, partindo da ideia generalizada de que os elevados índices criminais resultavam do consumo de drogas, com decorrente generalização da desordem e incivilidade.

Importava, pois, intervir o mais cedo possível para mudar comportamentos e reduzir os índices criminais para níveis suportáveis.

---

<sup>6</sup> Modelo de intervenção que assenta numa premissa base: resolver os problemas quando são pequenos. Apontado por muitos como uma estratégia de êxito para prevenir o vandalismo: “reparar as janelas partidas em pouco tempo evita que os vândalos estraguem mais; limpar os passeios e a tendência é o lixo não acumular”. Foi o modelo adoptado pelo Departamento de Polícia de Nova Iorque, cuja teoria faz duas grandes afirmações: que o crime de pequena escala ou o comportamento anti-social é diminuído e, por via disso, o crime de grande escala é prevenido.

A imagem ilustrativa consubstanciava-se num passeio onde o lixo era deixado, levando a que se acumulasse cada vez mais, pela assunção coletiva da respetiva normalidade.

Na ideia que, não intervindo em pequenos delitos, os mesmos acabam por favorecer ou potenciar grandes crimes.

Este modelo foi descrito pela primeira vez, no ano de 1982, por Wilson e Kelling <sup>7</sup> que, resumidamente, referem que a abstenção de uma intervenção a montante (por exemplo, em desordens), gera um crescente sentimento de insegurança e de medo, levando a que a comunidade se desloque ou se feche – com decorrente redução de controle informal – criando-se, deste modo, um espaço facilitador para o crime mais grave.

A estratégia passava por uma intervenção imediata e visível nos pequenos delitos, devolvendo a ordem aos bairros referenciados como mais problemáticos.

E essas transformações que levaram a que cada indivíduo se conformasse com as normas (e atuasse de acordo com elas), resultavam do facto de este se basear nas decisões dos outros, criando-se, em decorrência, uma nova ordem. E esta foi conseguida, em grande parte, pelos esforços da polícia para erradicar o consumo e tráfico de drogas (Waldeck, 2000).

Contudo, este modelo foi profundamente criticado por Joannes (2000), que comparou índices criminais e a redução destes entre a cidade de Nova Iorque (onde o modelo foi implementado) com outras cidades americanas, concluindo que a redução ali registada era comum a outras cidades que não adotaram este modelo de policiamento.

Ainda, o referido modelo policial – com táticas agressivas e alguma brutalidade – apresentava o elevado custo pela erosão da relação de confiança entre polícia e comunidade e, numa outra linha, pela sobrecarga do sistema de justiça criminal (McCabe, J. 2008).

Assim, uma das medidas apontadas para incrementar a eficiência da polícia traduz-se na redução do hiato de tempo de resposta (viagem) a uma solicitação, não com

---

<sup>7</sup> James Q. Wilson is Shattuck Professor of Government at Harvard and author of Thinking About Crime. George L. Kelling, formerly director of the evaluation field staff of the Police foundation, is currently a research fellow at the John F Kennedy School of Government Harvard.

o objetivo de deter o criminoso e reduzir os danos físicos, económicos e psicológicos às vítimas, mas – acima de tudo – para sustentar a prática de um crime. E isto, desde logo, porque esta medida pode potenciar um efeito dissuasor sobre os criminosos, aumentando também a confiança dos cidadãos na polícia (Bodily, 1978).

Procura aqui a polícia passar uma mensagem que mude a perceção sobre as probabilidades do criminoso ser preso, ao passo do aumento do custo de se cometerem crimes.

Porém, numa perspectiva de custo/benefício, o criminoso tenta maximizar o seu ganho e minimizar as probabilidades de ser detetado.

No entanto, e na referida linha de pensamento, ao procurar aumentar o número de crimes cometidos (na primeira vertente de maximização de ganho), o criminoso aumenta, concomitantemente, as probabilidades de ser surpreendido.

Por sua vez, na esfera da ordem social democrática cabe à polícia garantir o consenso moral, fazendo com que o crime não compense por via da detenção rápida do criminoso (Paixão, 1997).

Só que, também a dicotomia custo/benefício afeta as decisões estratégicas da polícia. Os recursos utilizados, o número de patrulhas, a frequência média destas, os equipamentos e meios materiais ao dispor, etc..., aumentam as probabilidades de prender delinquentes, mas acarreta custos mais elevados. E tudo isto apenas «garante» taxas de detenção, sem que se demonstre redução dos índices criminais (Feichtinger, 1983).

Ora, a perspectiva de encurtar os tempos de viagem visando, em especial, a dissuasão/incremento do sentimento de confiança dos cidadãos na polícia, levanta-nos outras questões.

Será ela determinante ou, pelo contrário, existem outras explicações?

A disposição no território dos recursos policiais é uniforme e aleatória, ou – por outro lado – sofre de influências por parte da comunidade, pelos índices criminais ou por outros fatores externos?



Num trabalho desenvolvido tendo por base a análise dos movimentos e sequências percorridas, Susana Durão (2008) verificou que – seja o trabalho acionado por ordem, chamada ou iniciativa – a intensidade de circulação e o tempo de permanência do policiamento é muito maior nos designados «bairros de classe média». Nos restantes, os polícias dirigem-se para responder a ocorrências urgentes ou para o cumprimento de diligências ou ordens superiores.

Por sua vez Steve Herbert (2006) refere que as organizações policiais desenvolvem uma cultura individualista que dificulta estratégias coletivas – tais como policiamento comunitário – ao mesmo tempo que o combate à criminalidade assenta essencialmente na prisão de criminosos. Refere ainda que os polícias partem de construções moralistas, em que classificam determinados locais como violentos, criando um estigma sobre determinados bairros.

Resulta daqui uma tendência para, através do policiamento, se reproduzirem certas desigualdades sociais no espaço urbano, intensificando-se a atividade penalizadora em alguns lugares e reservando a «mera» manutenção da ordem para outros.

Ora, para tentar contrariar essa tendência, mas, igualmente no sentido de reduzir *poderes* discricionários, os agentes policiais passaram a ter de registar toda e qualquer intervenção, denúncias e participações dos cidadãos. E isto permitiu quantificar a atividade policial, ao mesmo tempo que permitiu contabilizar todas as situações de crime conhecidas.

Nesta medida a polícia, enquanto entidade burocrática, começou igualmente a profissionalizar-se naquilo que ficou conhecido como «operações coletivas», inspiradas nos modelos de «tolerância zero», que entretanto eram exportados de Nova Iorque para o mundo (Greene, 2000).

Estas operações não são de rotina e, de uma forma geral, ocorrem sem aviso prévio. Têm como objetivo – além do mais – a criação de um aparato visual, com uma forte mediatização, funcionando, assim, como uma espécie de «conferência de imprensa» do policiamento em ação (Duração, 2011).

## A Gestão do local do crime

Quando um facto criminoso se materializa num determinado local, este é o que, vulgarmente, os polícias designam de «cenário do crime».

Aí, por ação ou omissão do autor/agente, ocorre uma troca entre o mesmo e a vítima, por um lado, e entre estes e o local do crime, por outro, estabelecendo-se uma relação a que Edmond Locard (1925) designa como o «princípio das trocas»<sup>8</sup>. E é, assente neste princípio, que surge a afirmação de que não existe crime perfeito.

E se assim é, também se poderá afirmar não existirem investigações perfeitas!

À semelhança da execução de um crime, a investigação criminal depende de uma série de fatores exógenos, mas também da preparação técnica dos seus responsáveis, do grau de motivação e da respetiva adesão a um resultado final que, por seu turno, os deve considerar.

No caso português, o «*first responder*» é normalmente um elemento policial não responsável pela investigação, alguém que – de forma aleatória – acorre a cenários de crime (sem que intervenha a jusante e, muitas vezes, sem que seja ouvido e considerado), mas também que é chamado para todas as ocorrências *generalistas* do dia-a-dia.

E isto, não obstante a enorme importância da gestão do local do crime, pois que se trata – desde logo, cronologicamente – do primeiro momento «formalmente» conhecido após a sua execução.

A resposta inicial a um crime é, pois, um momento crucial para o sucesso de uma investigação. É fundamental recolher o máximo de informação sobre a ocorrência em si, de forma que o primeiro agente no local saiba com que cenário se vai deparar (Hess, 2015).

Segundo José Braz (2009) o local onde ocorreu um homicídio será diferente, do ponto de vista técnico e operacional, do local onde ocorreu um roubo ou de onde ocorreu uma violação e é-o igualmente diferente do ponto de vista da realidade sócio criminológica.

---

<sup>8</sup> O princípio das trocas assenta na ideia de que qualquer contacto entre duas superfícies implica inevitavelmente uma permuta de substâncias ou de efeitos.

Não obstante estas diferenças, e tendo em conta que a investigação criminal tende a procurar denominadores comuns, torna-se possível elencar um conjunto de procedimentos comuns a qualquer inspeção judiciária, promovendo-se – deste modo – uma definição e normalização (não fechados) de padrões de atuação.

De facto, as Nações Unidas publicaram, em 2010, um «Manual para a consciencialização sobre o local de crime e evidências materiais em especial», destinado, sobretudo, aos chamados «*first responders*» e que se reporta a todo o percurso entre a chegada ao local e a apresentação, para perícia, dos elementos ali recolhidos.

Elencamos, pois (por nós), a necessidade de, no âmbito das medidas cautelares de polícia:

- proceder a exames dos vestígios do crime, assegurando a manutenção do estado de coisas e dos lugares;
- colher informações das pessoas que facilitem a descoberta dos agentes do crime e a sua reconstituição;
- proceder a apreensões ou adotar medidas cautelares necessárias à manutenção dos objetos apreendidos;
- identificar eventuais suspeitos;
- proceder à revista de suspeitos em caso de fuga iminente;
- efetuar buscas (não domiciliárias) sempre que haja fundada razão para crer que, no lugar onde aqueles se encontram, se ocultam objetos relacionados com o crime;
- apreender correspondência ou ordenar a suspensão da respetiva remessa;
- obter dados de localização celular, quando necessários para afastar perigo para a vida ou de ofensa à integridade física grave; e
- assegurar novos meios de prova de que tiverem conhecimento.

Longe de se promover uma rotina de automatismos, realça-se – isso sim – a necessidade de utilizar uma metodologia de trabalho em matéria de inspeção ao local do crime, que se pode dividir, por essência, em três fases de atuação:

- notícia do crime;
- deslocação ao local do crime/afetação e gestão de meios;
- intervenção no local do crime/procedimentos sistemáticos;

Deste primeiro momento depende todo o desenrolar de uma investigação (seu sucesso ou insucesso) e, concomitantemente, o sentido de uma possível decisão judiciária ou judicial. Na realidade, a recolha de vestígios (em conceito alargado) num local do crime, pode determinar, por exemplo, o sentido de uma perícia (prova praticamente irrefutável, porque subtraída à livre apreciação do julgador).

São os crimes mais graves e/ou incomuns aqueles que melhor espelham a necessidade de agentes policiais especializados, que devem existir em todos os departamentos policiais – independentemente dos diferentes níveis de intervenção (local, distrital ou nacional) – pois, uma atuação mais rápida permite uma mais fácil deteção de fenómenos criminais (Sullivan, 1916).

E este momento crucial é muitas vezes esquecido, na sua importância e impacto, pelas próprias estruturas internas (de preparação, especialização e apoio), mas também ao nível de um investimento público de eficácia e eficiência.

### **1.3 – Impacto e consequências**

#### **Prova material: sua importância**

Independentemente da justeza da sua importância, as provas ditas materiais (porventura, porque materializáveis) adquiriram um estatuto de fiabilidade, em grande parte por contraposição às provas ditas como subjetivas ou mutáveis (tal como o testemunho ou a confissão).

Mas aquela dita fiabilidade ou irrefutabilidade aceite, parte (na sua grande maioria dos casos) de premissas subjetivas muitas vezes não sindicáveis, porque não

perceptíveis. A irresistível tentação de obter uma «certeza» esquece-as comodamente, focando-se num «resultado» materializado de cariz técnico, pericial ou documental.

Mas:

Porquê recolher um vestígio e não outro? Ou, mesmo, como valorizar o que é um vestígio? Porquê fotografar um cenário numa determinada perspetiva e não outra? Qual o perímetro a delimitar? Como recolher e preservar as «evidências»? Quais os métodos mais eficazes, conclusivos e menos invasivos a utilizar?

Ora, a fulcral importância da seleção e custódia da prova é atribuída aos designados *first responders* (numa dinâmica de sucessividade, ou seja, polícia generalista, polícia técnica e, por vezes, peritos), que assumem um papel fundamental em todo o processo de exame ao local do crime. O planeamento, coordenação e execução do trabalho nesse cenário é essencial para assegurar que não se perdem, destroem ou comprometem evidências do crime (Barroso, 2010).

E situações há, dessa aparente irrefutabilidade, em que a mesma pode ser em grande parte ameaçada pela (boa ou má) recolha, acomodação e circulação do material (vestígios ou amostras) entre a cena do crime e o laboratório (tudo isto, tarefa policial), nomeadamente, para a determinação fiável dos perfis de ADN em crime (Costa, 2002).

É que:

Ainda que, na prática, grande parte da produção de prova se consubstancie no testemunho, este resulta inquinado – muitas vezes de forma inconsciente pelo próprio – pela subjetividade de uma perceção individual e de uma visão fragmentada da ocorrência/facto, que – com o decorrer do tempo – o «autor» tende a preencher com «falsas memórias».

E estas «falsas memórias» têm tendência a acentuar-se nos casos dos designados *processos mediáticos*, tal a cobertura da comunicação social e o decorrente enxerto de informações exteriores que vão sendo assimiladas/assumidas como vivenciadas.

Por outro lado, quanto mais sofisticado for o facto, maiores e mais relevantes se revelam essas intermitências de conhecimento e de perceção, tentadoras de um preenchimento conclusivo por parte da própria testemunha que, também ela (sem qualquer preparação), tende a procurar uma «resposta».

Dáí que, sem perder de vista as questões sobre as premissas da prova dita técnica/científica, mas com uma panóplia cada vez maior de meios e métodos de investigação a esse nível, cabe reverter – tanto quanto possível – a importância «estatística» da prova testemunhal, para um maior empenhamento de uma prova menos subjetiva, menos mutável e, porventura, mais consistente.

À ideia de investigação criminal está muito associado o princípio que o criminoso deixa no local do crime vestígios e leva, deste, outros vestígios, porventura impercetíveis, mas de certa forma indicativos da sua presença no local. Esta constatação ficou conhecida como Princípio de Locard (tal como acima referido).

Pode, pois, ser determinante para o desfecho de uma investigação, a recolha e interpretação da prova material deixada no local do crime. Mas esta prova (material) é tanto mais consistente quando conjugada com outras, nomeadamente, com a prova testemunhal (Pereira, n.d.) ou, como diz Silva (2011), a prova não se esgota nos factos que formam o objeto do processo, resultando também de condicionantes ou circunstâncias que lhe podem ser inicialmente «estranhas» e com base nas quais se pode inferir a existência desses factos ou a idoneidade dos meios de obtenção daquela.

Ora,

o encurtamento entre o momento do crime e a sua (real) intervenção, tecnicamente preparada é, uma vez mais e cada vez mais, um desafio para as polícias.

E este encurtamento, que pode ser determinante para o sucesso de uma investigação, também o é para a incrementação de um sentimento de segurança e de confiança na polícia.

E, ao mesmo tempo que nos deparamos com uma influência direta do decurso do tempo na contaminação da prova penal, não podemos também desprezar a garantia ao prazo razoável da duração do inquérito (Lopes, 2014). Numa tensão entre a necessidade de tempo para a recolha de toda a prova possível e a necessidade de encurtar esse mesmo tempo, para a sua maior fiabilidade.

Aqui chegados, e inter-relacionando as considerações aduzidas – testemunho e celeridade na sua recolha, como elemento muitas vezes exclusivo, prévio ou complementar da prova material – não é despiciente a diferenciação teórica do crime

que tem como alvo (premeditado ou acidental) turistas estrangeiros, uma vez que se revela de especial premência a necessidade da sua inquirição.

Aliado ao impacto que o crime e a sua resposta (que, se pronta, pode determinar a reposição do «estado de coisas» antes daquele) acarretam na indústria do turismo (sector tido como cada vez mais importante no desenvolvimento económico, no povoamento das cidades e, portanto, também numa ideia de segurança), surge o fator da temporalidade curta da vítima/testemunhas em território nacional.

Na já citada perspectiva do custo/benefício, a inquirição de pessoas residentes no estrangeiro (quando já regressadas) implica o acionamento de todo um sistema complexo de cooperação judiciária internacional, ainda usado de forma ínfima e com elevados níveis de «abstenção» na chamada pequena criminalidade.

A talhe de foice, importa questionar esta classificação de «pequena criminalidade» (adaptando, numa determinada perspectiva, um dos modelos policiais supra expostos), uma vez que é esta que maior impacto assume no dia-a-dia dos cidadãos (que se veem como potenciais vítimas) e, numa outra vertente, na perspectiva que a investigação de grandes fenómenos começa, necessariamente, pelo conhecimento e coordenação valorativa dos pequenos delitos.

Dito isto, importa referir que o crime sobre turistas (normalmente, contra o património e normalmente classificado como de pequena criminalidade), bem como a respetiva resposta, assumem extrema relevância na economia e segurança do país.

E isto faz-nos entroncar na questão jurídica das declarações para memória futura, que – nos termos do nosso sistema jurídico – apenas podem ser tomadas por um Juiz (ainda que, com a alteração legislativa de 2013, as declarações prestadas perante autoridade judiciária possam ser reproduzidas em julgamento, em caso de falecimento, de anomalia psíquica ou de paradeiro desconhecido da pessoa a depor – mas que não abrange, por si só, a «deslocação ou ausência no estrangeiro»).

E assim, ainda que a polícia tenha efetuado todas as diligências cautelares possíveis e a identificação cabal da vítima e de testemunhas residentes fora do território nacional, a não valoração (a final) dos respetivos depoimentos prestados perante si pode ser um fator de entorpecimento da justiça.

Na tal ideia da garantia de um processo com duração razoável, mas também na perspetiva que a produção da prova (no caso testemunhal) é tanto mais credível, quanto mais perto se situar do facto.

### **Declarações para memória futura**

As declarações para memória futura, como produção antecipada da prova (no sentido de acautelar um risco verificável da sua perda), constituem uma exceção ao princípio do acusatório e, mais em concreto, ao princípio da imediação.

Mas porque de princípios se trata e sob pena de absolutização inoperante de uns sobre os outros, importa – no caso – mitigar aquele(s), perante um comprovado risco na obtenção da verdade material.

Tal figura jurídica, e no que nos interessa, permite antecipar o momento de produção de prova relativo a declarações, inquirições, mas também a acareações, reconhecimentos e reconstituições do facto, sempre que um dos intervenientes aí necessários se desloque para o estrangeiro (Albuquerque, 2011).

Resulta pois (em nosso entender), importante destacar o turismo e, em concreto, os turistas como sujeitos processuais, cuja celeridade e especificidade de tratamento se impõe com especial acuidade (tal como já abordado).

De facto:

A escolha dos turistas quanto a um destino de férias resultará, certamente, da conjugação de um determinado número de fatores de acordo com os interesses/preferências do indivíduo concreto: desde a opção praia vs. campo, se o destino lhe foi (positivamente) indicado, se já é seu conhecido ou não, bem como a oferta de programas culturais (entre tantas outras variáveis).

Mas apesar de os dados apresentados não referirem uma relação direta entre violência e redução do número de turistas, ou - pelo menos - não ser indicado como um fator determinante, único e exclusivo, é comumente aceite que elevados índices de violência influenciam negativamente a indústria do turismo (Santos, 2006).



Por sua vez, Laércio Braggio (2007) refere que a intolerância em relação a atos violentos cresce na mesma proporção do medo que provocam, o que torna a violência numa das principais questões sociais urbanas. A fragilidade das estruturas urbanas, no que à segurança diz respeito, pode «determinar» o declínio do turismo e, por conseguinte, comprometer a manutenção de atividades que sustentam a economia da cidade.

E isto numa época de um mundo globalizado em que o turismo ganha papel de extrema relevância para a economia e para o desenvolvimento e para o qual, concomitantemente, os atores públicos e privados passaram a olhar como impulsionador do desenvolvimento local (Silveira, 1998).

O turismo representa, nos dias de hoje, uma importante alternativa para a economia; gera receitas por via do comércio e serviços, ao mesmo tempo que é potenciador de empregos diretos e indiretos. E, valorizando as tradições culturais ou incentivando a preservação do meio ambiente, o mesmo também é capaz de exercer influência cultural determinante (Gonçalves, 2003).

Num outro sentido, mas que aqui assume igualmente papel de destaque, é consabido que nenhuma sociedade está imune à violência exercida, pressentida ou potencial (Silva, 2001).

Ora, num mundo em que, por força «da força» da informação, já quase «não há segredos», não há como ocultar a violência e as suas respostas (violentas ou não).

Numa outra vertente, Guidugli (1985) entende que a criminalidade é um elemento constante dos cenários urbanos ou, ainda, que o crime urbano é um dos sérios problemas sociais das cidades.

Já Oliven (1980) refere que, apesar das sociedades urbanas possuírem tantas condições de desorganização social, deve ter-se o cuidado de não atribuir às cidades características criminógenas. Alertando, ainda, para o que considera um uso indevido do termo “violência urbana”: «... criminalidade tem menos a ver com o contexto no qual se manifesta e mais com as condições que lhe dão origem. Por isto é que cabe falar em violência na cidade e não em violência urbana.» (Oliven, 1980: 371 - 376).

Mas ainda deste contexto urbano, a violência não se distribui geograficamente de forma igual, importando conhecer ou sinalizar determinados «focos» e, aí, procurar os fatores endógenos (e, mesmo, exógenos) que a determinam (ou aumentam), criando estratégias de intervenção preventiva, dissuasoras, ou que – a jusante – minimizem o seu impacto.

E estudar a correlação entre violência, criminalidade e turismo urbano, é caminhar na direção de uma abordagem não convencional, numa visão que se direcione também para a vítima: como esta percebe o espaço onde se move e como percebe a prevenção da violência e as suas respostas.

É que tratando-se de campos de influência mútuos, os mesmos estão marcados pela redução da capacidade de captação de investimentos e atracção de público visitante. Torna-se, pois, necessário que exista um compromisso social para a diminuição dos índices de violência, porque o turista quer e precisa de sentir segurança no espaço onde se encontra (Junior, 2007).

Contudo,

Não sendo possível garantir que um qualquer turista não seja alvo de um crime, o sistema deve estar preparado para diminuir o seu impacto, desde logo, naquilo que é ação do sistema de justiça.

A propósito do que ficou dito, e a título de exemplo, destacamos a «onda de crimes»<sup>9</sup> que ocorreu na cidade do Porto durante o ano de 2011 e se prolongou até 2012. O alvo predileto do grupo de criminosos eram turistas que, por serem possuidores de mais dinheiro líquido e porque em trânsito pelo país, apresentavam menores probabilidades de denúncia e/ou de identificação dos elementos daquele.

Os OPC's reagiram com prontidão e foram iniciando diligências no sentido de identificarem os suspeitos e deter a atividade delituosa. Não obstante, adotaram os procedimentos iguais a um qualquer outro crime cometido contra residentes, esquecendo aqui a especificidade dos ofendidos.

---

<sup>9</sup> Investigação à qual foi atribuído o nome de código «Cordoribas» (Processo 669/11.0 PPPRT), por os suspeitos serem oriundos das zonas da Cordoaria e Ribeira, situadas na Baixa do Porto, local de excelência para o cometimento dos crimes perpetrados por este grupo.

Ao não acautelarem o depoimento dos ofendidos (residentes no estrangeiro) nos termos do art.º 271º do CPP – «*Em caso de doença grave ou de deslocação para o estrangeiro (...) o juiz de instrução (...) pode proceder à sua inquirição no decurso do inquérito, a fim de que o depoimento possa, se necessário, ser tomado em conta no julgamento*» – determinaram que o MP *a posteriori* se visse obrigado a solicitar a cooperação judiciária internacional, com todos os custos daí decorrentes.

Foram, pois, expedidas cartas rogatórias solicitando a inquirição dos ofendidos e testemunhas, bem como o reconhecimento fotográfico (por impossibilidade de reconhecimento presencial) dos eventuais suspeitos.

Ora, não obstante ouvidos perante autoridade judiciária estrangeira, não foi cumprido o princípio da imediação, nem mesmo (nesses atos), o princípio do contraditório, pelo qual a fase de julgamento se deve pautar.

Isto posto, e chamando também à colação o princípio da livre apreciação da prova – no sentido da formação de uma convicção racional, assente em regras de lógica e experiência e inteligível, de verdade dos factos (Mata, 2004) - importa questionar a rigidez formalista de tal tipo de antecipação da prova, que impõe a direção por um Juiz e que, por via disso, a pode tornar inviável no caso em concreto, de turistas.

E isto, «a par» de outras diligências de prova mais invasivas e tidas como mais concludentes, como por exemplo as buscas domiciliárias, cujo resultado é «aceite» pelo juiz, que nelas não participa.

### **Testemunhas/Testemunho**

A par das declarações para memória futura ou prestadas através de rogatórias ou precatórias, o Código de Processo Penal veio admitir a reprodução ou leitura (em julgamento) das declarações anteriormente prestadas por autoridade judiciária, «na parte necessária ao avivamento da memória», quando houver «contradições ou discrepâncias» entre depoimentos do próprio ou, ainda, em casos de impossibilidade de comparência.

Não se trata aqui de uma inversão ao princípio da imediação, pois que só em caso de manifesta impossibilidade (e apenas em três casos expressamente

discriminados), a testemunha não estará presente em audiência de julgamento. No mais, pode – isso sim – ser ali confrontada com o anteriormente dito.

Mas tratar-se-á, porventura, do reconhecimento (a par das inconfessáveis pressões efetivadas ou pressentidas sobre as testemunhas) de que a celeridade na recolha deste tipo de prova é um dos fatores decisivos para a sua fiabilidade.

Mas também se trata, por outro lado, de um juízo de desconfiança sobre os órgãos de polícia criminal, um dos «sujeitos do processo» (Parte I, Livro I, Título II do Código de Processo Penal), competindo-lhes «coadjuvar as autoridades judiciárias com vista à realização das finalidades do processo» (art.º 55º).

Vedando a lei, aos OPC's, a recolha de depoimentos ajuramentados (o que, nestas circunstâncias, só vale para as testemunhas em sentido estrito e nem para todas), também não é possível a leitura ou reprodução, em julgamento, do depoimento prestado perante aqueles.

E isto, ainda que tenha ocorrido – no caso – uma delegação genérica para investigação.

Ainda que os OPC's tenham especial vocação para recolher depoimentos no momento quase imediato ao da consumação (ou tentativa) do facto ilícito, ou até para se deslocarem para o efeito (minorando os *prejuízos* das testemunhas e aproveitando o facto de ser o «investigador» do processo quem a vai inquirir).

Ou ainda, quando na maioria dos casos, são os OPC's que têm meios materiais para a realização de diligências (digamos) mistas: tal como reconhecimentos ou reconstituições. E estas, já reconhecidas em julgamento.

E então, o tal encurtamento do hiato temporal entre o facto e a produção deste tipo de prova continua – ainda assim – prejudicado por uma opção (de política) legislativa.

Será esta opção decorrente de um (pre)conceito de que os OPC's não são suficientemente «distantes» para recolher depoimentos isentos ou credíveis?

Só que:

Recorrendo à obra de Robert Sternberg (2000) – na qual aborda a forma como as pessoas percebem, aprendem, recordam e pensam sobre a informação – podemos concluir que (perante um facto) não nos lembramos exatamente do que aconteceu, mas sim da construção ou reconstrução daquilo que aconteceu.

Ou seja, independentemente do respetivo interlocutor (magistrados ou polícias) o testemunho é, por si, um ato de subjetividade inerente à subjetividade do seu autor.

As respetivas capacidades/vivências cognitivas e emocionais, mas também (e repescando ideias anteriores) o contexto mais ou menos violento, mais ou menos urbano e, ainda, as perceções individuais de segurança/justiça/equidade, determinam todo o modo de perceção do facto e todo o modo do seu relato. Ou, como refere Enrico Altavilla quanto à valoração do testemunho deve-se ter sempre presente a fórmula de Woodworth «Qualquer perceção é uma análise parcial da situação, de que acentua um aspeto em detrimento do outro» (Altavilla, 1982: 273).

Acresce a isto um outro «filtro», salientado por (Altavilla, 2007) quando refere que um depoimento redigido não o espelha, e será – quando muito – um resumo.

O mesmo não reproduz as hesitações do seu autor, os seus tons de voz, as emoções (mais ou menos) exprimidas ou disfarçadas e, por vezes, o mesmo nem sequer reproduz a linguagem própria de quem o prestou.

E esse tal «resumo» poderá também, ser (por si) um ato de escolha.

Daí a regra da oralidade dos atos e, atualmente, da respetiva gravação áudio.

Daí que se volte a questionar sobre a irrelevância (para prova em julgamento) de um depoimento (de testemunhas ou mesmo do arguido) prestado perante um OPC.

Daí que, a coberto de um fundamento não confessado (de desconfiança sobre este sujeito do processo) se faça precluir a celeridade de recolha de tais depoimentos (que, por essa via, se apresentariam, mais seguros e mais credíveis)!

# CAPÍTULO II

---

## 2. A PROBLEMÁTICA DA INTERVENÇÃO

Num moderno Estado de Direito a Polícia é, antes de mais, a detentora do monopólio estatal da violência, no sentido funcional de segurança, ordem pública e prevenção.

Por seu turno, no processo penal português, os órgãos de polícia criminal compreendem todas as entidades e agentes policiais a quem caiba levar a cabo quaisquer atos ordenados por uma autoridade judiciária ou determinadas pelo Código de Processo Penal, sejam eles polícias ou funcionários judiciais.

Sendo considerados sujeitos processuais, a sua matriz é a coadjuvação das autoridades judiciárias, consagrando-se assim um sistema de dependência funcional relativamente ao Ministério Público.

Mas optou-se, também, por atribuir aos organismos com funções policiais – reconhecidamente entidades privilegiadas para a recolha da notícia do crime – competência própria de intervenção no imediato *ex post*.

E assim:

O próprio Código de Processo Penal prevê uma atividade processual própria, de iniciativa própria, «apenas» em obediência aos pressupostos de necessidade e urgência.

Contudo, e não estando consagrado (por regra!) no ordenamento jurídico português o chamado «pré-inquérito», não podem as medidas cautelares e de polícia serem confundidas com uma fase processual, tornando-se, desde logo, obrigatória a comunicação imediata da notícia do crime, para que o MP possa intervir de imediato (Mesquita, 2003).

Mas tendo o *dominus* do inquérito, o MP não se encontra equipado, nem dispõe de meios – materiais ou humanos – que lhe permitam levar a cabo todas as investigações ou todos os atos de investigação (nomeadamente, vigilâncias, buscas, interceções telefónicas), necessitando, pois, do «*auxílio*» da polícia.

«A intencionalidade concreta de satisfação do interesse público da justiça que presidiu à escolha do elenco de personagens nas fases preliminares do Processo Penal (o Ministério Público, o juiz, as polícias de investigação) e a definição dos respetivos papéis deve operar como elemento de interpretação e como referência de enquadramento prático. (...) Cada um desses agentes, pela diversidade da sua condição estatutária e em resultado das opções do legislador processual penal, intervém no ciclo em posição e com funções, saberes e métodos distintos, mas ligados por uma intencionalidade comum.» (Dunen, 2004).

A prática tem vindo a revelar, no entanto, a delegação genérica (por parte do MP) de toda uma dada investigação e, por outro lado, uma incapacidade de controlo e fiscalização dos concretos atos praticados pelos OPC's (sendo que, nesta linha de pensamento, há muito se excluíram os funcionários judiciais).

Na realidade, mercê da designada autonomia técnica e tática dos OPC, são estes que «escolhem» o *timing* das referidas buscas, o modo e alvos das vigilâncias, bem como os suspeitos a escutar e as sessões que, eles próprios, catalogam como relevantes.

Mas são eles, os OPC's, também que, num primeiro momento, figuram como «filtro» à jurisdicionalização de determinados factos, sendo nesta primeira linha onde se situa um significativo número das chamadas cifras negras.

«Situada no limiar do complexo processo *law in action*, a polícia é não só a instância que processa o caudal mais volumoso de *desviance*, mas também a que o faz em condições de maior discricionariedade.» (Dias e Andrade, 1997: 443), ainda que, cada vez mais, se tenha profissionalizado e convertido a uma lógica empresarial (idem).

Na realidade e ainda segundo os mesmos autores, atuando em três tipos de momentos (*pró-atividade, reatividade e esclarecimento*), a polícia seleciona áreas de visibilidade e de atuação (muito por força dos (já citados) modelos), seleciona a «credibilidade» da denúncia e/ou da própria vítima e, por fim, seleciona zonas ou suspeitos, de acordo com um jogo de probabilidades que ela própria estabelece.

Aliás, como já referido, atuando (ou não) cautelarmente, mediante conceitos «abertos» de necessidade e urgência!

Mas importa considerar também, que o próprio legislador previu um outro tipo de «efeito-de-funil», ao estabelecer um leque de condutas tidas como lesivas de interesses penalmente tuteláveis, cuja «perseguição» processual dependerá da vontade do próprio ofendido.

E este dispõe de seis meses para apresentação da respetiva queixa, podendo – portanto – inviabilizar um leque de providências cautelares ou medidas de polícia a efetuar no momento a seguir ao crime ou uma série de diligências cuja celeridade (nos termos exemplificativos já expostos) se impunha.

Nomeadamente:

A detenção do autor em flagrante delito apenas se mantém, nos casos de crime de natureza semipúblico, quando – em ato a ela seguido – a vítima apresentar queixa, não podendo (sequer) ocorrer quando se trate de crime de natureza particular.

Ainda que, segundo alguns autores, a falta desta condição de prosseguibilidade não impeça o MP de registar inquérito e de tomar posição no sentido de serem efetuadas providências quanto à obtenção de prova ou de apreciar a validade dos atos policiais (Carvalho, 2007).

## **Política Criminal**

«A proteção dos direitos fundamentais no processo penal é uma questão que tem a ver com o tipo de estado a que pertencemos, mas é, sobretudo um problema de política criminal.» (...) e aqui estamos «perante opções que deverão girar sempre à volta de um trinómio. O trinómio garantias, eficácia e realismo. Se falha uma destas linhas de força, ou falha o Estado de Direito, ou falha a própria política criminal» (Moura, 2006: 262).

Importa, pois, encarar a política criminal enquadrada num contexto socioeconómico e cultural e num jogo de possibilidades entre os direitos de todos e de cada um (como comunidade que espera segurança, ordem pública e a repressão do crime), entre os direitos do suspeito/arguido (dos quais se destaca o de um processo célere e justo), e o tal «realismo» (ou seja, o que, no âmbito das instâncias formais de controlo, se pretende, se pode, se deve e se consegue).



Ora, a contemporaneidade tem sido marcada por mudanças rápidas, incertezas, riscos e outras imprevisibilidades, geradoras, também elas, de sentimentos de insegurança (Gomes, 2014).

Mas foi necessário chegar-se ao ano de 2006 para que a política criminal, no nosso país, fosse considerada digna de produção legislativa.

«A Lei-Quadro da Política Criminal (...) foi apresentada, essencialmente no período do anteprojeto no quadro da Unidade de Missão para a Reforma da Justiça Penal, como rotura com uma situação de demissão consistente na falta de definição democraticamente legitimada da política criminal» (Mesquita, 2006: 77).

Tal Diploma (Lei nº 17/2006 de 23 de Maio), que estabelece como objetivos «prevenir e reprimir a criminalidade e reparar os danos individuais e sociais dela resultantes...» (art.º 4º), limita-se – isso sim – a determinar a necessidade de outras leis (da Assembleia da República) e, numa outra vertente, a estabelecer que o Governo e o Procurador-Geral da República deverão emitir diretivas, ordens e instruções destinadas a fazer cumprir «a lei»!

Mas estabelecem-se aqui dois planos distintos: a prevenção das forças e serviços de segurança e a execução de penas em sentido amplo, cuja responsabilidade, na sua aplicação (por força das citadas diretivas), cabe ao Governo (art.º 12º) e, por outro lado (diferenciadamente), a investigação e ações de prevenção entregues ao Ministério Público (art.º 13º), numa dicotomia distante da realidade.

Porventura, confundindo também política criminal com política de segurança que deve responder, preferencialmente, a necessidades de ordem e tranquilidade pública e bem-estar social, podendo – portanto – passar por ações bem longe dos horizontes criminais ou processuais penais.

Mas se assim é, também se esquece a prevenção criminal em todo o seu sentido abrangente, tendo daqui sido arredados (numa interpretação lógica/sistemática da lei) os órgãos de polícia criminal.

Mas só aparentemente ou parcialmente arredados, pois que as Leis de Objetivos, Prioridades e Orientações de Política Criminal (designadamente, para o Biénio 2009-2011) acabam por (efetivamente) confundir conceitos misturando sequencialmente

planos de policiamento de proximidade, operações especiais relativas a armas, prevenção e intervenção em zonas urbanas sensíveis, equipas especiais de investigação, inquérito e prevenção especial de condenados (desta feita, sob diretivas e instruções do Procurador-Geral da República).

Mais do que isso:

Perdido o fulgor legislativo impulsionado por tal Lei-Quadro, a Assembleia da República ficou-se no (referido) Biénio 2009-2011.

Temos, pois, que nos socorrer de normas de prevenção ou de prioridade criminal «escondidas» em vários Diplomas, tal como a Lei das Armas (Lei nº 5/2006 de 23 de Fevereiro), a Lei da Violência Doméstica (Lei nº 112/2009 de 16 de Setembro), as Ações Encobertas Preventivas (previstas na Lei nº 101/2001 de 25 de Agosto) ou as Medidas de Combate à Criminalidade Organizada e Económico-Financeira (previstas pela Lei nº 5/2002 de 11 de Janeiro).

Ora, excetuando o (justamente) mediatizado crime de violência doméstica (mas apenas na vertente de violência de género), a prevenção, mormente nos crimes contra as pessoas – com níveis de reincidência elevados – tem sido esquecida.

Aliás, a referida Lei de Objetivos, limita-se a estabelecer uma norma desprovida de conteúdo pragmático, referindo-se apenas a vítimas especialmente vulneráveis e limitando-se a referir «promove-se, em particular, a proteção de vítimas especialmente vulneráveis, tal como...».

E tudo isto (ou nada), não obstante o Comité de Ministros do Conselho da Europa ter insistido na criação de uma política de prevenção criminal e ser consabido que se trata do método mais económico e eficaz para a verdadeira assunção de um Estado de Direito (Albuquerque, 2004).

Ainda que seguindo o referido trinómio de que falava Souto de Moura e, portanto, sem esquecer a escassez de meios e uma cultura cívica pouco interventiva, também a eficácia dos sistemas formais de controle, na vertente da repressão, apresenta números que nos devem fazer questionar, com a fase do inquérito a ter durações de 50 meses relativo a crimes fiscais, 30 meses nos crimes contra a economia, 29 meses nas burlas e falsificações e 20 meses nos homicídios e furtos.

## Produção legislativa

Recorrendo uma vez mais às reflexões de Souto de Moura (2006: 248): «dir-se-ia que a preocupação com os direitos fundamentais do cidadão em geral, se manifesta sobretudo no direito penal substantivo, enquanto que a preocupação com a proteção dos direitos fundamentais do cidadão enquanto suspeito de um crime, releva, sobretudo, no direito penal adjetivo.»

Ou, como refere Valente (2006) na sua obra que o processo penal surge, desta feita, como forma de realizar o direito penal substantivo, assumindo-a como um dever Estatal materialização de uma *justiça justa* (expressão nossa).

Ainda que importe reconhecer a necessidade de harmonização dos fins que lhe são subjacentes: descoberta da verdade material, proteção dos direitos pessoais, paz jurídica e, ainda, eficácia (mas também eficiência) dentro de um jogo de possibilidades a que alguns autores chamam de «concordância prática» (Valente, 2004).

Daí que, não obstante as referidas Leis de política criminal, o quadro fundamental para a realização da justiça (também no sentido de direito constitucional aplicado) reside, por um lado, na tipificação de determinado facto como crime (Código Penal) e, por outro, no Código de Processo Penal, um sistema de regras para a investigação, acautelando os direitos e deveres dos suspeitos/arguidos (ainda que muito pouco das vítimas).

Mas se assim é, importa que tenham um carácter de estabilidade, na verificação de um princípio de segurança jurídica (externo e interno).

*“O princípio do estado de direito, densificado pelos princípios da segurança e da confiança jurídica, implica, por um lado, na qualidade de elemento objetivo da ordem jurídica, a durabilidade e permanência da própria ordem jurídica, da paz jurídico-social e das situações jurídicas; por outro lado, como dimensão garantística jurídico-subjetiva dos cidadãos, legitima a confiança na permanência das respetivas situações jurídicas”.* Extraí-se, portanto, que a proteção da confiança e a segurança jurídica exigem uma atuação Estatal que proteja os cidadãos das mudanças legais, que são necessárias para o desenvolvimento social (Canotilho, 2007: 252).

Ainda assim, ou não obstante, deparamo-nos, desde 1982, com a 39ª (trigésima nona) alteração ao Código Penal e, desde 1987, com a 29ª (vigésima nona) alteração ao Código Penal.

E isto, sem contar com uma sucessão de leis avulsas com dignidade penal e processual penal, que – para além do seu carácter avulso – também contam com um incessante labor de reformulação.

Tal é o caso (por exemplo) da Lei das Armas que, arredando do Código Penal a tipificação dos crimes <sup>10</sup>, veio – a 23 de Fevereiro de 2006 – criar um regime exaustivo de regras administrativas, de segurança, penais e processuais penais (algumas delas até inicialmente não compagináveis com as regras geral dos referidos Códigos) e que, em 2013, já contava com a sua 5ª (quinta) alteração.

Poder-se-ia argumentar da necessidade de atualização das leis às novas realidades sociais. De facto: «O novo século e o novo milénio devem (...) assistir à persistência da função do direito penal de exclusiva tutela subsidiária de bens jurídico-penais tanto individuais e pessoais, como sociais e transpessoais» (Dias, 2001: 185).

Só que:

Já em 1764, Beccaria defendia que só com boas leis se podem combater casos que potenciam situações de desigualdade. As penas e o direito de punir surgiram para proteger a sociedade daqueles que transgridem as expectativas de paz. Mas ninguém, por si só, abdica da sua liberdade para visar o interesse público (Beccaria, 1998).

Ainda assim:

O «direito penal deve continuar a resguardar-se de tentativas de instrumentalização como forma de governo, de propulsão e promoção de finalidades da política estadual» (Dias, 2001: 185).

Repescando-se assim a ideia de Gomes Canotilho (2014), no sentido da segurança e da confiança jurídica, mas invocando também Claus Roxin (2006) : «O direito penal é de natureza subsidiária. Ou seja, somente se podem punir as lesões de bens jurídicos e as contravenções contra fins de assistência social, se tal for

---

<sup>10</sup> A 1ª versão (Lei n.º 5/2006, de 23 de Fevereiro) prevê na al. o) do artigo n.º 118º a revogação do artigo n.º 275º do Código Penal.

indispensável para a vida em comum ordenada. Onde bastem os meios de direito civil ou do direito público, o direito penal deve retirar-se.» (Roxin, 2006: 28).

## 2.1 – Enquadramento legal

### Lei orgânica da Polícia de Segurança Pública

A missão da polícia (qualquer uma) tem por função base assegurar a ordem e segurança pública e prevenir a criminalidade. A sua atividade desenrola-se a qualquer momento e em qualquer lugar onde o homem desenvolva a sua vida social.

Para compreendermos a dimensão da Polícia de Segurança Pública enquanto organização estatal, responsável por uma grande parte da segurança do país, temos de viajar por um sem número de diplomas, normas e regulamentos, até às mais básicas expectativas que os cidadãos depositam sobre ela, enquanto polícia integral de intervenção e de impacto nacional.

Em concreto, a PSP está dotada de uma orgânica própria e de mapas de pessoal com funções policiais e não policiais, prosseguindo a sua missão, essencialmente, nos meios urbanos. Tem natureza de serviço público, é dotada de autonomia administrativa e o dispositivo territorial encontra-se estruturado em Comandos Regionais, Metropolitanos e Distritais, sob a alçada de uma Direção Nacional.

O artigo 1.º da sua Lei Orgânica estabelece – desde logo – como princípio básico e (quanto a nós) inalienável, que *«A PSP tem por missão assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, nos termos da Constituição e da lei.»*.

Por sua vez o artigo 3º define as atribuições desta polícia, desde as genéricas (que partilha com as outras) *«Prevenir a criminalidade em geral, em coordenação com as demais forças e serviços de segurança; Desenvolver as ações de investigação criminal e contraordenacional que lhe sejam atribuídas por lei, delegadas pelas autoridades judiciárias ou solicitadas pelas autoridades administrativas;»*, passando por missões específicas, cuja competência está acometida de forma exclusiva a esta força de segurança.

Considerando o estudo que nos propomos desenvolver, destacamos as competências de prevenção e investigação criminal, muitas vezes encaradas como «compartimentos» estanques, mas – quanto a nós - nunca dissociáveis.

É importante reconhecer que mesmo nas organizações policiais que têm departamentos de investigação independentes dos departamentos de patrulha (como é o caso da PSP), os mesmos enquadram-se numa polícia integral que funciona como um todo (ainda que com diferentes níveis de administração e áreas de atuação) o que contribui para o sucesso das investigações (Bayley, 1998).

Ainda que estejamos perante uma polícia com coordenação bicéfala (mais ou menos patente, mais ou menos exercida): do Ministério da Administração Interna, por um lado, e do Ministério Público, por outro; muitas vezes com perspectivas e objetivos próprios.

Daí que se tenha efetuado uma breve reflexão sobre as experiências de modelos de polícia e os seus impactos internos e externos, mas também sobre a relação funcional com as autoridades judiciais (em «tensão» com uma ideia de autonomia técnica e tática).

Na realidade:

O art.º 11º da referida Lei Orgânica espelha bem a ideia supra exposta, ao estabelecer que «enquanto órgãos de polícia criminal, e sem prejuízo da organização hierárquica da PSP, o pessoal com funções policiais da PSP atua sob a direção e na dependência funcional da autoridade judiciária competente» (nº 2 e sublinhado nosso) e, ainda, que «os atos determinados pelas autoridades judiciais são realizados pelos elementos para esse efeito designados pela respetiva cadeia de comando, no âmbito da sua autonomia técnica e tática.» (nº 3 e sublinhado nosso).

Dentro desta «dualidade» e concretizando um pouco mais para o que aqui releva – ou seja, para a intervenção policial a montante da instauração formal de um inquérito e sua comunicação ao MP – «a PSP utiliza as medidas de polícia legalmente previstas e nas condições e termos da Constituição e da lei de segurança interna, não podendo impor restrições ou fazer uso dos meios de coerção para além do *estritamente necessário*» (art.º 12º).

E se alguns Diplomas podem espelhar uma noção ou restrição sobre esta cláusula aberta, fica sempre a questão: o que é o «*estritamente necessário*» no dia-a-dia? Quais os seus parâmetros de avaliação? Nos termos jurídicos de «homem médio» devidamente esclarecido? Em termos de exigência profissional das forças de segurança? Ou em termos concretos de uma situação de stress, de operação de risco e de resposta a inopinado?

## Estatuto do Pessoal Policial da Polícia de Segurança Pública

Tradicionalmente, segundo o modelo clássico, a interação entre o funcionário da administração pública e o Estado consubstanciava-se numa «mera» relação de carácter orgânico (e não empregador/trabalhador), concretizada ou materializada em dependência(s) hierárquica(s) (Fernandes, 1995).

Com a Constituição de 1976 e também perante o reconhecimento universal dos direitos dos trabalhadores, bem como com a modernização e democratização da Administração Pública (determinantes para o abandono do sistema clássico), as relações laborais passaram a conceptualizar-se, sobretudo, numa lógica de Direito (Viana, 2007).

Não obstante ainda com reminiscências de um modelo burocrático com grande pendor hierárquico, a função pública assumiu uma especificidade funcional e institucional, que a distingue do modelo aplicado à generalidade dos trabalhadores por conta de outrem. Na verdade (a par de outras atividades de reconhecida imprescindibilidade social), foram criados estatutos profissionais próprios, que procuram conciliar as condições de prestação do trabalho com a prossecução do interesse público.

E é na procura de alcançar estes objetivos que surge o Estatuto do pessoal da PSP <sup>11</sup> cujo objetivo, ao criar uma carreira especial, foi (também) adequar a ação policial à LOIC e à LSI.

Desde logo importa definir quem são os funcionários (da PSP) a que vulgarmente designamos de «Polícias». O art.º 3º define: «Considera-se pessoal policial o corpo de profissionais da PSP com funções policiais, armado e uniformizado, sujeito à hierarquia de comando, integrado nas carreiras especiais de oficial de polícia, chefe de polícia e agente de polícia e que prossegue as atribuições da PSP, nomeadamente nos domínios da segurança pública e da investigação criminal, em regime de nomeação, sujeito a deveres funcionais decorrentes de estatuto disciplinar próprio e para cujo ingresso é exigida formação específica, nos termos do presente decreto-lei.» (sublinhado nosso).

---

<sup>11</sup> Decreto-Lei n.º 299/2009, de 14 de Outubro.

É assim dado corpo à qualidade profissional dos funcionários com funções policiais da PSP e, ao mesmo tempo e de uma certa forma, se complementam os artigos 11º e 12º da LOPSP.

Numa outra linha, a existência de um modelo predominantemente estatutário visa dar resposta a uma disponibilidade funcional para assumir e executar ordens legítimas do órgão, ao mesmo tempo que determina um regime de incompatibilidades do exercício da função pública com atividades que possam afetar a disponibilidade da dedicação que lhe é exigida e ainda o imparcial e contínuo exercício das funções públicas (Maças, 1999).

No caso em concreto, a existência de um modelo predominantemente estatutário fundamenta um regime de incompatibilidades (art.º 5º e seguintes) com práticas (remuneradas ou não) que possam afetar o sentido e exigências próprias da função e, concomitantemente, alicerça a ideia de inteira e total disponibilidade no exercício desta, sem «interregno» de horário ou de área geográfica.

Um polícia é, sempre polícia! Assim o parece estar consignado no artigo 5º do EPPSP que estabelece o *dever profissional* dos agentes <sup>12</sup> da PSP, estabelecendo no seu n.º 1: «Sem prejuízo do disposto no Estatuto Disciplinar e no presente decreto-lei, o pessoal policial deve dedicar-se ao serviço com toda a lealdade, zelo, competência, integridade de carácter e espírito de bem servir, utilizando e desenvolvendo de forma permanente a sua aptidão, competência e formação profissional adquiridas na PSP ou outras constantes do respetivo processo individual.», a que acresce o n.º 2 deste artigo que: «O pessoal policial, ainda que se encontre fora do período normal de trabalho e da área de jurisdição da subunidade ou serviço onde exerça funções, deve tomar, até à intervenção da autoridade de polícia criminal competente, as providências urgentes, dentro da sua esfera de competência, para evitar a prática ou para descobrir e deter os agentes de qualquer crime de cuja preparação ou execução tenha conhecimento.» (sublinhado nosso).

Mas não se fica por aqui.

Entendeu o legislador (art.º 6º) reforçar uma ideia de segredo de justiça e de segredo profissional (que não, sigilo profissional), acabando – depois – por remeter para

---

<sup>12</sup> A utilização da designação «Agentes» neste contexto é enquanto profissionais de polícia com funções de polícia criminal.



a lei geral, ou seja, para o próprio Código Penal (evidentemente aplicável, mesmo que aquela norma não existisse).

E, se por um lado se esqueceu que, desde 2007 os processos de natureza criminal são, por regra, públicos (importando uma decisão judiciária em sentido oposto, nem sempre conhecida pelo OPC que investigou ou que cumpre diligências delegadas), importa também referir que o procedimento criminal por violação do segredo de funcionário – à primeira vista mais censurável, porque com uma pena abstratamente aplicável mais grave – depende de «participação da entidade que superintender no respetivo serviço ou de queixa do ofendido» (ainda que tal conduta possa criar perigo para a vida de outrem).

Daí que, ainda que numa tentativa de especificar quais os atos e procedimentos sujeitos a segredo<sup>13</sup>, tenham sido mantidos – uma vez mais, aqui como na restante função pública – resquícios de um «modelo autoritário» que, no caso (e quanto a nós indevidamente) se sobrepõe à necessidade (ou aferição judiciária) de uma tutela penal.

Igual metodologia foi adotada sobre a imposição de um conjunto de deveres especiais que recaem sobre estes profissionais e, em particular, sobre aquele que será (sempre) o dever mais importante numa força de segurança de um país democrático – a salvaguarda da vida humana e sua dignidade: «Garantir a proteção das vítimas de crimes e a vida e integridade física dos detidos ou das pessoas que se achem sob a sua custódia ou proteção, no estrito respeito da honra e dignidade da pessoa humana;» (art.º 8º).

Mas não basta essa garantia, é necessário que seja alcançada num conjunto de princípios e equilíbrios, devendo os OPC's: «Atuar sem discriminação em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social ou orientação sexual; ...» e, perante a iminência de uma ação danosa (o OPC), deve atuar: «...com a decisão e a prontidão necessárias, quando da sua atuação dependa impedir a prática de um dano grave, imediato e irreparável, observando os princípios da adequação, da oportunidade e da proporcionalidade na utilização dos meios disponíveis;» porém: «...sem recorrer à força mais do que o estritamente necessário para cumprir uma tarefa legalmente exigida ou autorizada.», (al. b) a f) do art.º 8º).

---

<sup>13</sup> «Os actos processuais de investigação criminal e de coadjuvação das autoridades judiciárias estão sujeitos a segredo de justiça nos termos da lei.» e no n.º 2 que: «As acções de prevenção e os processos contra-ordenacionais, disciplinares, de inquérito, de sindicância, de averiguações, bem como de inspecção, estão sujeitos ao segredo profissional, nos termos da lei geral.»

Na referida cláusula aberta e, porventura, também ela sujeita a um poder hierárquico (mais ou menos) discricionário.

Dáí que, sem grande margem de erro, se possa afirmar que as FSS serão das instituições do Estado em que os seus profissionais veem a sua ação mais regulamentada e responsabilizada (e, neste aspeto, a realidade demonstra-o)<sup>14</sup>.

Com deveres acrescidos:

E em que os seus (comummente referidos ou, até, imaginados) poderes se traduzem em poderes/deveres (sempre sindicáveis).

Mas a talhe de foice:

Uma vez mais em incongruência com o Código Penal, a Lei Orgânica reproduz de forma diferenciada o crime de desobediência a uma «*ordem ou a mandado legítimos, regularmente comunicados e emanados de autoridade de polícia ou agente de autoridade da Polícia de Segurança Pública*» cominando-o como desobediência qualificada, ao invés do referido Diploma (base) em que o crime de desobediência perante aquelas ordens ou mandados (qualquer que seja a entidade, nomeadamente, autoridade judiciária), será punido como desobediência simples.

E dentro da estranheza que provoca, acresce dizer que estamos perante uma norma dirigida a terceiros (que não os profissionais de polícia) – a quem se tipifica e especialmente se censura uma conduta – mas que se encontra «escondida» num Diploma especial, dirigido a determinados profissionais.

Será ela aplicada?

## Lei de Segurança Interna

A Segurança Interna<sup>15</sup> é uma atividade desenvolvida em exclusividade pelo Estado e visa garantir a ordem e tranquilidade pública, proteger pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade, garantir o regular funcionamento das instituições

---

<sup>14</sup> A par dos já expostos veja-se, a título de exemplo, o limite de TAS que não pode exceder os 0,2 g/ quando em serviço.

<sup>15</sup> Lei n.º 53/2008, de 29 de Agosto.

democráticas e o regular exercício dos direitos liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos (artigo 1º da LSI).

Para alcançar estes objetivos, estabelece-se – como princípios fundamentais – que a atividade de segurança interna se pauta «pela observância dos princípios do Estado de direito democrático, dos direitos, liberdades e garantias e das regras gerais de polícia», definindo que as designadas medidas de polícia «...são as previstas na lei, não devendo ser utilizadas para além do estritamente necessário e obedecendo a exigências de adequação e proporcionalidade.» (art.º 2º).

Considerando que a Lei de Segurança Interna se aplica a todos os profissionais de todas as forças de segurança, a mesma assume-se como um documento estrutural de qualquer política criminal e de segurança.

Assim,

O enquadramento e fiscalização da política de segurança interna (art.º 7º) é responsabilidade da Assembleia da República, cabendo ao Governo a condução dessa política, enquanto ao Conselho de Ministros compete, entre outros, definir as leis gerais, programar e assegurar os meios necessários para atingir os objetivos definidos (art.º 8º n.º 1 e 2).

E dentro desta lei, nomeadamente no art.º 28º, estabelecem-se – fora do Código de Processo Penal – «medidas de polícia» que visam: «A identificação de pessoas suspeitas que se encontrem ou circulem em lugar público, aberto ao público ou sujeito a vigilância policial; A interdição temporária de acesso e circulação de pessoas e meios de transporte a local, via terrestre, fluvial, marítima ou aérea; A evacuação ou abandono temporários de locais ou meios de transporte.»

Ainda que:

Podendo num momento imediato serem confundidas com outras competências (nomeadamente de trânsito), são igualmente consideradas medidas de polícia: «... a remoção de objetos, veículos ou outros obstáculos colocados em locais públicos sem autorização que impeçam ou condicionem a passagem para garantir a liberdade de circulação em condições de segurança.».

Existe aqui claramente um propósito de dotar os OPC's de instrumentos de atuação que permitam prevenir danos/males maiores, a par de uma capacidade de assegurar um regular funcionamento da vida em sociedade.

Sinal dos tempos, das ameaças com que as atuais gerações se deparam – fruto da globalização que se estendeu à atividade criminal – procurou-se (em nosso entender) dotar as FSS de instrumentos capazes de executar ações de prevenção e/ou dissuasoras, especialmente perante situações de potencial perigosidade por recurso a mecanismos letais (armas de fogo ou substâncias explosivas).

Surgem assim as designadas «Medidas especiais de polícia» (encontramos um paralelo nas «operações especiais de prevenção» na lei das armas), corporizadas no art.º 29º: «A realização, em viatura, lugar público, aberto ao público ou sujeito a vigilância policial, de buscas e revistas para detetar a presença de armas, substâncias ou engenhos explosivos ou pirotécnicos, objetos proibidos ou suscetíveis de possibilitar atos de violência e pessoas procuradas ou em situação irregular no território nacional ou privadas da sua liberdade; A apreensão temporária de armas, munições, explosivos e substâncias ou objetos proibidos, perigosos ou sujeitos a licenciamento administrativo prévio;».

Medidas estas que se inserem num campo de prevenção criminal e se dirigem a indivíduos/factos/ocorrências que estão em curso, mas também outras que, perseguindo os mesmos fins, atuam numa (digamos) área de polícia administrativa: «A realização de ações de fiscalização em estabelecimentos e outros locais públicos ou abertos ao público; as ações de vistoria ou instalação de equipamentos de segurança; o encerramento temporário de paióis, depósitos ou fábricas de armamento ou explosivos e respetivos componentes; a revogação ou suspensão de autorizações aos titulares dos estabelecimentos referidos na alínea anterior; o encerramento temporário de estabelecimentos destinados à venda de armas ou explosivos; a cessação da atividade de empresas, grupos, organizações ou associações que se dediquem ao terrorismo ou à criminalidade violenta ou altamente organizada; a inibição da difusão a partir de sistemas de radiocomunicações, públicos ou privados e o isolamento eletromagnético ou o barramento do serviço telefónico em determinados espaços».

Estas últimas têm, de uma forma geral, um carácter temporário e destinam-se essencialmente a fiscalizar o regular cumprimento de todas as atividades que direta ou

indiretamente atuam/interferem na segurança interna, tal como decorre do art.º 30º que define os princípios de necessidade de aplicação de medidas de polícia: «...só são aplicáveis nos termos e condições previstos na Constituição e na lei, sempre que tal se revele necessário, pelo período de tempo estritamente indispensável para garantir a segurança e a proteção de pessoas e bens e desde que haja indícios fundados de preparação de atividade criminosa ou de perturbação séria ou violenta da ordem pública.»

### Lei de Organização da Investigação Criminal

A exemplo de algumas soluções encontradas para a LSI – que visam essencialmente dar resposta a novos desafios criminais – também a LOIC que, perseguindo igual objetivo, procura reforçar a coordenação e cooperação de todos os órgãos de polícia criminal promovendo (pelo menos em teoria) a partilha de informações segundo princípios de necessidade.

Procura igualmente evitar sobreposições causadoras de desperdícios de recursos e que têm sido apontadas como causa de graves prejuízos à investigação criminal.

Numa tentativa de demarcar os vértices de investigação, objetivando limitar eventuais abusos de atuação dos OPC's, o legislador definiu a investigação criminal (art.º 1º) como sendo a atividade que: «... compreende o conjunto de diligências que, nos termos da lei processual penal, se destinam a averiguar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a sua responsabilidade e descobrir e recolher as provas, no âmbito do processo.»

Contudo, este conceito deveria ser mais abrangente pois que, a IC compreende o processo de procura de indícios e vestígios que nos façam compreender quem, como, quando, onde e porquê foi cometido o crime X (Valente, 2006).

Mas quando se trata de atuar no campo da prevenção, as FSS regem-se por uma série de normas – desde a LSI, passando por leis próprias (leis orgânicas) e acabando num sem número de Diplomas avulsos – que, à primeira vista, poderão fazer inculcar a ideia de uma forte e garantística regulamentação, mas que (de facto) deixam, aos OPC's, um leque de possibilidades, por vezes não sindicáveis (no momento ou *a posteriori*).

Já quanto à investigação criminal (e conscientes que estas duas vertentes se confundem), o respetivo campo de atuação baliza-se dentro das regras das «medidas cautelares e de polícia» previstas pelo Código de Processo Penal.

Ora:

Tal como já referido supra, a atuação das FSS no âmbito da IC parece ter ficado sujeita a uma dupla tutela: mantendo intocável a sua autonomia técnica e tática (assente num modelo de funcionamento hierarquizado), as mesmas agem sob dependência funcional da autoridade judiciária competente de acordo com cada fase do processo (tal como resulta do art.º 2º), a quem cabe a direção efetiva da investigação.

Mas «tudo» isto, sem prejuízo do poder/dever de: «... praticar os atos cautelares necessários e urgentes para assegurar os meios de prova.» (art.º 249º do Código de Processo Penal) ou mesmo – em mais uma incongruência legislativa – de «iniciar de imediato a investigação» (art.º 2º da LOIC e sublinhado nosso).

Ora, esta opção do legislador – visando, *prima facie*, uma resposta eficaz ao crime – pode trazer consigo os inerentes perigos de interpretação sobre em que se consubstanciam, verdadeiramente, os «atos cautelares necessários e urgentes para assegurar os meios de prova», pois que, extravasando-os, estaremos perante uma revogação, de facto, das normas processuais penais (Valente, 2006).

Sendo certo que, em muitos casos não é possível repor o estado de coisas que existiria antes da intervenção policial, mesmo que a autoridade judiciária venha a discordar dos procedimentos adotados.

É que, se a LOIC não especifica o que pode assumir natureza de ato cautelar e de polícia, também o Código de Processo Penal estabelece um rol meramente exemplificativo dessas atos («*nomeadamente*»), admitindo – até – a sua realização já no decurso de um Inquérito (nos termos do nº 3 do cit. artigo).

Daí que, sem qualquer delimitação sobre o alcance – mas apenas o seu sentido (assegurar os meios de prova) – os OPC's veem aqui um leque de possibilidades, coartadas – na prática – não pela Lei, não pelas AJ, mas apenas por uma possível intervenção hierárquica interna (tida como autonomia técnica e tática, mas muitas vezes estabelecida por critérios de oportunidade e de afetação de meios).

Ora:

No que tange à ação da PSP no campo da IC (art.º 6º), esta é competente para: «... a investigação dos crimes cuja competência não esteja reservada a outros órgãos de polícia criminal e ainda dos crimes cuja investigação lhes seja cometida pela autoridade judiciária competente para a direção do processo, nos termos do artigo 8.º.».

Podemos assim afirmar que a PSP tem uma competência genérica deferida (art.º 6º). Contudo, sempre que a AJ o entenda (art.º 8º, n.º 1): «Na fase de inquérito, o Procurador-Geral da República, ouvidos os órgãos de polícia criminal envolvidos, defere a investigação de um crime referido no n.º 3 do artigo anterior a outro órgão de polícia criminal desde que tal se afigure, em concreto, ao bom andamento da investigação...».

E perante a existência de situações de registo de conflitos negativos, a solução é encontrada no art.º 9º: «Se dois ou mais órgãos de polícia criminal se considerarem incompetentes para a investigação criminal do mesmo crime, o conflito é dirimido pela autoridade judiciária competente em cada fase do processo.».

O que nos levanta, desde logo, uma questão: «E quando se tratar de conflitos positivos?».

Aqui o legislador nada diz, nem a solução encontrada no art.º 6º nos parece que possa ser exequível, desde logo porque impõe uma intervenção do PGR, depois de ouvidos todos os responsáveis dos OPC's envolvidos.

Parece assim, sair daqui reforçado o papel da AJ como a verdadeira titular da ação penal, dito de outra forma, a detentora do poder/dever de investigar.

Diríamos que tal não é mais que a materialização de princípios constitucionais do artigo 219º da Constituição da República Portuguesa – define as funções e estatuto do Ministério Público – que estabelece que cabe ao MP: «...exercer a ação penal orientada pelo princípio da legalidade e defender a legalidade democrática.».

Mas se assim é como se explica o n.º 2 do artigo 5º ao consagrar expressamente que: «Sem prejuízo dos casos de competência diferida, se a investigação em curso vier a revelar conexões com crimes que não são da competência do órgão de polícia criminal que tiver iniciado a investigação, este remete, com conhecimento à autoridade

judiciária, o processo para o órgão de polícia criminal competente, no mais curto prazo, que não pode exceder vinte e quatro horas.».

Que lei é esta que altera a hierarquia dos fatores?

Que lei é esta que permite que um OPC dê início a uma investigação, antes mesmo, de uma decisão judiciária esclarecida?

Que papel tem o MP perante a LOIC?

Como pode exercer a sua autonomia e direção do inquérito quando se vê perante normas fechadas e contrárias ao princípio de atuação do titular da ação penal?

Dito de outra forma, como pode uma qualquer lei impor regras contrárias à da CRP, sem que ninguém se questione?

E isto sem perder de vista que a investigação criminal depende de duas importantes áreas para alcançar sucesso: as leis e sua tramitação processual e as técnicas de investigação (Brown, 2001).

### **Lei-Quadro de Política Criminal**

Verificamos na LSI que cabe ao Governo definir a política criminal, tal como lhe cabe assegurar a governação das instituições responsáveis pela segurança interna, dotando-as dos meios e equipamentos necessários à prossecução dos fins destas.

Verificamos igualmente que cabe ao Governo estabelecer prioridades e objetivos, procurando dar resposta às necessidades sentidas pela população – tendo aqui presente quais os fenómenos criminais que em dado momento contribuem para o incremento do sentimento de insegurança – e promovendo uma eficaz rentabilização dos recursos, que serão sempre escassos.

É neste quadro que surge assim a LQPC, «obrigando» os órgãos de soberania com competência para o efeito – a Assembleia da República e o Governo – a exercerem as suas competências, delineando uma política que consagre estratégias de prevenção e repressão da criminalidade.



Importa porém acautelar que não seja possível, por esta via, manipular processos concretos, devendo, a definição desta política, assentar num «plano» abstrato, acautelando – de igual forma – o cumprimento do princípio da legalidade, uma vez que não pretende, nem permite, isentar da ação penal quaisquer tipos de crime.

Trata-se assim, tão-somente, de procurar dar resposta às preocupações do momento, definindo e traçando objetivos, prioridades e orientações (artigo 1º), sem nunca perder de vista os direitos, liberdades e garantias constitucionalmente consagrados (artigo 2º).

Mas para que LQPC se preencha e seja, efetivamente, um instrumento de política criminal depende (obrigatoriamente) da aprovação da Lei de Política Criminal, que define os objetivos, prioridades e orientações de política criminal para o biénio seguinte.

Acontece que nem sempre tal tem acontecido e nas leis que já vigoraram nunca houve uma previsão de reforço ou alocação de meios para os crimes definidos como de investigação prioritária. Dito de outro modo, o legislador limitou-se (quando o fazia) a traçar linhas gerais, sem expressar uma preocupação de aplicabilidade da lei, ao ser omissos quanto ao papel que os OPC's e MP devem garantir para alcançar os objetivos a que a lei se propôs.

Aqui chegados e após apresentar um conjunto de normas tão díspares e, aparentemente nem sempre conciliáveis, importa fazer uma breve análise sobre toda uma *outra* proliferação legislativa.

E porque umas vezes sobreposta ou, pelo menos, de difícil articulação prática, não se resiste a uma pergunta provocatória ou a uma estranheza imediata.

Afinal, quem tem o *dominus* da investigação criminal?

Considerando todos os poderes/deveres atribuídos aos órgãos de polícia criminal (*maxime*, à Polícia de Segurança Pública) e considerando que o Ministério Público é, na grande maioria dos casos, «acionado» por aqueles, fica pois – a montante – um enorme campo de discricionariedade prática, nomeadamente, ao nível das medidas de prevenção, de fiscalização, de seleção, etc.

Prevenir, significará evitar. Fiscalizar, poderá acarretar introduzir. Selecionar, consubstanciar-se-á em substituir-se!

Por seu turno, e no que concerne à investigação (propriamente dita) e ao já referido primeiro momento após o crime, as medidas cautelares de polícia – pela sua abrangência e capacidade invasiva (apenas, controladas *a posteriori*) – determinam o sentido e, não poucas vezes, o resultado final de uma investigação.

As medidas de cariz policial (sejam elas quais forem, dentro do vasto quadro legalmente consagrado) repercutem-se, necessariamente, na aplicação ou numa ideia de aplicação da justiça.

Impõe-se, por isso, repensar a articulação (e tensão) entre estes dois intervenientes e, sobretudo, o modo de preparação, motivação e atuação da polícia, bem como – concomitantemente – a sua tutela.

Cindir a «Justiça» da «Segurança Interna» (ou vice-versa) é criar realidades parcelares de um todo indivisível, perpetuando imagens distorcidas dessa mesma realidade e dos seus agentes.

Dotada de todos aqueles poderes/deveres legalmente atribuídos, o imaginário coletivo, no entanto, ainda compara a imagem das forças policiais como uma espécie de parente pobre da justiça.

«Segundo Dahl (1975 como referido em Fischer, 1992: 103), o poder de uma pessoa mede-se não apenas segundo os meios à sua disposição, mas também segundo o número e a importância das pessoas sobre as quais ele se exerce e segundo o grau de adesão de que é objeto. Para este autor, o poder deve ser estudado tendo em conta os seguintes fatores: os fundamentos, a extensão, o quadro, as técnicas disponíveis e os custos. Estes aspetos não podem ser considerados como independentes».



# CAPÍTULO III

---

## 3. FACTORES DE MUDANÇA

### 3.1 – Considerações prévias

Falar de mudança pressupõe uma necessidade imposta por fatores externos – que exigem da organização uma capacidade contínua de se adaptar às inovações – ou, por outro lado, de fatores endógenos decorrentes da própria organização, ainda que por resposta às transformações que se vão operando no ambiente social (Bressan, n.d.).

Determinante para o sucesso de uma qualquer mudança que se queira implementar é, desde logo, caracterizar a situação atual, definir o que se pretende alcançar e, por fim, acompanhar e monitorizar todo o momento de transição.

Por sua vez, este *iter* requer tempo, método e desenrola-se ao longo de quatro etapas:

1ª Etapa – convencer os funcionários que a mudança é imprescindível, demonstrando a adequação e «mais-valia» do novo modelo;

2ª Etapa – posicionamento e clareza do plano inicial; recolher opinião dos funcionários e apresentar o plano de mudança;

3ª Etapa – gerenciar o envolvimento dos funcionários através de uma comunicação constante;

4ª Etapa – evitar atrasos e evitar não alcançar os objetivos;

É na primeira etapa onde mais se joga o sucesso, ou insucesso, de uma mudança. Há uma tendência para se subestimar a dificuldade de envolvimento dos funcionários, que tendem a ser resistentes à mudança porque implica alterações de processos, estruturas e recursos humanos (Capelli, 2009).

Mas não é de uma mudança da ou na organização que falamos, mas sim, ou sobretudo, de uma mudança de atitudes, de perspetivas e de posicionamentos.

Ora, considerando as tais resistências, importa – previamente à adoção de uma ideia de mudança – verificar da respetiva necessidade e proficuidade em comparação com a dinâmica já existente, mas tendo em conta, também, os direitos individuais «internos» e praxis estabelecidas e, numa outra vertente, todo o impacto positivo ou negativo sobre a comunidade em geral.

E não é pouco o que tem de ser acautelado. São pequenas (grandes) coisas que dão uma dimensão de justiça e de respeito pelo cidadão enquanto pessoa de direitos.

Num outro plano, importa considerar que uma sociedade que não disponha de uma justiça produtiva e eficaz não é, nem pode ser, uma sociedade civilizada. Para tanto, importa resolver o problema da impunidade dos crimes (Garrett, 2007).

### **3.2 – Fatores operacionais**

Não há reforma da justiça – seja em fase discussão ou implementada no terreno – que não tenha como objetivo dar resposta à designada «morosidade processual», muitas vezes referida como um dos maiores problemas da justiça (tão mais prejudicial quanto mais longo for o processo).

Segundo Kuhn e Agra (2010), a prevenção criminal não assenta no agravamento das penas, mas sobretudo numa ideia de justiça célere, capaz de dar resposta imediata ou breve a um dado acontecimento.

E se, na maioria das vezes, é possível afirmar que um processo moroso é muitas vezes tardio (ou, quase, extemporâneo), é igualmente certo que nem toda a demora acarreta consequências negativas, desde logo porque, em alguns casos, pode significar uma decisão mais qualificada e/ou mais justa e, noutros, pode esta ser favorável ao arguido e/ou necessária para cumprimentos dos trâmites legais (Pinto, 2008).

Ao analisarmos as estatísticas da justiça verifica-se uma tendência, ainda que moderada, de aumento do número de inquéritos findos. Excetua-se, no entanto, os processos em que é deduzida acusação, pois que nestes casos – ainda que com registo de uma ligeira diminuição – não poderemos falar, verdadeiramente, de uma «tendência».

E são os crimes de emissão de cheque sem provisão que resultam em processos que têm a duração média mais alta (47 meses), seguidos dos crimes de burla com uma duração média bem mais baixa (19 meses), ainda assim, contrastando com o tempo médio de duração dos crimes rodoviários (4 meses), que ocupam o lugar mais baixo da tabela.

E são estes, os crimes rodoviários, que atingem maior projeção numérica nos tribunais, representando cerca de 34,3% de todos os inquéritos da justiça penal.

No ano 2011, os registos – agora, das autoridades policiais – revelaram que os crimes aquisitivos (furto em veículo e furto em residência) seguiam destacados dos restantes, o que explica que os crimes contra o património registem uma média de 22 crimes por 1.000 habitantes, contrastando com os crimes contra as pessoas que, apesar de surgirem em segundo lugar, «se ficam» por 9 crimes por 1.000 habitantes.

Apesar deste valor, no período 2007 a 2011<sup>16</sup>, verifica-se uma estabilidade no número de crimes registados.

É, de forma natural, nos crimes contra as pessoas que o suspeito/agente do crime é mais vezes identificado.

No relatório desenvolvido pelo Observatório Permanente de Justiça, «As Reformas Processuais e a Criminalidade na Década de 90», é abordado o tema na perspetiva da designada «crise da justiça». Neste, são apontados como principais sintomas a morosidade, a grande inacessibilidade, o grande desperdício organizacional e administrativo e a generalização dos movimentos de reforma (concretamente, para combater a própria morosidade).

Ainda segundo o mesmo relatório, as estatísticas da justiça indicam uma maior procura desta, resultante essencialmente de fatores económico-sociais que levaram a fenómenos de criminalização (a título de exemplo o caso dos cheques sem provisão e do consumo e tráfico de estupefaciente). Daqui resultou um aumento exponencial de processos, o que veio a ser apontado como um dos grandes responsáveis pela lentidão da justiça.

---

<sup>16</sup> Fonte: Direcção Geral de Política de Justiça 2011

Quer os estudos nacionais, quer internacionais, apontam um conjunto de problemas que concorrem igualmente para a morosidade na justiça, destacando a insuficiência de infraestruturas judiciais e de recursos humanos, o aumento considerável de litígios, a crescente complexidade dos casos e a excessiva burocratização dos procedimentos judiciais.

Falar de reforma judicial é abordar um conceito complexo, que pode determinar mudanças relativas a aspetos organizacionais e mais ou menos estruturantes do ordenamento jurídico. Numa análise comparada, verifica-se que na maioria dos países da Europa o movimento reformador centrou-se em soluções de carácter processual (Santos, 2002).

Em Portugal, a reforma da justiça penal – que culminou com o Código de Processo Penal (1987) – tinha a celeridade entre as suas principais motivações. Estas tiveram como pano de fundo um tratamento diferenciado entre a pequena e média criminalidade face à criminalidade grave. O CPP de 1987 procurou dar resposta ao crescimento da pequena e média criminalidade e aos respetivos efeitos negativos na administração da justiça criando, para isso, instrumentos processuais específicos. Concretamente, a introdução de um incidente autónomo de aceleração do processo, a atribuição do poder de disciplina e direção às autoridades judiciais, introdução da suspensão provisória do processo como alternativa à acusação, a consagração da dispensa de pena como fundamento do arquivamento do processo, a simplificação e desburocratização dos atos processuais, a reformulação do processo sumário e a criação do processo sumaríssimo.

Também um pouco por toda a Europa, especialmente a partir da década de 90, se foi assistindo a reformas cujo objetivo assentava numa ideia de tornar a administração da justiça mais célere e eficaz.

Começando por Espanha, importa destacar a criação do processo penal abreviado<sup>17</sup>. É um processo que contempla diversas soluções de celeridade, reforçando o papel do Ministério Público e tornando a instrução mais eficiente.

Por sua vez em França foram introduzidas diversas alterações que levaram à criação de uma forma de processo simplificada e acelerada, denominada *saisine directe*.

---

<sup>17</sup> Lei Orgânica n.º 7/1998.

Em Itália, as alterações estenderam-se a uma revisão da Constituição (em 1990) para prever expressamente o direito à decisão em prazo razoável. Nesta linha merecem destaque a criação do *patteggiamento allargato* (com afinidades ao nosso processo sumaríssimo) e a reformulação do *giudizio direttissimo* (semelhante ao nosso processo sumário), mais tarde, em 1995, foram introduzidas medidas de simplificação processual<sup>18</sup>.

Por fim, e quanto à Alemanha, destaca-se a descriminalização das contravenções penais<sup>19</sup> dando origem a uma nova categoria de ilícitos: as contraordenações. A reforma legislativa de 1974 teve por escopo principal a aceleração do processo penal, destacando-se a possibilidade do tribunal fixar datas-limite para a entrega dos resultados de perícias, bem como a introdução de uma forma acelerada de processo, similar ao nosso processo sumário (Pinto, 2008).

Também em Portugal e após a reforma de 1987, foram efetuadas – pontualmente – novas alterações, introduzindo-se o processo abreviado (Lei nº 59/98 de 25 de Agosto), prevendo-se o alargamento da possibilidade dos processos sumário e sumaríssimo (aumentando a moldura penal e retirando outras condições) e, à semelhança do direito alemão, deixou-se cair o chamado «direito penal secundário», convertendo as transgressões para ilícitos de mera ordenação social (contraordenações).

### 3.3 – Fatores económicos

Num Estado de direito democrático a justiça é um dos bens fundamentais que deve ser assegurado como garantia do regular funcionamento da vida em comunidade. É inclusive apontado como um fator de competitividade e atracção de investimento estrangeiro pelo que, falar de justiça/segurança ligada à economia, parece (cada vez mais) fazer sentido.

Ainda que, recorrentemente seja apontada como um entrave à economia, é tema que não será objeto da nossa reflexão porque nos parece que não é na justiça penal que essa questão faria sentido em ser abordada.

---

<sup>18</sup> Lei n.º 332, de 8 de Agosto de 1995.

<sup>19</sup> Iniciada em 1968 (Lei de 24 de Maio) e concluída em 1974 (Lei de 2 de Março).



Procuraremos sim abordar a questão da economia em duas áreas, ainda que superficialmente. Numa vertente estritamente operacional, em que acreditamos que quanto mais célere for a ação da polícia/justiça, menores serão os custos (menos diligências, menos tempo gasto) e, numa outra vertente em que igualmente acreditamos que uma justiça mais célere e mais eficaz funciona, por si só, como fator de prevenção.

Os processos mais recentes de reorganização burocrática da Polícia levaram a que tudo fosse objeto de registo, desde o crime mais grave, passando por meras participações dos cidadãos. Isto permitiu, por um lado, produzir uma maior possibilidade de quantificação da atividade policial e, por outro, tornou-se possível contabilizar as manifestações conhecidas de crime.

Nesta medida, tal como já referimos, a polícia conquistou para si a possibilidade de se profissionalizar levando a cabo «operações coletivas» que foram inspiradas nas políticas de «tolerância zero» exportadas de Nova Iorque para o mundo (Durão, 2011).

Muitas destas operações são amplamente mediatizadas, não numa perspetiva de sucesso de investigações prévias, mas tão-somente com um objetivo de provocar um aparato policial e concentrar em poucos momentos, numa única notícia, uma síntese da atividade policial (idem).

Mas estas operações, por mais mediatizadas que sejam, não conseguem dar resposta ao designado «crime oculto», também apelidado de «cifras negras».

São apontadas várias razões para explicar a existência destas cifras, desde a autosseleção pelas vítimas (por medo de represálias ou solidariedade para com o autor do crime), a burocracia, a longa duração do processo e a ineficácia da justiça.

Se partirmos dos dados do Inquérito de Vitimação realizado em 1994<sup>20</sup>, calcula-se, para aquele ano, que a criminalidade conhecida representava somente 28% da criminalidade total, o que aponta para números de «cifras negras» muito elevados.

Ora, no que concerne à morosidade da justiça, se atendermos ao espaço temporal de 1990-2000 – e não obstante as altas taxas de «crimes ocultos» – a pendência processual regista uma tendência de crescimento médio anual de 15 752 processos<sup>21</sup>.

---

<sup>20</sup> Inquérito realizado em 1994 pelo Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça, à escala nacional, sob orientação de Maria Rosa Crucho de Almeida e Ana Paula Alão, podendo ser consultado em: [http://www.aps.pt/cms/docs\\_prv/docs/DPR49253f37e581c\\_1.pdf](http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR49253f37e581c_1.pdf)

E esta evidente morosidade pode, por um lado, conduzir à extinção do procedimento criminal (por prescrição) ou, quando isso não acontece, pode levar à erosão da prova. Tome-se por exemplo, a audição de testemunhas ou a realização de outras diligências meses ou anos depois da ocorrência dos factos (Santos, 2002).

### 3.4 – Fatores de fiabilidade

A temática da fiabilidade pode ser abordada em duas vertentes distintas mas interligadas entre si.

Num plano: a confiança entre cidadão/sistemas formais de controlo do Estado; e

Num outro: a garantia do cumprimento e respeito pelos direitos, liberdades e garantias desse mesmo cidadão.

É no campo da prova ou, no que aqui importa, no regime das proibições consagrado nos art.º 124º e seguintes do Código de Processo Penal – com especial acuidade para o art.º 126º que regula os «*métodos proibidos de prova*» – que se materializam as referidas garantias do cidadão. (itálico nosso)

A proibição de recolha ou produção de prova pode ser uma de três espécies:

1. Os temas de prova proibidos – a título de exemplo os temas abrangidos pelo segredo de estado.
2. Os meios de prova proibidos. A ideia base assenta no pressuposto que são admissíveis todos os meios de prova que não forem proibidos por lei. Porém, a liberdade dessa escolha é ilusória, desde logo porque a lei estipula um catálogo de meios de prova admissíveis e é difícil, ou pelo menos assim parece num primeiro momento, descortinar outras soluções (que não os previstos).
3. Os meios proibidos de obtenção de prova. É no campo dos meios de obtenção de prova que a afirmação «*o processo penal é direito constitucional aplicado*» encontra o seu sentido. Porém, importa aqui fazer uma distinção entre *proibições absolutas* e *proibições relativas*. No campo das proibições absolutas temos, por ex.: a tortura, a coação ou a ofensa à integridade física. Por sua vez,

---

<sup>21</sup> Fonte: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça

no campo das proibições relativas, temos a intromissão na vida privada, no domicílio, na correspondência, entre outras, podendo estas (proibições) serem afastadas pelo titular do direito ou com autorização judicial.

Todas as provas obtidas mediante a violação destes preceitos ficam abrangidas pelo regime das «nulidades» ou, em alguns casos (porque de tal forma levado a sério), o legislador expressamente referiu: «*não podendo ser utilizadas*»<sup>22</sup>, excepto em casos que esses meios de obtenção de prova constituam, por si, a prática de um crime, podendo ser utilizados com o fim de proceder contra os agentes (magistrados, polícias, advogados) do crime (Mendes, 2004).

Acresce a isto uma outra diferença relevante, pois que tal impossibilidade de utilização é sempre irreversível e conhecida a todo o tempo.

Ora, coloca-se aqui a questão dos efeitos de uma prova produzida mediante métodos proibidos (diríamos nós, absoluta ou relativamente proibidos) sobre as outras que, em face do resultado da primeira, conseguiram ser (legalmente) efetuadas e se revelaram profícuas.

Mas para além disso, existirão limites à produção (válida) de prova? Se, por um lado, a comunidade e o próprio visado têm direito a uma justiça célere (a uma «resposta» pronta) e se, por outro, a investigação procura uma «verdade material», qual a linha que separa uma ideia de insuficiência de inquérito do exercício abusivo do mesmo?

E se à nomeação legislativa acrescem todos os meios de prova que não forem proibidos, também pode ser possível a «tentação» de desbloquear ou criar sucessivas e imprevisíveis vias de pesquisa, deixando o arguido numa posição fragilizada, pois que sem ver assegurados os seus direitos constitucionais (Oliveira, 2011).

Importa, pois, no sistema penal, assegurar um justo equilíbrio entre, por um lado, o «cumprimento» de uma ideia de justiça, que (re)estabelece a confiança dos cidadãos, e, por outro, o respeito pelos direitos, liberdades e garantias do mesmo (agora como visado), também numa relação de confiança deste com os sistemas formais de controlo.

---

<sup>22</sup> Art.º 126º do CPP.

# CAPÍTULO IV

---

## 4. CONTEXTO DE INVESTIGAÇÃO

### 4.1 – Medidas cautelares e de polícia: considerações jurídicas

Muitas vezes as polícias são chamadas a intervir para prevenir e impedir a execução de um crime e/ou assegurar os meios de prova de um crime já cometido.

Acontece, no entanto, que os crimes ocorrem a qualquer hora e em qualquer lugar, levando os OPC's a terem de tomar decisões antes da intervenção da AJ, quer pela urgência, quer pelo perigo na demora. É neste momento que as medidas cautelares e de polícia são corporizadas, num duplo pressuposto: como uma concretização da competência de coadjuvação das AJ's, mas também sujeita a limites decorrentes de uma intervenção «por iniciativa própria».

O Acórdão n.º 195/94 <sup>23</sup>, do Tribunal Constitucional refere, no seu ponto I, al.) 3, que «... as medidas de polícia encontram a sua legitimidade constitucional no quadro da prevenção de situações designadas de «perigo agudo de criminalidade», situações de perigo de futura delinquência assente em fatores externos ou exógenos, como uma função de garantia da legalidade em geral, da ordem pública, de segurança interna e dos direitos dos cidadãos, sujeitas, como tal, à observância dos princípios da necessidade e da proporcionalidade» acrescentando, no ponto III, al.) 1, que: «A matéria relativa à segurança interna, cuja caracterização conceitual pode definir-se como a «atividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática»...»

Por sua vez, Paulo Pinto de Albuquerque (2011) refere que a CRP é incompatível com ações do OPC de prevenção por iniciativa própria e de recolha de informação por tempo indeterminado, à revelia do controlo direto do MP.

---

<sup>23</sup> Acórdão n.º 195/94 Série I – A do Tribunal Constitucional, de 24 de Agosto de 1994, com o sumário: “Pronuncia-se pela inconstitucionalidade das normas conjugadas dos artigos 1.º, n.º 1, e 3.º, n.º 1, do decreto n.º 161/VI da Assembleia da República”, páginas 4907 a 4931.

Mas já não é incompatível com a existência de ações de prevenção criminal, desde que seja obrigatória a comunicação ao MP – logo que tenham conhecimento – da notícia do crime.

Trata-se, pois, de medidas que atribuem determinada autonomia aos OPC's, mas que são, antes de mais, medidas cautelares, antecipadoras e preparatórias da posterior intervenção judiciária (Cunha, 1993).

Segundo Paulo Dá Mesquita, citado no parecer do conselho consultivo da PGR<sup>24</sup>, «Os atos cautelares e de polícia dependem ainda dos pressupostos de *necessidade* e de *urgência*, isto é de um circunstancialismo que exige uma intervenção pronta do órgão de polícia criminal, tais medidas são assim globalmente norteadas por um princípio de eficácia que justifica que os órgãos de polícia criminal atuem sem prévia autorização do Ministério Público dentro de rigorosos pressupostos legais.»

A isto acresce que, segundo Paula Marques Carvalho (2007), «os OPC's competentes para a investigação, mesmo antes de receberem ordem da autoridade judiciária, devem praticar os atos cautelares necessários e urgentes para acautelar os meios de prova» (Carvalho, 2007: 173).

Face à urgência destes atos, tais medidas devem ser levadas a cabo mesmo sem a existência de um processo (no sentido técnico), sob pena de, a não serem executadas no imediato, se esvaziar a utilidade destas, com a agravante de se poder perder a garantia de recolha de provas (Carvalho, 2007).

No entanto, e não obstante a urgência e importância já referidas, estas medidas devem, obrigatoriamente, cingir-se à menor intervenção possível (mas útil), dentro dos tais conceitos/fundamentos da respetiva necessidade e urgência.

Não devem, pois, (as medidas de polícia) exceder os limites da «mera prevenção» e têm apenas uma «função de garantia», não podendo, em momento algum, ser confundidas como sancionatórias (Remédios, 2005)<sup>25</sup>.

Parece, portanto, ser perspetiva comumente aceite que os OPC's atuam dentro de um quadro legal, ainda que cautelarmente e em momento anterior à intervenção do

---

<sup>24</sup> Parecer Conselho Consultivo da Procuradoria Geral da República com o n.º P000642006, de 2 de Novembro de 2006, relator Leones Dantas, área temática Direito Processo Penal.

<sup>25</sup> Parecer do Conselho Consultivo da PGR número 1/2008, de 11 de Janeiro.

MP quando, por iniciativa própria, executam ações para prevenir a prática de um crime ou, tão-somente, assegurar a manutenção de provas.

Mas este quadro legal deve ser compreendido à luz da CRP que define as funções e limites de intervenção da polícia (art.º 272º), observados os princípios fundamentais que norteiam a administração pública (art.º 266º).

E este Diploma fundamental estabelece (ou parece estabelecer) uma ideia de tipicidade das medidas de polícia (art.º 272º nº 2).

Porém, é ao Código de Processo Penal <sup>26</sup> que cabe assumir papel central, enquanto diploma que dá corpo ao exercício a que aqui nos propomos, desde logo porque regula toda a atividade da prova (recolha, custódia, manutenção, etc.) e, em concreto, a atividade da polícia criminal, servindo também de referência a toda uma série de legislação extravagante, quer quanto aos princípios norteadores, quer como direito subsidiário nos casos aí omissos.

À luz deste Diploma, os OPC's são vistos numa lógica estritamente processual, a quem compete coadjuvar as AJ's com vista à realização das finalidades do processo, competindo-lhes – mesmo por iniciativa própria – colher a notícia dos crimes e impedir, quando possível, as suas consequências, bem como descobrir os seus autores e assegurar os meios de prova. (art.º 55º)

Daqui resulta que, a par de uma atuação de prevenção/segurança em sentido estrito e nos termos da legislação já referida exemplificativamente (a que nos atrevemos designar como regime administrativo), a atuação dos OPC's pauta-se também – quer quanto às medidas cautelares e de polícia, quer quanto à investigação – pelo princípio da liberdade de prova, nos termos aceites pelo art.º 249º nº 2 (por força do já referido «nomeadamente») e no âmbito do art.º 125º do Código de Processo Penal.

E repare-se, então, que quanto aos meios de prova relativamente proibidos (no sentido de não serem absolutamente proibidos) os OPC's podem efetuar – por sua iniciativa – qualquer diligência que não seja da exclusiva competência do Juiz de Instrução e, dentro destas, quando não previstas como possíveis.

---

<sup>26</sup> Lei n.º 20/2013 de 21 de Fevereiro, aprova a 20ª alteração ao Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de Fevereiro.

Daqui resulta que, em sede de medidas cautelares, os OPC's podem efetuar (dentro de determinados condicionalismos) a apreensão de correspondência e a localização celular – atos que, no decurso do inquérito, têm de ser previamente autorizados pelo Juiz de Instrução – só não podendo proceder, afinal, à interceção e gravação das comunicações telefónicas.

E não é despiciente a circunstância de o legislador prever que podem ser praticadas medidas cautelares, mesmo após intervenção da autoridade judiciária (art.º 249º n.º 3)

Em suma, é admissível qualquer meio de prova – mesmo que não esteja consagrado na lei ou mesmo que seja atípico – sem, contudo, se poder esquecer os limites impostos quanto à proibição de prova (Gonçalves, 2000).

Dito isto, a previsão da atuação dos OPC's, neste contexto, rege-se por uma imposição na negativa, onde se elencam os meios de prova proibidos, sendo tudo o resto uma «possibilidade em aberto». Ou seja, atuação da polícia não é validada no que pode fazer, mas essencialmente no que não pode fazer, impondo-se-lhe estar ciente das provas proibidas e das consequências do recurso a estas.

Segundo M. Costa Andrade (1992), é pacífico o entendimento que os métodos proibidos de prova aproveitam tanto ao arguido, como às testemunhas e peritos. E, seguindo o Acórdão n.º SJ200609200023213 <sup>27</sup> do Supremo Tribunal de Justiça, toda a prova obtida mediante recurso a métodos proibidos constitui limites e obstáculos absoluta ou relativamente intransponíveis à descoberta da verdade, podendo daí decorrer uma nulidade insanável ou uma simples anulabilidade da prova.

Por sua vez, Figueiredo Dias (2004) refere que a legalidade dos meios de prova, bem como as regras gerais da sua produção e, em concreto, as chamadas «proibições de prova» são condições de validade processual e, por isso mesmo, critérios da própria *verdade material*. Ou, como refere Germano Marques da Silva (2011), a verdade processual é a verdade possível de obter por meios processualmente válidos. Daí que não se possa procurar e exigir uma verdade absoluta.

Podemos sintetizar como métodos proibidos de prova (art.º 126º) todos aqueles que atentem (em maior ou menor grau) contra a integridade física e moral do agente ou

---

<sup>27</sup> Acórdão n.º SJ200609200023213 do Supremo Tribunal de Justiça, de 20 de Setembro de 2006, com descritores: “Métodos Proibidos de Prova; Nulidade Insanável; Nulidade Sanável”.

contra a possibilidade de uma escolha livre e esclarecida, bem como os que violem a sua reserva de vida privada. Neste último caso – onde se enquadram, nomeadamente, as buscas domiciliárias e as interceções telefónicas – estamos, por contraposição às primeiras (indisponíveis) – perante provas relativamente proibidas, pois que só o são, caso não haja autorização do visado ou de autoridade judiciária (n.ºs 1 e 2 do art.º 126º).

Fica assim consignado um cuidado do legislador em definir com clareza todos os métodos de obtenção de prova que são proibidos – humanizando a ação da justiça por um inteiro respeito pelos direitos, liberdades e garantias do cidadão – deixando de fora, ou melhor, deixando à imaginação do investigador, a possibilidade de recorrer a todos os outros métodos possíveis.

Ora, não obstante as revistas e buscas serem considerados meios de obtenção de prova intrusivos, a sua importância para a obtenção e/ou manutenção da prova é tal, que os OPC's as podem efetuar, no âmbito das medidas cautelares, sem intervenção prévia da AJ, uma vez mais atendendo à urgência e perigo na demora (que sempre acarretaria aguardar por uma autorização prévia da AJ).

Contudo, conforme já explanado e como afirma Jorge Figueiredo Dias (2004), o direito processual penal, enquanto verdadeiro direito público, tem na sua base um problema fulcral das *relações entre o Estado e a pessoa individual* e da *posição desta na comunidade* (Dias, 2004: 58).

E assim, o processo penal constitui um dos lugares onde se torna necessário encontrar uma solução sobre o conflito entre as exigências comunitárias e a liberdade de realização da personalidade individual. Deste modo, ao interesse comunitário na prevenção e repressão da criminalidade têm de se colocar limites – *inultrapassáveis* – quando aquele coloca em «perigo» a dignidade humana, devendo ser efetuada cuidadosa ponderação entre estes dois valores, sob a premissa do que seja indispensável à consecução do interesse comunitário, pois que somente através de um dado equilíbrio e de uma decisão justa se exclui o abuso de poder (*idem*).

É neste quadro de atuação dos OPC's que se enquadram as revistas e buscas efetuadas, nos termos do artigo 251º, que são a exceção à regra geral e que se compreendem por atuar num campo de antecipação do risco. Ou seja e como o próprio nome indica, são diligências que visam essencialmente atos de prevenção e de preservação, que ocorrem sempre que houver fundada razão para crer que neles (pessoas ou locais) se ocultam objetos relacionados com o crime, suscetíveis de



servirem de prova e que de outra forma poderiam perder-se (sendo estes requisitos cumulativos).

Às revistas acrescem, por um lado (na al. a) do art.º 251º), os requisitos alternativos de fuga iminente ou de detenção, mas também são possíveis (sem o preenchimento de todos aqueles pressupostos, mas de outros) quanto a pessoas que tenham de participar ou pretendam assistir a qualquer ato processual ou que, na qualidade de suspeitos, devam ser conduzidos a posto policial, sempre que existem razões para crer que ocultem armas ou outros objetos com os quais possam praticar atos de violência.

Uma vez mais nos perguntamos sobre os critérios de avaliação, em processo penal, de cláusulas genéricas, no caso, «razões para crer».

Porém, nos termos do art.º 249º, determina a obrigatoriedade de os OPC'S comunicarem *à posteriori* estas diligências ao JIC, não para prévia avaliação e controlo da sua necessidade e fundamentos (os tais), mas somente para validação do ato executado.

#### **4.2 – Medidas cautelares e de polícia: diferentes campos de intervenção**

Os OPC's, designados de «competência genérica» desenvolvem a sua missão nas mais vastas dimensões da vida em sociedade, desde a área criminal – por excelência o campo de intervenção onde o exercício do poder estatal mais é sentido – passando por competências de fiscalização ou, de polícia administrativa de competência específica – nomeadamente licenciamento de armas e explosivos e segurança privada.

Praticamente em todas as áreas de intervenção – ainda que não se tratem em bom rigor de medidas de polícia com o poder e alcance das encontradas na área penal – encontramos normas que legitimam intervenções tidas por urgentes e/ou inadiáveis sob o risco de, a assim não ser, toda a eficácia do que se pretende proteger e/ou alcançar ser colocada em causa.

Veja-se, a título de exemplo, a lei do ruído ou a lei de saúde mental. Como poderiam os OPC's dar uma resposta concreta a uma necessidade presente se não tivessem o poder/dever de atuar de imediato?

Colocam-se então as seguintes questões:

“Quais os parâmetros e limites de atuação da polícia?”

Ou,

“Que é que determina a decisão de atuar ou não atuar?”

E, por fim,

“Quais os meios e táticas a implementar?”.

São estas perguntas que surgem num quadro da administração pública em que cabe à polícia representar o poder estatal, estando munida de meios (legais e materiais) coercivos de controlo e regulação social.

A legitimidade do «poder da polícia» ocorre num quadro de afirmação de um Estado de Direito, através da imposição da lei e da manutenção da ordem pública, mas ocorre sucedendo a um princípio básico, o do consentimento e aprovação da sociedade e é esta “autorização” que garante que o Estado não faz um uso excessivo da força e/ou opressiva contra os seus cidadãos, daí a importância de serem conhecidos os procedimentos policiais, validados publicamente e que sustentam a credibilidade e confiança pública na polícia (Muniz, 2014).

Ao longo deste ponto não iremos abordar todos os diplomas que regulam a atividade da PSP e, muito menos, abordar exaustivamente cada um dos aqui apresentados. Trata-se, tão-somente, de demonstrar (sucintamente) a profusão de diferentes normas que visam, por vezes, diferentes objetivos, nem sempre sendo compreensível a sua interligação, ainda que todas persigam o mesmo fim: prevenção e segurança.

E tudo isto tendo presente que as metas que a investigação policial procura alcançar se consubstanciam em determinar onde foi cometido um crime; obter informação legal que leve à identificação de um suspeito; deter o suspeito; recuperar os bens furtados (nos casos dos crimes contra o património) e apresentar o detido às autoridades judiciais (Hess, 2015).

## Lei das Armas

Conforme a exposição de motivos sobre a proposta de lei que define o regime jurídico das armas e suas munições, o XVII Governo visou essencialmente alcançar dois fins:

- Introduzir fortes limitações à possibilidade de autorização legal de armas de calibre elevado e, a par disso, um reforço dos mecanismos de controlo das múltiplas formas de detenção de armas autorizadas por diversos diplomas;
- Combater a proliferação de armas ilegais considerando para o efeito a definição de um novo tipo de operações especiais de prevenção criminal.

Quanto ao primeiro objetivo, o art.º 107º desta lei regulamenta o regime de apreensão de armas, que tomamos a liberdade de dividir em dois pilares:

O primeiro (al. a) do n.º 1) visa prevenir um perigo abstrato, sobre as condições em que se pode ser portador de arma de fogo: «Quem a detiver, portar ou transportar se encontrar sob influência do álcool, de estupefacientes, substâncias psicotrópicas ou produtos de efeito análogo» verificada ou recusar a submeter-se a provas para sua deteção;»;

O segundo pilar (consignado na al. b)) procura dar resposta a situações concretas de potencial perigo, tais como situações de violência doméstica (no presente diploma tratado como maus tratos): «Houver indícios da prática pelo suspeito de crime de maus tratos a cônjuge (...) e perante a queixa, denúncia ou a constatação de flagrante, verificarem probabilidade na sua utilização.»

Não obstante serem duas situações distintas o fim que se procura alcançar é o mesmo: prevenção. Em ambos os casos basta um mero indício para que o OPC inicie de imediato uma apreensão cautelar da arma.

Os pressupostos que levam à apreensão da arma, nos termos da al. a), encontram a sua razão lógica por se entender que a mera recusa indicia fortemente que o portador da arma poderá estar numa das situações previstas no art.º 88º (crime de uso e porte de arma sob efeito de álcool e substâncias estupefacientes ou psicotrópicas) o que colocaria o indivíduo numa situação de ilicitude penal, ou seja, numa posição mais desfavorável.

Por sua vez a al. b) tutela um bem jurídico diferente; já não se coloca aqui saber em que condições o indivíduo é portador de arma de fogo, pois que importa proteger o bem jurídico vida. Estamos aqui perante uma antecipação de uma eventual conduta criminal dolosa, basta a existência de uma mera probabilidade para que se proceda à apreensão cautelar da arma de fogo.

Quanto ao segundo objetivo, que visa combater a proliferação de armas ilegais, materializa-se no art.º 109º (Reforço da eficácia da prevenção criminal) que regulamenta as designadas «operações especiais de prevenção criminal».

Se por um lado compreendemos que as forças de segurança carecem de instrumentos (legais) para poderem executar a sua missão – essencialmente de prevenção – por outro não deixamos de olhar com alguma estranheza a redação encontrada, especialmente no n.º 3: «As operações especiais de prevenção podem compreender, em função da necessidade, a identificação das pessoas que se encontrem na área geográfica onde têm lugar, bem como a revista de pessoas, de viaturas ou de equipamentos e, quando haja indícios da prática dos crimes previstos no n.º 1, risco de resistência ou de desobediência à autoridade pública ou ainda a necessidade de condução ao posto policial, por não ser possível a identificação suficiente, a realização de buscas no local onde se encontrem.».

Parece não haver aqui uma imposição de estarmos na presença de suspeitos. De igual forma também não resulta a imposição de haver registos prévios de recurso a armas de fogo naquele local: Pelo contrário, parece que tudo se baseia numa espécie de obrigatoriedade das forças de segurança realizarem operações especiais e, como tal, impõe-se a escolha de um local onde, a partir daí, todas as diligências passam a ser possíveis.

## Lei de Prevenção Violência Doméstica

(Lei n.º 112/2009, de 16 de Setembro)

O relatório «Mulheres (In)visíveis»<sup>28</sup> publicado em Outubro de 2006 identificou a violência doméstica como a mais grave violação dos direitos humanos das mulheres ocorrida em Portugal (Alvim, 2006).

As conclusões do relatório a Amnistia Internacional apontam um conjunto de medidas que, na sua opinião, deveriam ser de imediato implementadas para prevenir a violência sobre as mulheres.

São doze o total de medidas que propõe, das quais aqui destacamos: promover pela inibição e uso de porte de arma – cuja solução jurídica foi encontrada na conhecida «lei das armas» (al. b), n.º 1 do artigo 107º da Lei n.º 50/2013, de 24/7), e garantir proteção de testemunhas e vítimas de violência doméstica (artigo 20º da Lei n.º 112/2009, de 16/9).

Por sua vez, o III Plano contra a Violência Doméstica (2007 – 2010) toma a iniciativa de consolidar uma política de prevenção e combate à violência doméstica. São oitenta e nove medidas abrangidas por este plano e, nas que para aqui importam, destacam-se várias propostas que visam essencialmente mudar a natureza do crime (tornando-o crime público), definir condições de aceleração processual e, acima de tudo, criar mecanismos de prevenção do risco, quer por afastamento do agressor, quer por implementação de meios eletrónicos de vigilância à distância aplicados ao agressor sujeito a medida judicial de afastamento.

Resumidamente poderíamos afirmar que o objetivo central do plano seria criar medidas de proteção com a finalidade de prevenir, evitar e punir a violência doméstica, criando ao mesmo tempo políticas públicas destinadas a garantir a tutela dos direitos da vítima.

Há igualmente uma preocupação central de atuar no campo da proteção da vítima em que, para além do previsto no artigo 257º do Código de Processo Penal (regulamenta a detenção fora do flagrante delito), nos casos de violência doméstica, as autoridades policiais podem ordenar a detenção fora de flagrante delito quando tal se

---

<sup>28</sup> Relatório da campanha Acabar com a violência sobre as mulheres, autoria Amnistia Internacional Portugal.

mostrar imprescindível à proteção da vítima (artigo 30º), solução esta inovadora e que não encontra paralelo noutros tipos legais de crime.

### **Lei de Saúde Mental**

(Lei n.º 36/98, de 24 de Julho)

A Lei de Saúde Mental é, muito provavelmente, o campo de excelência de atuação das forças de segurança enquanto Polícias Administrativas Preventivas <sup>29</sup> que visam essencialmente fins de carácter geral, procurando proteger a ordem, a segurança e tranquilidade públicas (Correia, 1994).

Não se visa aqui alcançar qualquer desígnio de natureza penal ou tão pouco prevenir a ocorrência de um qualquer ato criminal, ainda que no limite disso se possa tratar. Visa-se, tão-somente, por um lado, assegurar a prestação urgente de cuidados médicos e, por outro, proteger a comunidade.

Regula o art.º 23º da presente lei as condições de condução do internado. A regra é que o internamento seja determinado, oficiosamente ou a requerimento, pela autoridade de polícia ou de saúde pública porém, em situações de urgência ou perigo na demora, qualquer agente policial pode proceder à condução imediata do internado, sem a obrigatoriedade de estar munido de mandado emitido previamente (n.º 3 do art.º 23º).

### **Lei de Identificação Criminal**

(Lei n.º 57/98, de 18 de Agosto)

A Lei de Identificação Criminal não deve ser confundida com o poder/dever que recai sobre as polícias, de identificarem um cidadão que seja arguido e/ou suspeito do cometimento de um ato ilícito (seja este de natureza penal ou contraordenacional). Nestes casos a identificação é um meio necessário à prossecução dos fins da ação policial – apurar responsabilidade individual.

---

<sup>29</sup> Manutenção da Ordem Pública que visa predominantemente, os fins de segurança pública. (Correia, 1994)

Já no caso da presente lei, a identificação criminal visa permitir o conhecimento de antecedentes criminais de pessoas concretas podendo, como meio complementar de identificação, serem recolhidas as impressões digitais de pessoas singulares condenadas em tribunais portugueses.

Pretende-se aqui, no que às polícias diz respeito, alcançar fins de prevenção e repressão da criminalidade ou, num sentido mais lato, garantir a segurança interna e prevenir a sabotagem, o terrorismo, a espionagem e a prática de atos que possam alterar ou destruir o Estado de direito, tal como o consagrado no art.º 7º, que prevê que: quando munidos das competências delegadas para a prática de atos de inquérito, mas também para a realização efetiva de cooperação internacional na prevenção e repressão da criminalidade, os OPC's podem aceder à informação sobre identificação criminal.

Mas importa chamar aqui à colação toda uma construção normativa geral, onde algumas «soluções» podem fazer inculcar a ideia de obrigatoriedade de um cidadão ter capacidade de se identificar a qualquer momento ou, dito de outra forma, de uma obrigatoriedade de se fazer acompanhar sempre de documento de identificação (bilhete de identidade ou cartão de cidadão).

Nada disso é, no entanto, expressamente traduzido em qualquer norma específica (exceto no CE, onde – além do mais – é exigida a apresentação de outro documento identificativo, a carta de condução).

Diferente é:

a obrigatoriedade de um cidadão se identificar sempre que tal lhe seja solicitado por OPC nos termos da lei processual penal (art.º 250º do CPP) ou nos termos da Lei 5/95.

Pretende-se, assim, dotar os OPC's de meios adequados para proceder à identificação de suspeitos da prática de um crime, quando circunstâncias concretas a tornem indispensável (Gonçalves, 2000).

Importa, contudo, estabelecer a diferença entre identificação de suspeitos da prática de um crime e a identificação de autores de infrações de normas não penais, desde logo porque, consoante os casos, são diferentes os mecanismos/meios ao dispor dos OPC's.

Em ambas situações o agente da prática do crime ou da infração tem a mesma obrigatoriedade de se identificar sempre que tal lhe seja solicitado por OPC competente. Mas se, quanto às infrações penais existe uma previsão na lei (art.º 250º do CPP) dos meios que a polícia tem ao dispor para efetivar essa identificação e que se vão sucedendo sempre que o anterior está esgotado (desde a condução à esquadra, passando pela recolha de impressões digitais), já no caso das infrações não penais, não existe tal método de procedimento, pelo que a recusa de identificação faz o agente da infração incorrer num crime de desobediência – tal como parece resultar do Acórdão da Relação de Lisboa (processo 3710/08).

### **Código da Estrada**

(Lei n.º 72/2013, de 3 de Setembro)

A evolução das sociedades, com melhorias do poder de compra das famílias democratizou a aquisição de veículos, a que se seguiu um aumento exponencial das viaturas em circulação sendo, nos dias de hoje, um dos principais meios de transporte em deslocações de rotina.

Vários desafios foram sendo lançados à estrutura rodoviária que tinha de escoar cada vez um maior fluxo de trânsito e assim fomos assistindo (com naturalidade) ao aumento das vias de comunicação.

Mas o problema não se limitava à fluidez, atrever-nos-íamos até a dizer que esse nem foi o maior desafio; havia igualmente que dar uma resposta à elevada sinistralidade que, nos casos de vítimas mortais, nos colocava como um dos piores dos países desenvolvidos.

Compromissos internacionais impunham uma redução drástica nos índices de sinistralidade. A par disto, a sociedade portuguesa – por via das campanhas de prevenção e formação – passou a assumir uma consciencialização cada vez maior, impondo um incremento da segurança de circulação na via pública, bem como uma maior atitude repressora das entidades fiscalizadoras. Prova disto é a importação do modelo de policiamento designado «Broken Windows», que por cá ficou conhecido de «Tolerância Zero», cuja expressão mais se fez sentir no Itinerário Principal n.º 5 (IP5).

Desde esses tempos até ao presente fomos assistindo a constantes mudanças do Código da Estrada, com introduções de novas normas, agravamento de outras, mas



igualmente com uma preocupação em agir preventivamente, perante indícios de um facto que possa substanciar um ilícito criminal (art.º 159º - Apreensão preventiva de títulos de condução) ou já na presença destes (art.º 161º - Apreensão de documento de identificação de veículo).

Ambos casos tratam de situações de «contrafação ou viciação fraudulenta» (al. a) do n.º 1 do art.º 159º e 161º) ou seja, matéria de foro criminal o que, em nosso entender, seria melhor tutelado pelo CP. De igual forma, tal como a solução encontrada na LOIC, surge referência à expressa «viciação», o que não deixa de nos causar alguma estranheza, desde logo, porque a desconhecemos como tipo legal de crime ou, por outro lado, como *modus operandi* ou forma de cometimento (pois, afinal de contas, espelha um dado resultado).

Acresce que, de acordo com o Código de Processo Penal, a apreensão de um documento falsificado (art.º 178º) tem de ser validada por autoridade judiciária no prazo máximo de 72 horas. Porém, se essa mesma apreensão, pelos mesmos motivos, for executada no âmbito do CE (art.º 161º), o OPC não está obrigado a essa validação posterior e a mesma torna-se, no imediato, numa apreensão efetiva.

A título de nota, sempre se dirá que outros casos de apreensões dos documentos de identificação do veículo – previstos na al. d): «O veículo, em consequência de acidente, se mostre gravemente afetado no quadro ou nos sistemas de suspensão, direção ou travagem, não tendo condições para circular pelos seus próprios meios;» ou na al. f) «O veículo for encontrado a circular não oferecendo condições de segurança;» (ambos do art.º 161º) – já parecem ater-se (e ser necessários) aos fins a que se propõe o CE.

Nesta linha, e procurando contrabalançar os maiores perigos que a evolução das condições do trânsito trazem consigo, dotar os OPC's de ferramentas eficazes para um efetivo poder de fiscalização e regularização da circulação do tráfego (sem esquecer a atividade de investigação criminal que persegue fins diferentes, mas complementares) o legislador consagrou a previsão de «Apreensão de veículos» (art.º 162º) por variadas razões e que a título de exemplo se destacam apreensões efetuadas porque o veículo: «Transite com números de matrícula que não lhe correspondam...»; «Transite com números de matrícula que não sejam válidos para o trânsito em território nacional;»; «Não tenha sido efetuado seguro de responsabilidade civil...»; «Não compareça à inspeção prevista...», entre outras.

A par disto, houve igual preocupação em dotar este regime com ferramentas de atuação em que se procura eficácia na aplicação imediata – em tudo semelhantes às encontradas na Lei de Segurança Interna – mas que, neste caso, visam essencialmente regular e ordenar a circulação na via pública. Falamos, em concreto, do «bloqueamento e remoção» (art.º 164º), em que os OPC's têm o poder/dever de remover/bloquear o veículo quando: «estacionados ou imobilizados de modo a constituírem evidente perigo ou grave perturbação para o trânsito;» e «Estacionados ou imobilizados em locais que, por razões de segurança, de ordem pública, de emergência, de socorro ou outros motivos análogos, justifiquem a remoção.» (al. c) e d) do art.º 164º).

Registamos, uma vez mais, que a legislação extravagante se imiscui na atividade de investigação criminal.

Não obstante o código da estrada procurar regular essencialmente o trânsito na via pública, o mesmo atribui aos OPC's mecanismos expeditos para a prossecução da missão de fiscalização e regulação do espaço público, que se revelam de valor reforçado, desde logo porque (alguns) não são sindicáveis nem objeto de recurso, tudo apontando para produzirem efeitos e consequências imediatas (veja-se o exemplo da remoção de veículos ou da apreensão de documentos).

### **Lei do Ruído**

(Decreto - Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro)

A vivência nas cidades contemporâneas, essencialmente nas que estão circunscritas às áreas metropolitanas, trouxe novas oportunidades aos cidadãos, mas de igual forma novos desafios e um aumento de situações de potencial conflito, em que o designado «ruído de vizinhança» é uma dessas.

Não sendo à partida uma situação de ilícito criminal, a mesma pode ser potenciadora ou criadora de conflitos em crescendo, a tal ponto de levar ao cometimento de crimes graves.

Não atuando, nestes casos, os OPC's num quadro de prevenção criminal, não podendo igualmente socorrerem-se das medidas cautelares e de polícia previstas no CPP, houve a necessidade de procurar uma solução equilibrada entre o campo de atuação (regime das contraordenações) e a eficácia de resposta.

Estamos aqui na presença de situações em que, mais importante que punir a infração, é fazer com que esta cesse, sob o risco da presente lei perder toda a eficácia.

Sempre que, perante «atividades ruidosas temporárias e obras no interior de edifícios» em violação dos artigos 14º a 16º são suspensas por ordem das autoridades policiais que atuam «oficiosamente ou a pedido do interessado» (art.º 18º).

No caso de sistemas sonoros de alarme instalados em veículos que não estejam dotados de «mecanismos de controlo que assegurem que a duração do alarme não excede vinte minutos, e perante funcionamento sucessivo ou ininterrupto por período superior, «as autoridades policiais podem proceder à remoção de veículos» (art.º 23º).

Já nas situações do chamado «ruído de vizinhança» – essencialmente produzido no interior de habitações – que ocorra entre as 23h00 e as 07h00, «as autoridades policiais podem ordenar» que sejam tomadas medidas adequadas para fazer cessar de imediato a incomodidade. Podem igualmente «fixar um prazo para fazer cessar a incomodidade», quando esta ocorra no período entre as 07h00 e as 23h00 (art.º 24º).

Os artigos 18º, 23º e 24º refletem claramente uma preocupação de dotar as autoridades policiais de um poder efetivo para fazer cessar uma infração prevista na presente lei ainda que, em alguns casos, nos pareça de equilíbrio e eficácia duvidosa.

Perante uma queixa de ruído de vizinhança, como aferir se o volume de ruído excede valores normais?

Ou, como assegurar um princípio de contraditório?

Ou ainda, numa perspetiva mais crítica, a que medidas se refere o legislador no artigo 24º?

E por fim,

O não acatamento faz o responsável de uma contraordenação incorrer em matéria penal, em concreto, no crime de desobediência?

Ou,

Perante a recusa de cessar o ruído – produzido após as 23h00 e no interior de uma habitação – pode a autoridade policial entrar na habitação para, por ex., baixar o som de um aparelho eletrónico?

## Uso de Armas em Recinto Desportivo

(Lei n.º 8/97, de 12 de Abril)

O fenómeno da violência no desporto, associado em grande parte ao surgimento de claques e essencialmente aos conflitos entre claques de diferentes clubes que se tem vindo a registar ao longo dos anos, explicam, em parte, a necessidade sentida de regular (ou melhor, impedir) o uso de armas em recinto desportivo (excetua-se as das FSS quando em missão de serviço).

Também aqui, encontramos normas que visam essencialmente munir os OPC's de capacidade de uma intervenção preventiva, dotando-os do poder de realizar buscas e revistas sempre que hajam fundadas suspeitas da introdução de armas e/ou explosivos em recinto desportivo.

E, desde logo, se coloca a questão: se quanto à realização de revistas não temos qualquer dificuldade em compreender quer a necessidade, quer a possibilidade imediata de as realizar, já temos mais alguma dificuldade em encontrar resposta quanto à realização de buscas. Será que estas ocorrerão no interior do complexo ou nos veículos de indivíduos suspeitos? E será que os pressupostos da qualidade de «suspeito» obedece aos mesmos critérios dos encontrados no CP? Porque, se assim for, como se compreende a realização de revistas em massa?

Vejamos o art.º 5º, que refere: «Sempre que haja fundadas suspeitas, as forças de segurança podem realizar buscas e revistas tendentes a detetar a introdução ou presença de armas e substâncias ou engenhos explosivos ou pirotécnicos nos estabelecimentos de ensino ou recintos onde ocorram as manifestações referidas no nº 1 do artigo 1º.».

Mas com que limites? Quem pode ser objeto destas diligências? Ou, a simples deslocação a um estádio de futebol para assistir a um jogo considerado de alto risco é, por si só, suficiente para, que à luz das tais «fundadas suspeitas», todos os espectadores (todos sem exceção) sejam objeto de revista?

Porém, e se assim não for, que outros mecanismos dispõem as autoridades policiais para prevenir a introdução de armas no interior do recinto?

É seguramente uma norma em que os equilíbrios serão mais difíceis de encontrar. No entanto, também não é aqui indiferente que, genericamente, toda a sociedade se conformou e aceitou, como necessários, estes procedimentos preventivos de segurança.

### **Regime Jurídico do Consumo de Estupefacientes**

(Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro)

O regime jurídico do consumo de estupefacientes surge num momento em que a sociedade reclamava por uma visão distinta entre consumidor e traficante, não compreendendo, nem aceitando que aquele, a exemplo deste, respondesse em processo-crime.

Caminhou-se então no sentido de descriminalizar o consumo de estupefaciente, passando a percorrer-se um caminho no sentido da saúde pública e individual. O consumidor deixou de ser visto como um criminoso, para ser encarado como uma pessoa com o direito acrescido de apoio e acompanhamento, numa perspetiva de abandono do consumo.

Mas descriminalizar não significa despenalizar, pelo que o legislador optou por remeter esta conduta para um ato punível a título de contraordenação, num regime (diríamos) criativo, face à possibilidade de detenção do consumidor para comparência perante a comissão para a dissuasão da toxicodependência: «Quando não seja possível proceder à identificação do consumidor no local e no momento da ocorrência, poderão as autoridades policiais, se tal se revelar necessário, deter o consumidor para garantir a sua comparência perante a comissão, nas condições do regime legal da detenção para identificação.» (n.º 2 do Art.º 4º).

Parece, no mínimo, tratar-se de uma solução curiosa, desde logo porque se parte de uma ideia de descriminalização (caminhando para um ilícito de mera ordenação social) para, depois, se adotarem soluções cuja matriz assume natureza processual penal.

Não conhecemos nenhuma outra norma, neste regime de contraordenação, que preveja a detenção para garantir o cumprimento da sanção a que haja lugar.

Ainda que a ideia seja a da promoção da saúde individual do infrator, não podemos esquecer que, por exemplo, num caso de queda ou agressão, ninguém pode ser obrigado, contra a sua vontade expressa, a ser conduzido a unidade hospitalar.

Em jeito de conclusão sobre estes pontos – pelos quais se procurou (resumidamente) apresentar algumas normas que elucidam o campo de intervenção dos OPC's – retomamos as perguntas já anteriormente afloradas.

Sob uma primeira perspetiva de «apertada» regulação dos poderes/deveres dos OPC's, quer no âmbito de um processo, quer – sobretudo – no cumprimento das medidas cautelares e de polícia, quem afere do (correto) preenchimento dos requisitos de necessidade e urgência (se a intervenção judiciária só ocorre *a posteriori*)?

Quais as consequências dessa verificação posterior em sentido negativo?

Quais os atos a praticar, em concreto, e os que – ainda que possíveis – não devem ser concretizados (por ponderação de outros valores)?

Quais as possibilidades de reação dos visados?

Ora, das várias leis apresentadas – quer quanto a uma atuação de cariz administrativo, quer no que concerne a uma atuação processual e pré-processual – não encontramos, para além dos métodos expressamente proibidos, outras limitações de atuação dos OPC's.

Valem aqui, e sobretudo nas medidas cautelares, os pressupostos ou conceitos de autonomia técnica e tática, elevados ao seu expoente máximo.

Mas também aqui, no cumprimento da sua missão (explanada, pela CRP, pela diversa legislação ordinária e, mesmo, pelas Leis Orgânicas e Estatutos), não podem os OPC's perder de vista que se trata de um poder/dever, no sentido que importa um constante equilíbrio entre a verdade possível e a segurança possível e, por outro lado, a preservação de direitos, liberdades e garantias de todos e de cada um.

Podemos assim concluir que, perante um cenário de crime (ou outro qualquer que careça da sua intervenção) a polícia encontra, na realidade, os seus limites e parâmetros de atuação dentro dos seus «poderes internos» e numa espécie de mimetismo que se vai perpetuando ao longo dos anos!

### 4.3 – Notícia do Crime

Todo o processo se inicia com a aquisição da notícia do crime, seja por iniciativa própria (crimes sem vítima ou pro-atividade da polícia), seja por denúncia dos lesados/ofendidos. A notícia do crime é pois condição indispensável para a abertura de inquérito e consequentemente para o início da atividade investigatória (Carvalho, 2007).

Vigora em Portugal o princípio da legalidade, no sentido de que não existe crime sem processo, nem processo sem crime, levando a que toda e qualquer denúncia ou notícia de um crime dê lugar à instauração de um processo.

É no CPP que se encontra todo o quadro legal que regulamenta esta matéria.

Por sua vez, é ao MP, enquanto titular da ação penal, que cabe assegurar os meios de prova necessários à investigação da existência de um crime, determinando os seus agentes e a responsabilidade destes. Para alcançar este objetivo, o MP recolhe todas as provas e promove todas as diligências necessárias ou, por outro lado, pode delegar esses atos nos OPC's, com exceção dos previstos no nº 2 do art.º 270º ou que forem da competência exclusiva do JIC (Carvalho, 2007).

Ora, a notícia de um crime pode decorrer por conhecimento próprio (artigo 241º do CPP), através dos OPC's, ou mediante denúncia voluntária ou obrigatória (artigo 242º do CPP). E é nesta última hipótese que várias questões se têm levantado, nomeadamente, a propósito do segredo profissional (seja ele, médico, eclesiástico ou bancário). E se cada vez mais é estabelecida a obrigatoriedade de cooperação das instituições financeiras (quer por denúncia, quer no fornecimento de elementos de prova), já quanto ao sigilo médico existe ainda um longo caminho de clarificação a percorrer. Veja-se, a título de exemplo, a resistência dos médicos do Serviço Nacional de Saúde a denunciarem, por exemplo, quadros de violência doméstica, mas também a questão dos peritos do Instituto Nacional de Medicina Legal perante a constatação de um crime de natureza sexual (cujo procedimento criminal pode, ou não, depender de queixa), no âmbito de um exame direcionado para outro ilícito.

E estes problemas não se têm levantado quanto a crimes presenciados pelas AJ ou OPC's, pois que – de acordo com o artigo 243º do Código de Processo Penal – não

subsistem dúvidas quanto à obrigatoriedade de denúncia (ainda que a mesma, porque reportada a crimes semipúblicos ou particulares, possa não dar origem a inquérito).

Importa, pois, distinguir queixa de denúncia, na medida em que esta é uma mera manifestação ao ou pelo MP do conhecimento de um crime e a primeira traduz uma manifestação de vontade de procedimento contra o agente responsável pelo crime (Silva, 2008).

A regra geral é a da legitimidade do MP para promover o processo penal (art.º 48º do CPP), com exceção dos casos em que depende do exercício do direito de queixa (seja, do ofendido, seja ou de outras pessoas).

Nestes casos, é pressuposto à promoção processual do MP, o exercício desse direito (de queixa), quer direta, quer indiretamente, através, por ex., de uma autoridade policial (art.º 49º do CPP).

Já quanto aos crimes de natureza particular, a formalização da queixa não é, por si só, suficiente, impondo-se aos ofendidos ou a outras pessoas a quem a lei reconheça esse direito, uma intervenção ativa no processo, constituindo-se assistentes e, caso o entendam, deduzindo acusação particular (art.º 50º do CPP).

Considera, o legislador, uma menor densidade axiológica destes ilícitos, cujo procedimento coloca nas mãos do ofendido que também, a todo o momento, o pode fazer cessar. Resta ao MP, se não houver oposição do visado já arguido, a homologação da desistência e decorrente arquivamento ou só este nos casos em que o assistente se abstém de deduzir acusação particular.

Já quanto aos denominados crimes públicos – onde se impõe outro nível de tutela – o Ministério Público tem, por si, legitimidade para a promoção e prossecução processual.

Quanto aos OPC's, o princípio é o da obrigatoriedade de comunicar ao MP no mais curto prazo, que não pode exceder os 10 dias, todas as notícias de crime que tiverem conhecimento próprio ou mediante denúncia, ainda que estas sejam manifestamente infundadas (art.º 248º do CPP).



#### 4.4 – Prova

Sem a existência de prova não há processo penal válido que se sustente e, por outro lado, se não forem asseguradas as garantias de defesa também não existirá um processo penal lícito (Beleza, Pinto, 2011).

A prova tem por função a demonstração da verdade dos factos, art.º 341º do Código Civil, ou, como diz Cavaleiro Ferreira (2010). o objetivo da prova consiste na *«justificação da convicção sobre a existência de factos penalmente relevantes, que constituem pressuposto da aplicação da lei.»*.

Os factos provados constituem não só o *“fundamento de facto da sentença”* como *“determinam a graduação da responsabilidade”* (Braz, 2009: 54).

O princípio da investigação ou da verdade material será, porventura, o princípio jurídico que melhor caracteriza a natureza, a estrutura e os limites da prova no processo penal (idem).

Mas este princípio é sempre limitado pela constante preocupação do legislador (e, cremos, do aplicador) no respeito pela dignidade da pessoa humana, integridade pessoal e intimidade da vida privada. Desde logo, porque assim resulta de imperativos constitucionais, consagrados no artigo 1º *«...Portugal é uma república soberana, baseada na dignidade da pessoa humana...»* e no artigo 25º *«...A integridade moral e física das pessoas é inviolável...»*, e que, de igual forma, se encontram na Declaração Universal dos Direitos do Homem, em concreto, no artigo 12º *«...Ninguém sofrerá intromissões arbitrárias na sua vida privada...»* e na Convenção Europeia dos Direitos do Homem, no seu artigo 8º *«...Qualquer pessoa tem direito ao respeito da sua vida privada...»*. (itálico nosso)

A prova destina-se, assim, a uma resposta sobre a verificação de um dado facto, mas sobre um facto jurídico-penalmente relevante. Assume como função principal a de permitir ao juiz produzir uma convicção de verdade (pela confirmação, ou não, dos factos). Contudo, falar de prova não é somente falar da atividade probatória, mas é, igualmente, falar do próprio meio de prova e de como este se obtém (Gonçalves, 2000).

O Processo Penal Português assenta numa estrutura acusatória, estando as fases de instrução e audiências sujeitas à regra geral do princípio do contraditório. E esta

estrutura acusatória conformou duas inovações fundamentais: as garantias no processo da proibição de provas obtidas mediante violações de direitos fundamentais e a separação das magistraturas judicial e do Ministério Público, sendo esta a entidade responsável pela ação penal, que goza de um estatuto de autonomia (Mesquita, 2011).

Com a entrada em vigor do CPP de 1987 foi concretizada a ideia de *estrutura acusatória integrada pelo princípio da investigação* (idem).

E entramos no campo da prova que visa essencialmente demonstrar se um facto ocorreu e, em caso afirmativo, como ocorreu. Dito de outra forma, inicia-se a procura da verdade material.

#### 4.4.1 – Prova testemunhal

A prova testemunhal consiste no ato pelo qual uma pessoa atesta a verificação de um facto do qual teve conhecimento.

Tem capacidade de testemunhar «qualquer pessoa que se não encontrar interdita por anomalia psíquica» (n.º 1 do art.º 131º do CPP), só se podendo recusar nos casos previstos na lei, não sendo obrigada a responder a perguntas «quando alegar que das respostas resulta a sua responsabilização penal.». (n.º 2 do art.º 132º do CPP) ou, em termos gerais, a depor em relação a pessoas (que sejam visadas) do seu núcleo familiar.

No campo judicial cabe à testemunha depor acerca de factos trazidos aos seus sentidos, sendo que «A testemunha é inquirida sobre factos de que possua conhecimento direto e que constituam objeto da prova.» (n.º 1 do art.º 128º do CPP). Contudo e como já referido, esta é uma prova carregada de fragilidades, resultantes quer da facilidade com que pode ser manipulada, quer das designadas falsas memórias originadas pelo decurso do tempo ou, ainda, do modo como são realizados os reconhecimentos por parte das testemunhas e/ou vítimas (Stein, 2003).

Como forma de diminuir esse risco «a inquirição deve incidir (...) sobre quaisquer circunstâncias relevantes para avaliação da credibilidade do depoimento.» (n.º 3 do art.º 138º do CPP).

É, em regra, o meio probatório mais acessível e, em casos de crimes que não deixam vestígios, atua como único meio de prova no processo, sendo variadas vezes equiparada – para efeitos de motivação decisória – a meios de prova técnico-científicos (Lopes, 2014).

Não obstante (cada vez mais) os modernos sistemas processuais darem preferência à prova material em detrimento da prova pessoal, esta ainda se reveste de fulcral importância, continuando a ser o meio de prova mais comum numa grande percentagem de criminalidade investigada (Braz, 2009).

Persiste porém a ideia, no direito português, que a prova testemunhal constitui o «*campo de eleição*» do princípio da livre apreciação<sup>30</sup>.

Sendo, provavelmente, o mais importante meio de prova, tem como objeto e limite os factos de que a testemunha tenha conhecimento direto, sendo o depoimento «um ato pessoal que não pode, em caso algum ser feito por intermédio de procurador» (n.º 1 do art.º 138º do CPP), ao mesmo tempo que «às testemunhas não devem ser feitas perguntas sugestivas ou impertinentes» (n.º 2 do art.º 138º do CPP) sendo proibido toda a inquirição que incida sobre conclusões, juízos de valor ou meras convicções pessoais (o que torna de difícil compreensão e/ou concretização quando se tratam de testemunhas abonatórias).

Sendo o conhecimento direto a regra do depoimento das testemunhas, casos há, em que se torna inviável por motivos de *morte, anomalia psíquica superveniente* ou *impossibilidade de ser encontrada*. Nestas situações é admitido o designado *depoimento indireto*, desde que tal não resulte de uma recusa ou impossibilidade de indicar a pessoa ou a fonte através da qual tomou conhecimento, situações em que não pode, de modo algum, o depoimento servir como meio de prova (Gonçalves, 2000).

É contudo, uma prova com limites ou, dito de outra forma, com barreiras intransponíveis quanto a determinados factos probandos e temas de prova que não podem ser objeto de prova testemunhal.

---

<sup>30</sup> Em abstracto, a moderação ou mitigação dos perigos da livre apreciação dos depoimentos de fontes pessoais de prova pode compreender diferentes estratégias directas: excluir desse território provas perigosas, por as fontes serem pouco fiáveis, ou condicionar a valoração de determinados testemunhos por serem demasiado impressivos, ou por o seu processamento poder gerar o erro por deficiência do julgador.

Quanto a factos probandos, refere-se a título de exemplo, o caso da anomalia psíquica que não pode ser provada por testemunho.

Já no tocante aos temas de prova, o sistema português integrou as restrições constantes no Art.º 128º do CPP (Mesquita, 2011).

Numa outra linha, mas ainda no campo da valoração da prova, surge o designado testemunho de «*ouvir dizer*» ou, tecnicamente referido, o testemunho indireto que, historicamente, foi sendo considerado um problema estrito do meio de prova e não da produção da prova (*idem*).

Paulo Pinto de Albuquerque (2011), refere que este instrumento (depoimento indireto) contraria o princípio constitucional da imediação da prova e só se justifica com vista a preservar a prova testemunhal em face da ocorrência de circunstâncias extraordinárias (morte, anomalia psíquica superveniente ou desaparecimento da testemunha).

Relativamente ao arguido, além dos direitos próprios consagrados no estatuto de arguido, foi entendido que o *arguido* e *coarguidos* estão impedidos de deporem como testemunhas nesse mesmo processo enquanto mantiverem a qualidade de arguidos. Porém, não fica este impedido de prestar declarações, procura-se isso sim estabelecer a destrição entre a posição de sujeitos processuais e testemunhas (Mesquita, 2011).

### Declarações do arguido, do assistente e das partes civis

Não sendo tradicionalmente um campo de recolha de prova dos OPC's – sem aqui esquecer a alteração legislativa quanto às declarações prestadas perante AJ – as declarações do arguido não podem deixar de ser aqui abordadas, até porque o mesmo – sendo, a priori, o ator do crime (nas suas motivações, circunstâncias, *modus operandi* e consequências), é o interveniente processual mais relevante e é a quem, a final, o processo se dirige.

A centralidade que o mesmo assume no processo penal é de tal forma que nos atrevemos a dizer – no seguimento de várias vozes críticas – que o arguido tem mais

direitos que as vítimas ou, de outra forma, que a tutela dos seus direitos foi construída na mesma proporção do esquecimento ou secundarização da vítima.

Em concreto:

O arguido não é obrigado a prestar declarações – cumprindo-se assim o princípio da não autoincriminação – mas se o desejar fazer, deve estar livre na sua pessoa, assegurando-se assim um princípio de dignidade, mas também o direito de, a qualquer momento, o mesmo poder livremente recusar-se a prestar mais declarações (art.º 140º do CPP).

O objeto e forma do interrogatório do arguido obedece às mesmas regras vigentes para as testemunhas, com um importante desvio a essa tal paridade: o arguido não presta juramento e, se o fizer, toda a prova obtida com base nas suas declarações é nula (Albuquerque, 2011).

Por sua vez o Acórdão n.º JTRP00040112 <sup>31</sup>, do Tribunal da Relação do Porto, refere que o depoimento do Agente da PSP que nada presenciou e que resulta apenas do que ouviu do arguido antes deste ser constituído como tal, não constitui meio de prova admissível.

Por outro lado, se no decurso da inquirição de pessoa que não assumiu a qualidade de arguida, surgir fundada suspeita de crime por ela cometido, a entidade que procede ao ato suspende-o de imediato e procede à comunicação de que passa a assumir tal qualidade, com a subsequente indicação dos seus direitos e deveres. O não cumprimento de tal formalidade implica que as declarações prestadas não podem ser utilizadas como meio de prova.

Assim, as chamadas “conversas informais” dos arguidos com os agentes policiais, antes de serem constituídos arguidos, não podem ser valorizadas em sede probatória.

Como refere M. Costa Andrade (1992), a liberdade (ou a área intocável da liberdade humana) é posta em perigo se não for assegurado ao arguido o direito ao silêncio, convertendo o arguido em meio de prova contra si.

---

<sup>31</sup> Acórdão n.º JTRP00040112, do Tribunal da Relação do Porto, de 7 de Março de 2007, com o sumário: “O depoimento do agente policial que nada presenciou e apenas ouviu da boca do arguido, antes de ser constituído arguido, a “confissão” do facto não constitui meio de prova admissível.”, livro 255 – fls 142.

E este direito ao silêncio – muitas vezes confundido com o princípio da não autoincriminação – pode integrar-se neste, mas também dele se distingue por um mais: pressupõe a consideração do arguido como um sujeito de direitos (desde logo, o direito de personalidade no alcance do princípio da dignidade humana), o que, por si só, em nada prejudica o direito ao arguido de ser ouvido, sendo certo que as suas declarações são, em simultâneo, meio de defesa e meio de prova (Menezes, 2011).

Mas não se trata aqui de um direito absoluto ou exclusivo: o arguido é obrigado a responder, e responder com verdade, às perguntas sobre a sua identificação e, por outro lado, as testemunhas podem remeter-se ao silêncio se tiverem razões para crer que das suas declarações pode surgir uma responsabilização penal.

Temos assim que o direito ao silêncio que visa acautelar a posição processual dos intervenientes – quer seja o arguido, quer seja uma testemunha que entenda ser-lhe mais favorável escusar-se a depor – não podendo, por isso, implicar, de forma alguma, uma consequência desfavorável para quem o invoca e não podendo, portanto, ser abrangido no princípio da livre apreciação da prova. Mas se não pode ser prejudicial, também não o pode favorecer, surgindo como uma opção própria de prescindir da atenuação especial decorrente da confissão ou do arrependimento (Menezes, 2011).

O direito fundamental à não auto-incriminação, onde – de certa forma, se integra o direito ao silêncio – abrange, então, não só a liberdade comunicacional do arguido, como também outras situações de cooperação incriminatória com a justiça.

A este propósito, o tribunal da Relação de Lisboa, pronunciou-se num processo em que o arguido se recusou a sujeitar a uma diligência de prova grafológica considerando que *«A recolha, em audiência de julgamento, de autógrafos para determinação da autoria de um escrito, tem a mesma natureza que a prestação de declarações sobre a matéria da acusação, pelo que o réu sujeito à ordem de a ela se submeter tem o direito de se recusar a cumpri-la, nos mesmos moldes e com as mesmas razões que lhe permitam eximir-se a responder a perguntas sobre a matéria da acusação, e sem que, com tal atitude, cometa um crime de desobediência.»*

E, para uma correta aplicação de tais princípios (sob pena de se esvaziar o seu sentido útil), o art.º 58º estabelece a obrigatoriedade de constituição como arguido, sempre que (entre outros casos) corra «inquérito contra pessoa determinada em relação

à qual haja suspeita fundada da prática de crime» e esta «prestar declarações perante qualquer autoridade judiciária ou órgão de polícia criminal».

Constituído enquanto tal, o mesmo tem o direito a ficar ciente (de lhe serem indicados e, caso necessário, explicados) dos seus direitos (art.º 58º n.º 2), nomeadamente de *«não responder a perguntas feitas, por qualquer entidade, sobre os factos que lhe são imputados e sobre o conteúdo das declarações que acerca deles prestar»* (art.º 61º).

No reverso, o mesmo tem o dever (entre outros) de se «sujeitar às diligências de prova» ... «efetuadas por entidade competente».

Em respeito pelo princípio da não autoincriminação, importa, pois, distinguir entre a colaboração ativa e a colaboração passiva («sujeição») do arguido. A doutrina (e, dizemos, nós, alguma jurisprudência – na senda do Acórdão citado supra) tem vindo a caminhar no sentido de entender que não é exigível ao arguido uma colaboração ativa, uma vez que – caso assim não se entendesse – poder-se-ia violar o princípio da não autoincriminação (Pinto, 2011).

Porém, não obstante ser inexigível um dever de colaboração, tal não significa que não possam existir derrogações ao princípio da não autoincriminação, que têm, no entanto, de obedecer a dois pressupostos: estarem legalmente previstos e serem proporcionais e necessários. Contudo, esta *obrigação* tem de ser vista sempre como exceção e nunca como regra (idem).

#### **4.4.2 – Prova por reconhecimento**

A lei não estabelece quaisquer restrições em relação às pessoas que devam fazer a identificação, nem em relação aos identificados, podendo, por exemplo, ser chamada uma testemunha para identificar outra testemunha ou um assistente para identificar um arguido.

O ato encontra-se regulado no artigo 147º do CPP e inicia-se com uma descrição do identificando pela pessoa que deva fazer o reconhecimento, garantindo que não existe um encontro presencial de uma com a outra. Essa descrição deve incidir, não

só sobre a pessoa a ser identificada, mas igualmente sobre as condições em que a viu, bem como sobre as circunstâncias que podem influir na credibilidade da identificação (Albuquerque, 2011).

Seguindo as mesmas regras, até porque os objetivos são os mesmos, também o reconhecimento de objetos (art.º 148º do CPP) cumpre um ritual que procura, por um lado, aferir a credibilidade da pessoa que é chamada a reconhecer e, por outro, procura garantir a fiabilidade do reconhecimento (o que nos parece um exercício de dificuldade elevada).

Mas quais são os sinais particulares que distinguem um relógio da mesma marca e modelo? Ou um fio de ouro cuja forma e tamanho é em tudo semelhante? A não ser que os objetos ostentem marcas particulares resultantes do uso, atrever-nos-íamos a afirmar que a credibilidade da pessoa chamada a fazer o reconhecimento é (ou deve ser) aferida em momento diferente e não no próprio ato em si.

#### **4.4.3 – Prova documental**

As provas reais, nas quais se enquadra a prova documental, traduzem-se na possibilidade de permitir uma perceção direta sobre qualidades ou circunstâncias de pessoas ou coisas. Cabem neste conceito as acareações, reconhecimentos, reconstituição de factos, documentos e vestígios (Santos, 2014).

Perseguindo o objetivo do nosso trabalho, atenderemos aqui somente aquelas que, em nossa opinião, podem e devem os OPC's proceder de imediato à sua recolha.

De entre todas, destaca-se a prova documental face à especificidade e qualidade que mereceu por parte do legislador, atribuindo-lhe um tratamento mais cuidadoso, em que, mantendo o tradicional regime de livre apreciação da prova por parte da AJ, excetuou as situações em que se trate de documentos autênticos ou autenticados, desde que a autenticidade não seja suscitada (Santos, 2014).

Para efeitos processuais penais entende-se como documento a «declaração, sinal ou notação corporizada em escrito ou qualquer outro meio técnico», devendo a junção de prova documental ser feita oficiosamente ou por requerimento. Contudo, não pode



ser junto documento que contiver declaração anónima, exceto nos casos em que seja, ele mesmo, objeto ou elemento do crime (Art.º 164º do CPP).

#### 4.5 – Meios de Obtenção de Prova

Se o sucesso de uma investigação depende da existência de prova, a mesma não se produz por si mesma, mas compreende uma série de atos para a sua recolha, conservação e apresentação. Inquinados estes, fica inquinada (em efeito dominó) a validade da prova e, por consequência, o desfecho do processo.

Os instrumentos a que os OPC's recorrem, não são instrumentos de demonstração da prova, mas sim de recolha, preservação e apresentação de prova que, de igual modo, obedecem a regras processuais (também como garantia de um Estado de Direito).

A par dos meios de obtenção de prova tipificados, mas como uma decorrência do art.º 125º do CCP quanto às provas, também aqui existe uma liberdade de métodos, desde que não configurem os casos do art.º 126ª (os já referidos «Métodos proibidos de prova»), norma esta que, de facto, se reporta aos procedimentos/meios.

Dito de outra forma, os meios de obtenção de prova são as diligências realizadas pelos OPC's (ou AJ) para recolha da prova, com o limite que só são admitidas como prova aquelas que não forem proibidas por lei.

Ora, é quanto aos vestígios e indícios que o legislador se preocupou em definir e regulamentar os meios da sua obtenção. A descoberta do autor de um determinado crime é muitas vezes resultado de um exercício de paciência em que, partindo-se de «pequenas coisas» que se vão encaixando num todo, se chega ao resultado final. Tendo isto presente, o legislador não se atreveu a regulamentar as técnicas de recolha de vestígios, definindo as circunstâncias e as pessoas que deverão fornecer a prova por indícios, através dos exames (Santos, 2014).

#### 4.5.1 – Exames

O tema dos exames, ou melhor dito, o tema dos meios de obtenção de prova são um campo essencialmente técnico, mas que não pode esquecer os princípios que norteiam todo o edifício jurídico-penal, que se vê como *ultima ratio* de um sistema formal de controlo.

Porém, no exercício a que aqui nos propomos, iremos apenas falar em exames na vertente da recolha e manutenção da prova, por regra executados no momento imediato ao cometimento do crime e, por via disso, antes da existência de um processo-crime formal (dada a urgência e perigo na demora se não forem de imediato executados).

Tendo como objetivo último a descoberta da verdade material, os exames visam as pessoas, os lugares e as coisas, inspecionando-se os vestígios deixados no local do crime, bem como todos os indícios relativos ao modo como e ao lugar onde foi praticado (n.º 1 do art.º 171º do CPP).

Assim que o OPC tem notícia da prática de crime, providencia pela preservação dos vestígios deixados, podendo implicar a proibição de entrada ou o trânsito de pessoas estranhas ao local onde se vai realizar o exame (n.º 2 do art.º 171º do CPP).

Perseguindo o mesmo objetivo, da mesma forma que uns podem ser proibidos a entrar ou manter-se no local onde se vai realizar o exame, outros podem ali ser obrigados a permanecer. Assim parece ter sido a vontade do legislador ao estabelecer um regime de obrigatoriedade de submissão aos exames, parecendo ser indiferente a qualidade processual da pessoa sujeita a exame (art.º 173º do CPP).

Para garantir que «alguma ou algumas pessoas se não afastem do local do exame» pode, a AJ ou o OPC competente recorrer ao «auxílio da força pública».

#### 4.5.2 – Apreensões

As apreensões, no âmbito do processo penal, são um dos meios legais de obtenção de prova (artigo 178º do CPP), sendo essa a sua natureza e condição essencial,

não se podendo confundir com o cumprimento de outras finalidades, tais como de garantia patrimonial ou, mesmo, de prevenção geral de crimes.

Ainda que, em concreto, possa incidir sobre objetos que «estivessem destinados a servir a prática de um crime».

Imaginemos então um indivíduo que está conotado com o cometimento de crimes de «furto de veículos» e é encontrado na posse de “gazuas” <sup>32</sup>. A posse de tal objeto não é, por si só proibida e, na mesma linha de pensamento, os atos preparatórios não são, em regra, puníveis. Deste modo, como dar resposta a estas situações? Como atuar preventivamente ou, dito de outra forma, como evitar que o crime aconteça?

Não tendo aquele objeto em concreto (gazuas) outra finalidade que não a de abrir fechaduras de forma não autorizada, resta aos OPC's proceder à sua apreensão, não como prova, mas como medida preventiva (sem prejuízo que não possam mais tarde vir a servir como prova).

#### 4.5.3 – Revistas e buscas

Para estes meios de obtenção de prova, a regra é que tais diligências carecem sempre de despacho prévio da autoridade judiciária.

Por seu turno, e atendendo ao princípio da reserva da vida privada, as buscas domiciliárias são, também em regra, ordenadas pelo Juiz de Instrução.

Estranho é que, na regulação das buscas a escritório de advogado e a consultório médico, a lei não imponha – diretamente – o despacho judicial prévio, mas determine a obrigatoriedade de ser «presidida pessoalmente pelo juiz» (art.º 177º n.º 5 e art.º 268º do CPP).

Feito este parêntesis, também nas buscas domiciliárias se prevê uma série de exceções, permitindo a sua realização sem prévia autorização judicial, nos casos de terrorismo, criminalidade violenta (no abrangente conceito da al. j) e al. l) do art.º 1º), de criminalidade altamente organizada (al. m) do art.º 1º), desde que *«haja fundados indícios da prática iminente de crime que ponha em grave risco a vida ou a integridade física de qualquer pessoa»*, mas também quando os visados o consintam (na ideia que

---

<sup>32</sup> Conjunto de chaves artesanais utilizadas para a abertura de fechaduras.

se trata de um direito disponível ou de relativa densidade axiológica) ou, ainda, aquando da detenção em flagrante delito por crime a que corresponda pena de prisão (ou seja, a sua grande maioria).

Ora, quer nos casos de buscas não domiciliárias sem prévia autorização da autoridade judiciária, quer nos casos de buscas domiciliárias sem prévia autorização judicial – mas apenas quando não haja detenção em flagrante delito e/ou não exista consentimento do visado), a lei criou uma válvula de segurança, ao impor a comunicação imediata ao juiz, sob pena de nulidade.

E a não validação posterior implica a nulidade da prova obtida (tal como resulta do artigo 126º, n.º 3 do CPP), podendo contudo, ser utilizadas com o fim exclusivo de basear uma condenação da pessoa que as obteve ilegalmente (Fidalgo, 2011).

Importa, ainda, referir o entendimento que é ao visado que cabe o poder de autorizar uma busca, não devendo ser alargado a quem tem a disponibilidade do lugar, porque só assim está assegurado o direito, por um lado, à não inviolabilidade do domicílio do arguido e, por outro, porque tal diligência implica ter um conhecimento informado das reais implicações (Fidalgo, 2011).

No tocante a revistas (artigo 174º do CPP), o OPC pode – sempre que haja fundadas suspeitas da pessoa ocultar quaisquer objetos relacionados com um crime ou possam servir de prova – efetuar revistas. E à semelhança do regime de buscas, quando se trate de meio de obtenção de prova nos casos de terrorismo, criminalidade violenta ou altamente organizada (com os requisitos supra elencados), ou quando se esteja perante detenção em flagrante delito por crime a que corresponda pena de prisão ou, ainda, face ao consentimento do visado, exceciona-se autorização prévia da AJ, que apenas tem de a validar nos casos da primeira hipótese.

De todo o exposto, sobressai a ideia de procura de um equilíbrio (em tensão) entre o interesse da descoberta da verdade material e, por outro lado, a reserva da vida privada, a dignidade pessoal «e, na medida do possível, o pudor do visado» (art.º 175º n.º 2).

E se, quanto aos métodos atentatórios à integridade física, psíquica e moral das pessoas (previstos no já citado art.º 126º n.º 2), a lei não admite qualquer tipo de exceção (considerando os direitos acautelados como indisponíveis e inatacáveis), já quanto à reserva da vida privada e ao chamado «pudor» do visado, a descoberta da verdade material – como finalidade da justiça e, portanto, da comunidade – pode acarretar, com regras, a sua restrição.



# CAPÍTULO V

---

## 5. HIPÓTES DE PESQUISA

A revisão da literatura deixa perceber que as evidências resultantes das investigações realizadas até à data, demonstram a existência de fatores centrais suscetíveis de se relacionarem positiva e/ou negativamente com o momento de atuação da polícia nas suas diferentes vertentes de intervenção.

Se por um lado os estudos desenvolvidos não apresentam resultados conclusivos de uma relação positiva entre rapidez de intervenção e diminuição dos índices criminais, apontam por outro lado uma relação positiva entre rapidez de resposta e recolha de meios de prova e testemunhas importantes para a investigação criminal (Weisburd, D., Eck, J., 2004).

Nesta mesma linha Samuel E. Bodily (1978) refere, num seu estudo, que uma resposta rápida da polícia além de ter um efeito dissuasor sobre os criminosos, tem, igualmente, um efeito positivo sobre as vítimas, aumentando por essa via a confiança da comunidade na sua polícia.

Já num outro estudo, desenvolvido sobre os diferentes modelos de polícia na Europa, Fosdick (1915) constata que na Grã-Bretanha existe, nos polícias, uma cultura de prestação de um serviço à comunidade, sendo reconhecimento desta um determinante para a eficácia policial. Mas tal modelo não teve eco noutros locais da Europa, onde as polícias funcionam como *braços armados do Estado*, em que o agente policial é dotado (ou visto como dotado) de mais poderes que o cidadão comum.

Por sua vez Wilson & Kelling (1982), no modelo de polícia conhecido como «janela quebrada», defendem que a polícia e acima de tudo a forma de policiamento pode ter um impacto positivo quer nos índices criminais, quer na capacidade de envolver a comunidade local no combate às desordens e incividades.

Ainda referente a este modelo de policiamento, Koper, num estudo por si desenvolvido em 1995, conclui que em zonas de «hot spots»<sup>33</sup> (tema já anteriormente

---

<sup>33</sup> Locais de grande concentração de desordens e incividades.

abordado) uma intervenção policial num espaço de 10 minutos seria suficiente para interromper os comportamentos e diminuir os índices criminais.

Concluída a fase de enquadramento jurídico e chegado o momento de definir as nossas hipóteses de trabalho, optou-se por aquelas que, em nosso entender, respondem em concreto às dúvidas com que partimos para o presente estudo, **em que medida é ou não importante os OPC's iniciarem de imediato as diligências de investigação?**

Sendo que a formulação das perguntas de investigação é orientada pelo objetivo de clarificar o que os contactos de campo revelam temos presente, como refere Ludwik Fleck (1979), que a elaboração destas é influenciada pelas tradições e estilos de pensamento do investigador.

Assim, a formulação das hipóteses de trabalho é baseada na construção teórica, em estudos anteriores, ou na experiência do investigador, sendo possível esperar que um conjunto de variáveis apresente diferenças enquanto outros não, pelo que o estudo pode apresentar diferentes hipóteses, que o investigador verificará com a ajuda de testes estatísticos a fim de rejeitar ou confirmar as hipóteses formuladas (Soares, 2005).

Assim, neste desiderato estabelecemos as seguintes hipóteses de trabalho:

H1: Após a notícia do crime a Polícia inicia de imediato diligências de inquérito para realizar a Gestão do Local do Crime e assegurar a manutenção e recolha de toda a prova (material e testemunhal).

H2: Uma intervenção imediata tem impacto no tempo despendido na execução das diligências de investigação.

H3: Nas fases processuais, cujos prazos estão processualmente definidos, independentemente do OPC intervir ou não de imediato, o dispêndio de tempo é igual.

Não obstante se ter dado destaque aos crimes praticados contra turistas – pela especificidade processual que revelam este tipo de ofendidos – somente foi encontrada bibliografia que se debruça sobre o crime de tráfico de seres humanos e crimes conexos deste, não sendo encontrada bibliografia que penda sobre a questão concreta de crimes praticados contra estrangeiros, nomeadamente turistas.

Não foi igualmente encontrado um tratamento estatístico diferencial quando se trata de crimes praticados contra estrangeiros (turistas incluídos) o que, atendendo que a fase de recolha de dados não versou sobre esta situação em concreto, inviabiliza neste momento de se testar (também aqui) se uma intervenção imediata dos OPC's tem impacto nos crimes praticados contra vítimas que se encontrem em trânsito no território nacional.





# CAPÍTULO VI

---

## 6. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo aferir se as práticas policiais podem ou não ter influência na duração média das investigações.

Nos objetivos traçados importou, desde logo, verificar se a questão se colocava ou, se pelo contrário, era indiferente para o tempo gasto as polícias iniciarem de imediato diligências.

Assim, para responder a esta questão inicial optou-se pelo recurso a metodologias que de forma expedita dessem resposta à questão, tendo por premissa que se os resultados obtidos não apontassem diferenças o presente trabalho esgotava-se no seu objetivo, deixando de fazer sentido o exercício a que aqui nos propusemos.

### 6.1 – *Research approach e Research design*

Para examinar quais são as determinantes contextuais que influenciam uma resposta mais célere ao crime e, por sua vez influenciam a duração média de um inquérito, a presente dissertação adotará em termos metodológicos uma abordagem positivista com uma inclinação puramente quantitativista.

Considerando a pergunta de partida e a natureza da informação recolhida, será adotado um *design* não-experimental do tipo *cross-sectional*. O recurso a este *research design* permitirá comparar, num único momento do tempo, diferentes grupos de observações.

### 6.2 – Unidade de Análise

A Unidade de Análise (N) utilizada na presente dissertação circunscreve-se aos inquéritos da Comarca do Porto (DIAP). Dada a natureza de alguns tipos de crime, que são regulamentados em legislação própria ou, pela sua especificidade (por ex tráfico de estupefacientes) torna-se difícil estabelecer comparações, foram somente considerados os crimes de Furto, Roubo e Violência Doméstica.

A recolha de dados circunscreveu-se aos inquéritos que no decurso de 2014 se encontram na fase de inquérito.

### **6.3 – Recolha de dados: instrumentos e procedimentos**

Ao longo da presente dissertação e como complemento, serão utilizados dados estatísticos recolhidos da Direção Geral da Política de Justiça<sup>34</sup>.

Foram recolhidos dados de inquéritos referentes aos anos 2011 a 2014, tendo aqui se optado por uma amostragem aleatória estratificada procurando-se, por essa via, assegurar a melhor representatividade possível.

### **6.4 – Análise de dados**

A análise de dados e a estatística são de importância inquestionável nos estudos que versam sobre as áreas das ciências sociais.

Tendo como ponto de partida o enquadramento teórico do objeto de estudo, o investigador estabelece as suas hipóteses, operacionaliza os seus conceitos e parte para a fase de seleção-recolha-análise de dados.

A partir do momento em que o investigador formulou a sua teoria é normal que a pretenda testar. Porém, raramente é possível testar uma teoria no seu todo, sendo o mais frequente deduzir-se, a partir da teoria, uma hipótese que se relacione com uma faceta limitada desta, submetendo-a às hipóteses de investigação (Bryman, A., Cramer, D., 2003).

Consciente que o nosso “N” não tem a dimensão necessária para ser representativa de todos os crimes registados no país ficou, desde logo, excluída a possibilidade de recorrermos à Estatística Indutiva – que permite retirar conclusões importantes sobre a população através de inferências da análise da amostra.

---

<sup>34</sup> «Os números da Justiça 2011». 2012. Direção Geral da Política da Justiça. Lisboa

Optamos assim pelo recurso à Estatística Descritiva – que nos permite descrever e avaliar o grupo de estudo – isolando as estruturas e padrões mais relevantes do conjunto de dados objetos de estudo, ao mesmo tempo, que permite determinar quais generalizações são possíveis de realizar a partir da amostra (Pocinho, M. 2009).

## 6.5 – Operacionalização das variáveis de estudo

As variáveis colhidas para estudo descrevem-se na tabela (tabela 1) com referência à respetiva unidade de medida.

### 6.5.1 – Variável dependente (justificada)

A variável «Iniciativa do OPC» constituirá a variável dependente ( $Y_1$ ) da presente pesquisa e traduz o número de inquéritos em que o OPC iniciou de imediato diligências de investigação. Uma outra variável dependente será «Delegação do MP» ( $Y_2$ ) que representa todos os inquéritos em que o OPC não atuou por iniciativa própria, ficando a aguardar delegação de competências.

Ambas são variáveis quantitativas contínuas, representadas na tabela seguinte onde se expressa a unidade de medida e a fonte de onde são recolhidos os dados.

| VARIÁVEL DEPENDENTE         | UNIDADE DE MEDIDA | FONTE  |
|-----------------------------|-------------------|--|
| ( $Y_1$ ) Iniciativa do OPC | (n.º)             | Inquéritos crime da Comarca do Porto a correr termos no OPC. |
| ( $Y_2$ ) Delegação do MP   | (n.º)             | Inquéritos crime da Comarca do Porto a correr termos no OPC. |

**Tabela 1 - Variável dependente**

### 6.5.2 – Variável independente (justificativas)

A pesquisa fica concretizada com o recurso a um conjunto de variáveis independentes, representadas na tabela seguinte de (X<sub>1</sub>) a (X<sub>7</sub>), sendo que todas elas constituem variáveis contínuas, onde se expressa a unidade de medida e a fonte de onde são recolhidos os dados.

| VARIÁVEIS INDEPENDENTE                    | UNIDADE DE MEDIDA | FONTE  |
|---|-------------------|--|
| (X <sub>1</sub> ) Data facto/Data Registo | (n.º)             | Inquéritos crime da Comarca do Porto a correr termos no OPC. |
| (X <sub>2</sub> ) Remessa ao MP           | (n.º)             | Inquéritos crime da Comarca do Porto a correr termos no OPC. |
| (X <sub>3</sub> ) Delegação OPC           | (n.º)             | Inquéritos crime da Comarca do Porto a correr termos no OPC. |
| (X <sub>4</sub> ) 1ª Diligência           | (n.º)             | Inquéritos crime da Comarca do Porto a correr termos no OPC. |
| (X <sub>5</sub> ) Inquirição testemunha   | (n.º)             | Inquéritos crime da Comarca do Porto a correr termos no OPC. |
| (X <sub>6</sub> ) Pedido diligências MP   | (n.º)             | Inquéritos crime da Comarca do Porto a correr termos no OPC. |
| (X <sub>7</sub> ) Relatório final         | (n.º)             | Inquéritos crime da Comarca do Porto a correr termos no OPC. |

Tabela 2 - Variável independente

Legenda:

| Abreviatura | Nome                   | Descrição   |
|-------------|------------------------|---|
| DFDR        | DataFacto/DataRegisto  | Corresponde ao espaço temporal (em dias) decorrido entre o dia em que ocorreu o crime e o dia em que o OPC tomou conhecimento.                          |
| REM         | Remessa denúncia ao MP | Corresponde ao espaço temporal (em dias) decorrido entre o dia que o OPC teve notícia do crime e a remessa do Auto ao Ministério Público.               |
| DEL         | Delegação.             | Corresponde ao espaço temporal (em dias) decorrido entre o dia que o OPC teve notícia do crime e a delegação de competências no OPC.                    |
| DIL         | Primeira diligência    | Corresponde ao espaço temporal (em dias) decorrido entre o dia que o OPC teve notícia do crime e que foi realizada a primeira diligência de prova.      |
| TEST        | Inquirição testemunha  | Corresponde ao espaço temporal (em dias) decorrido entre o dia que o OPC teve notícia do crime e a inquirição da testemunha e/ou lesado/ofendido.       |
| PDIL        | Pedido de diligências  | Corresponde ao espaço temporal (em dias) decorrido entre o dia que o OPC teve notícia do crime e o pedido de diligências ao MP.                         |
| RELF        | Relatório final        | Corresponde ao espaço temporal (em dias) decorrido entre o dia que o OPC teve notícia do crime e a conclusão da investigação ou devolução do inquérito. |

Tabela 3 - Legenda de abreviaturas

## 6.6 – Fiabilidade e validade

Os dados usados na presente dissertação foram recolhidos a partir de documentos e fontes de dados oficiais, reconhecidas nacional e internacionalmente como credíveis, o que dá uma garantia de serem dados confiáveis.

### 6.6.1 – Variáveis dependentes

1. Iniciativa do OPC – para recolher os dados referentes a esta variável foram considerados todos inquéritos em que o OPC, após aquisição da notícia do crime, iniciou de imediato diligências de investigação, para recolha e manutenção da prova existente quer para recolha de nova prova e, sem prejuízo de comunicação imediata ao MP. Aritmeticamente cada inquérito equivale a uma unidade.
2. Delegação do MP - para recolher os dados referentes a esta variável foram considerados todos inquéritos em que o OPC, após aquisição da notícia do crime, comunicou ao MP e não desenvolveu nenhuma diligência sem que primeiro fosse cumprida a formalidade de delegação de competências por parte do MP. Aritmeticamente cada inquérito equivale a uma unidade.

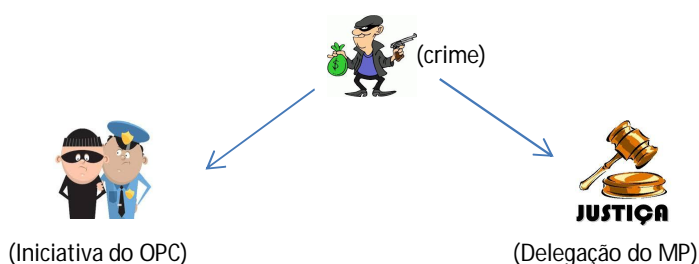


Figura 1 - Ciclo resposta ao crime

### 6.6.2 – Variáveis independentes

As variáveis independentes a que se recorreram procuram dar resposta à questão de celeridade ou, dito de outra forma, procura-se aferir se uma intervenção imediata tem impacto em diferentes momentos de um processo e se sim quais em concreto. Sendo de

referir que não foram encontrados estudos com recursos a estas variáveis que pudessem agora servir como indicadores ou como comparação.

1. A variável DataFacto/DataRegisto ( $X_1$ ) mede o diferencial de tempo entre o momento em que o facto (crime) ocorreu e o dia em que o OPC tomou conhecimento por denúncia ou por iniciativa própria (por ex: flagrante delito). Só podem ser considerados os inquéritos cujas denúncias foram efetuadas dentro do prazo legal (6 meses após conhecimento dos factos) e/ou não haja prescrito o procedimento criminal<sup>35</sup>. Para efeitos estatísticos esta variável será operacionalizada como número absoluto;
2. A variável REM ( $X_2$ ) mede o diferencial de tempo entre o momento que o OPC teve notícia do crime e o momento em que deu conhecimento dos factos ao MP. A medição do diferencial é representada em número de dias sendo que, para efeitos estatísticos, esta variável será operacionalizada como número absoluto. Não obstante a lei impor um limite de 10 dias<sup>36</sup> para comunicação da notícia do crime ao MP, foram considerados processos em que este prazo não foi cumprido (desconhecendo-se porém os fatores que levaram ao não cumprimento);
3. A variável DEL ( $X_3$ ) mede em dias, o espaço que medeia entre o momento em que o MP tem a notícia do crime e o dia em que delega no OPC<sup>37</sup> a investigação do inquérito. Para efeitos estatísticos esta variável será operacionalizada como valor absoluto;
4. A variável DIL ( $X_4$ ) captura o número de dias decorridos entre a notícia do crime e a primeira diligência desenvolvida pelo OPC. Nesta variável, foram considerados indiferentemente os inquéritos começados por iniciativa do OPC ou, delegados pelo MP e, para efeitos estatísticos, esta variável será operacionalizada como valor absoluto;
5. A variável TEST ( $X_5$ ) captura o número de dias decorridos entre a notícia do crime e a tomada de declarações à testemunha do crime e/ou ofendido. Nesta variável, foram considerados indiferentemente os inquéritos começados por iniciativa do OPC ou, delegados pelo MP e, para efeitos estatísticos, esta variável será operacionalizada como valor absoluto;

---

<sup>35</sup> Art.º 115º e 118º Decreto-Lei n.º 48/95 de 15 de Março, revisto pelo Lei n.º 69/2014 de 29 de Agosto que aprova a 33ª alteração ao Código Penal.

<sup>36</sup> Art.º 248º do Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de Fevereiro revisto pela Lei Orgânica n.º 2/2014, de 6 de Agosto aprova a 26ª versão do CPP.

<sup>37</sup> Art.º 270º do Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de Fevereiro revisto pela Lei Orgânica n.º 2/2014, de 6 de Agosto aprova a 26ª versão do CPP

6. A variável PDIL ( $X_6$ ) captura o número de dias decorridos entre a notícia do crime e a data em que o OPC remete informação ao MP a solicitar diligências nas quais é obrigatória a intervenção da AJ. Nesta variável, foram considerados indiferentemente os inquéritos começados por iniciativa do OPC ou, delegados pelo MP e, para efeitos estatísticos, esta variável será operacionalizada como valor absoluto;
7. A variável RFIL ( $X_7$ ) captura o número de dias decorridos entre a notícia do crime e o momento em que o OPC remete em definitivo o inquérito ao MP. Nesta variável, foram considerados indiferentemente os inquéritos em que a investigação estava concluída, bem como aqueles em que o MP solicita a devolução a título definitivo. Para efeitos estatísticos, esta variável será operacionalizada como valor absoluto;





# CAPÍTULO VII

---

## 7. RESULTADOS/DISCUSSÃO

Os resultados apresentados não distinguem, em termos qualitativos, inquéritos que seguiram a tramitação normal (independentemente da morosidade das diligências) de inquéritos que numa fase inicial foram arquivados (por ausência de pistas que permitissem desenvolver uma investigação) e/ou outros inquéritos em que o lesado/ofendido por opção ou desconhecimento só deu notícia do crime meses após a sua ocorrência, resultando daí que surja uma elevada amplitude encontrada na variável MÍNIMO/MÁXIMO.

Realça-se novamente que a escolha dos inquéritos, após definidos os tipos de crime que seriam objeto de análise, obedeceu a uma metodologia de amostragem aleatória por se entender ser aquela que melhor garantiria a fidelidade dos dados e evitaria contaminação por seleção do investigador.

De igual forma optou-se pelo recurso à estatística descritiva que, de forma simples, descreve e sumariza um conjunto de dados.

Tal como o habitual no recurso a este tipo de ferramenta de análise, também aqui se recorreu a medidas de tendência central (Média; Mediana; Moda) e a medidas de variabilidade (Desvio padrão; Mínimo e Máximo).

Por fim e, por ser a análise mais adequada ao objetivo do presente estudo, optou-se por uma Análise Univariada por se pretender descrever somente a distribuição de uma única variável e não uma relação entre variáveis, caso em que se recorreria a uma Análise Bivariada.

### 7.1 Iniciativa OPC

Neste ponto a estatística descritiva aborda somente os processos iniciados por iniciativa do OPC, sem prejuízo de comunicação imediata ao MP.



**Iniciativa OPC 1**

A tabela 4 apresenta os valores «Mínimo» e «Máximo» de todas as variáveis em estudo, sendo que a maior amplitude é encontrada nas variáveis cujos prazos de execução não estão legalmente definidos, registando uma diferença de 100 vezes mais na variável «DIL» quando, nas variáveis cujos prazos de execução estão definidos (conhecimento da notícia do crime) a amplitude máxima fica por um número substancialmente mais baixo, 35 vezes mais.

| Variáveis | (1)<br>Mínimo | (2)<br>Máximo |
|-----------|---------------|---------------|
| DFDR      | 1             | 35            |
| REM       | 3             | 16            |
| DEL       | 7             | 31            |
| DIL       | 1             | 109           |
| TEST      | 2             | 283           |
| PDIL      | 3             | 215           |
| RELF      | 43            | 411           |

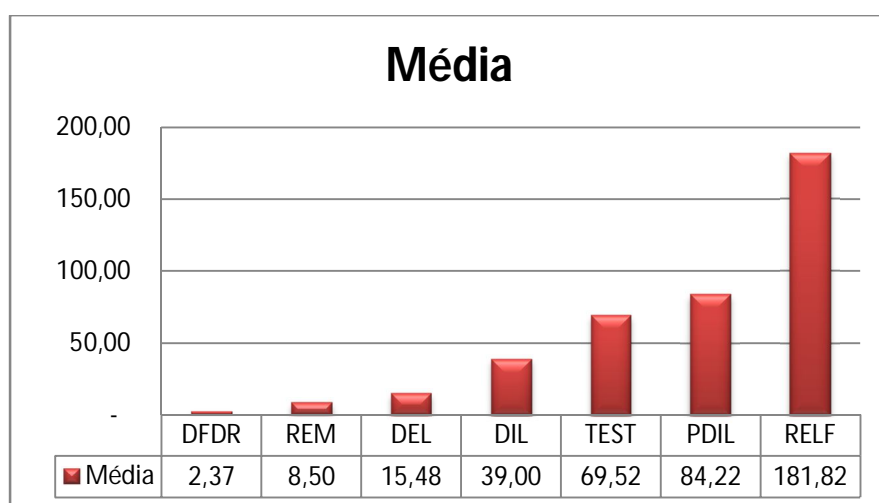
**Tabela 4 - Resumo estatística descritiva - Iniciativa OPC**

A tabela 4 traduz um resumo descritivo dos testes de estatística aplicados. Não se procurou encontrar relações entre variáveis mas tão-somente representar o resultado nominal de cada uma das variáveis, porque é a partir destes resultados que se pode estabelecer relações com os dados representados no ponto 7.2.

|                          | DFDR | REM  | DEL   | DIL   | TEST  | PDIL  | RELF   |
|--------------------------|------|------|-------|-------|-------|-------|--------|
| MÉDIA                    | 2,37 | 8,50 | 15,48 | 39,00 | 69,52 | 84,22 | 181,82 |
| MEDIANA                  | 1    | 9    | 13    | 41,50 | 25    | 49    | 160,50 |
| MODA                     | 1    | 9    | 17    | 1     | 5     | 171   | 58     |
| DESVIO-PADRÃO            | 5,46 | 2,91 | 5,91  | 32,42 | 91,76 | 73,10 | 125,39 |
| MÍNIMO                   | 1    | 3    | 7     | 1     | 2     | 3     | 43     |
| MÁXIMO                   | 35   | 16   | 31    | 109   | 283   | 215   | 411    |
| NÍVEL CONFIANÇA<br>(95%) | 1,72 | 0,96 | 1,89  | 10,65 | 39,68 | 36,35 | 48,62  |

**Tabela 5 - Estatística descritiva - Iniciativa OPC**

A medida de análise «Média» aponta o valor onde mais se concentram os dados de uma distribuição, representando a média do conjunto de valores existente em cada uma das variáveis em análise. Encontramos no extremo mais baixo do conjunto de variáveis um valor de 2,37 (DFDR) por contraposição com um valor de 181,82 encontrados no extremo mais alto (RELF).



**Figura 2 - Média - Iniciativa OPC**

A medida de análise «Desvio-padrão» é a medida mais comum da dispersão estatística, mostra o quanto de variação ou dispersão existe em relação à média. Um baixo desvio-padrão significa que os dados tendem a estar próximos da média, por sua vez um alto desvio-padrão indica que os dados estão espalhados por uma gama de valores.

É a variável «REM» que lhe cabe o mais baixo desvio-padrão (2,91) e, no campo oposto é a variável «RELF» que atinge o desvio-padrão mais alto (125,39).

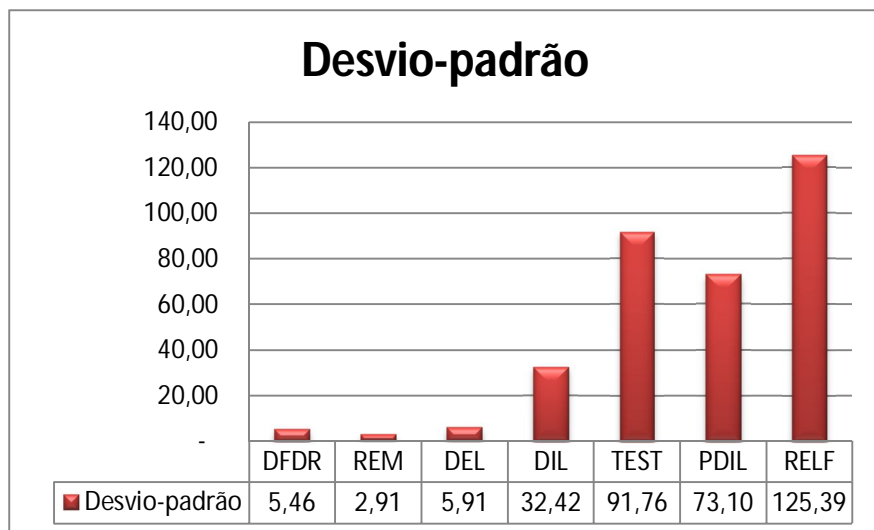


Figura 3 - Desvio padrão - Iniciativa OPC

A medida de análise «Mediana» representa um valor numérico que divide a metade superior de uma amostra de dados a partir da metade inferior. Dito de outra forma a «Mediana» é o valor que ocupa a posição central caso o conjunto de valores em análise seja ímpar ou, no caso de ser par representa a média dos dois valores centrais.

Uma vez mais os extremos encontram-se entre a variável «REM» (1,00) e a variável «RELF» (160,50).

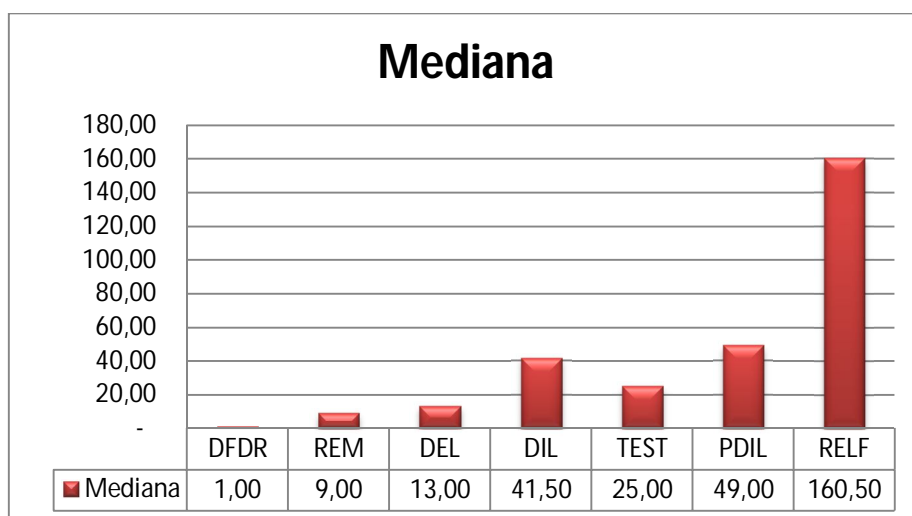


Figura 4 - Mediana - Iniciativa OPC

A medida de análise «Moda» representa o valor com o maior número de observações, ou seja, o valor que ocorre com maior frequência num conjunto de dados. Aqui as variáveis «DFDR» e «DIL» apresentam o mesmo resultado (1,00) e por contraponto a variável «PDIL» representa o valor mais alto (171,00).

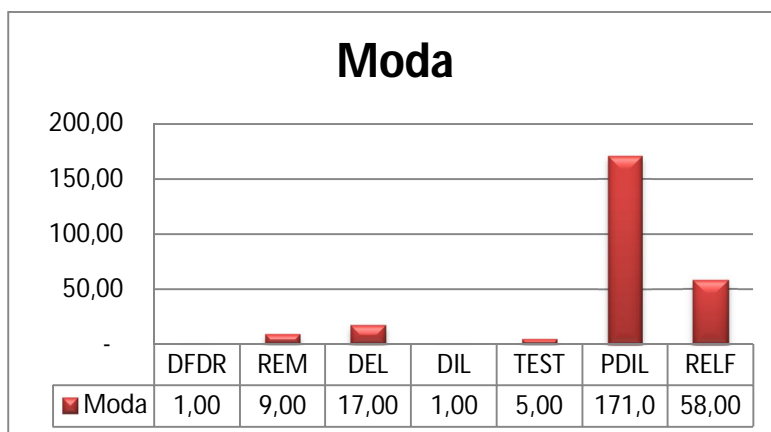


Figura 5 - Moda - Iniciativa OPC

A medida de análise «Mínimo e Máximo» representa, respetivamente, o valor mais baixo e o mais alto encontrado num conjunto de dados. O valor mais baixo (1,00) é encontrado nas variáveis «DFDR» e «DIL», por sua vez o valor mais alto é encontrado na variável «RELF» que em termos absolutos regista 411 dias. Porém é na variável «DIL» que se regista a amplitude mais alta com uma diferença de mais de cem vezes (109 para ser mais preciso) entre o valor mínimo e o máximo.

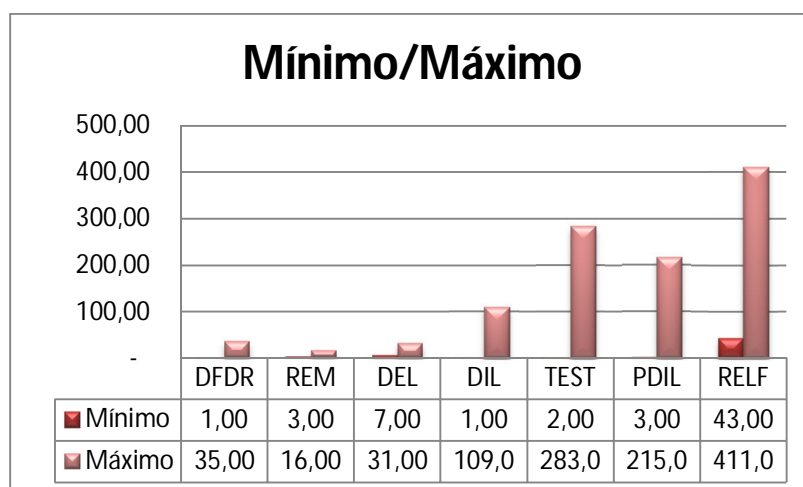


Figura 6 - Mínimo/Máximo - Iniciativa OPC

A medida de análise «Nível de confiança» descreve quão confiáveis são os resultados de uma pesquisa em que, quanto mais baixo for o valor que resulte de uma pesquisa, maior será o nível de confiança dos dados apresentados. Assim, uma vez mais, temos valores mais baixos nas fases processuais com prazos definidos (DFDR/REM) em detrimento das restantes fases (TEST; PDIL; RELF) em que se registam valores mais altos<sup>38</sup>.

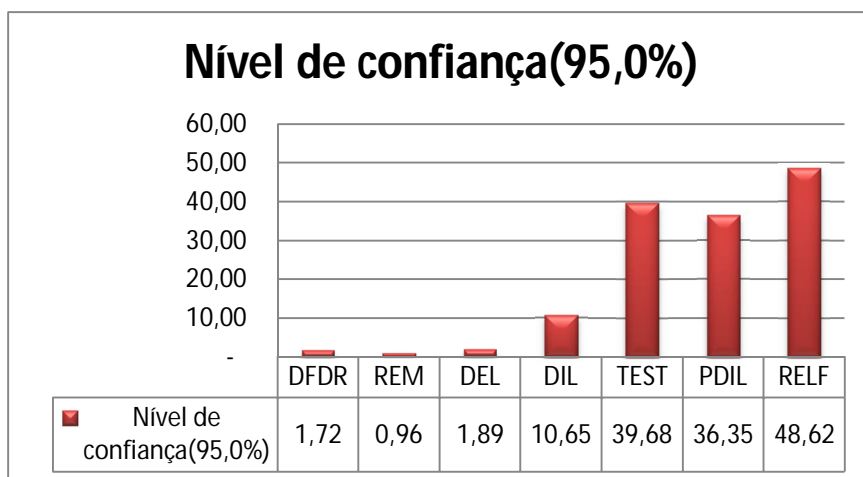


Figura 7 - Nível confiança - Iniciativa OPC

## 7.2 Delegação MP

Neste ponto a estatística descritiva aborda os processos em que o MP, após ter conhecimento da notícia do crime, decide delegar competências de investigação no OPC sem prejuízo de, numa fase inicial e por ausências de pistas arquivar o inquérito sendo este reaberto assim que surgem novas oportunidades de investigação.



Figura 8 - Delegação MP

<sup>38</sup> Uma explicação possível para a elevada diferença de amplitude dos valores registados pode ser encontrada por se tratar de fases processuais diferenciadas em cada um dos inquéritos, ou seja, a existência de testemunhas, o pedido de diligências (buscas; mandados; acesso às contas bancárias, entre outras) e/ou a elaboração de relatório final não dependem exclusivamente da vontade e empenho dos OPC's, podem por ex. estarem dependentes da intervenção de terceiros (por ex. perícias).

A tabela 6 apresenta os valores «Mínimo» e «Máximo» de todas as variáveis em estudo, sendo que aqui se encontram grandes amplitudes, seja nas fases processuais com prazos definidos – por exemplo «DFDR» em que assistimos a uma amplitude de 167 vezes mais<sup>39</sup> - seja nas restantes fases e que a título de mero exemplo se destaca a fase «DIL», cuja amplitude atinge as 774 vezes mais. Sendo certo que em ambos os exemplos aqui referidos se registam amplitudes elevadas, é igualmente certo que, a par do ocorrido no ponto 7.1, é nas fases com prazos legalmente impostos que se assiste aos valores mais baixos.

| Variáveis | (1)<br>Mínimo | (2)<br>Máximo |
|-----------|---------------|---------------|
| DFDR      | 1             | 167           |
| REM       | 2             | 45            |
| DEL       | 6             | 752           |
| DIL       | 1             | 774           |
| TEST      | 62            | 332           |
| PDIL      | 39            | 739           |
| RELF      | 55            | 445           |

**Tabela 6 - Resumo estatística descritiva - Delegação MP**

A tabela 6 traduz um resumo descritivo dos testes de estatística aplicados. Não se procurou encontrar relações entre variáveis mas tão-somente representar o resultado nominal de cada uma das variáveis, porque é a partir destes resultados que se pode estabelecer relações com os dados representados no ponto 7.1.

|                          | DFDR  | REM   | DEL   | DIL    | TEST   | PDIL   | RELF   |
|--------------------------|-------|-------|-------|--------|--------|--------|--------|
| MÉDIA                    | 8,20  | 10,94 | 42,61 | 127,76 | 175,97 | 183,71 | 298,24 |
| MEDIANA                  | 1     | 9,50  | 21    | 100    | 142    | 126,50 | 273    |
| MODA                     | 1     | 7     | 16    | 73     | 128    | 123    | 158    |
| DESVIO-PADRÃO            | 23,62 | 6,12  | 86,76 | 99,76  | 91,75  | 175,24 | 139,14 |
| MÍNIMO                   | 1     | 2     | 6     | 1      | 62     | 39     | 37     |
| MÁXIMO                   | 167   | 45    | 752   | 774    | 386    | 774    | 739    |
| NÍVEL CONFIANÇA<br>(95%) | 5,16  | 1,38  | 18,95 | 22,20  | 29,74  | 67,95  | 36,26  |

**Tabela 7 - Estatística descritiva - Delegação MP**

<sup>39</sup> De realçar que nos crimes particulares e semipúblicos o titular do direito de queixa dispõe de 180 dias para exercer esse direito e, até este formalismo estar preenchido fica o MP «afastado» por iniciativa própria de avançar criminalmente por ausência de legitimidade.



A medida de análise «Média» aponta o valor onde mais se concentram os dados de uma distribuição, representando a média do conjunto de valores existente em cada uma das variáveis em análise. Encontramos no extremo mais baixo do conjunto de variáveis um valor de 8,20 (DFDR) por contraposição com um valor de 298,24 encontrados no extremo mais alto (RELF).

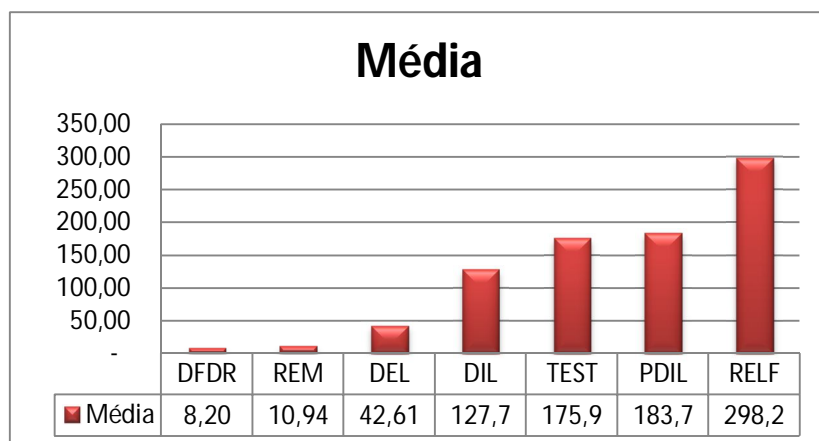


Figura 9 - Média - Delegação MP

A medida de análise «Desvio-padrão» é a medida mais comum da dispersão estatística, mostra o quanto de variação ou dispersão existe em relação à média. Um baixo desvio-padrão significa que os dados tendem a estar próximos da média, por sua vez um alto desvio-padrão indica que os dados estão espalhados por uma gama de valores.

É à variável «REM» que lhe cabe o mais baixo desvio-padrão (6,12) e, no campo oposto é a variável «PDIL» que atinge o desvio-padrão mais alto (175,24).

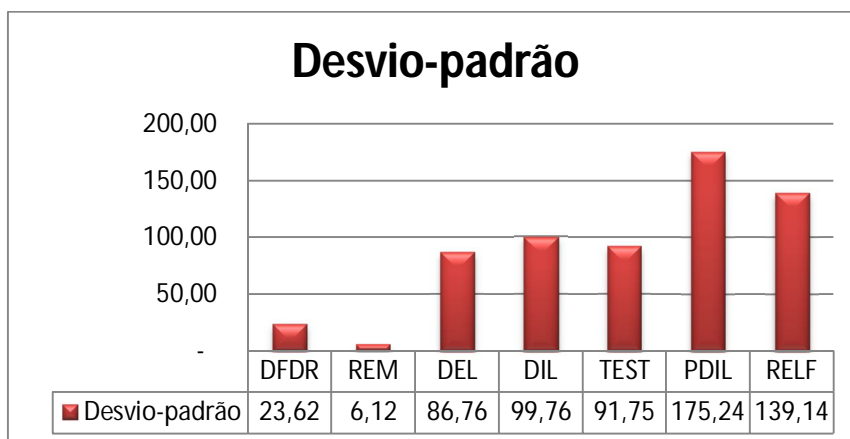


Figura 10 - Desvio padrão - Delegação MP

A medida de análise «Mediana» representa um valor numérico que divide a metade superior de uma amostra de dados a partir da metade inferior. Dito de outra forma a «Mediana» é o valor que ocupa a posição central caso o conjunto de valores em análise seja ímpar ou, no caso de ser par representa a média dos dois valores centrais.

Aqui, nos inquéritos por delegação do MP, os extremos encontram-se entre a variável «DFDR» (1,00) e a variável «RELF» (273,00).

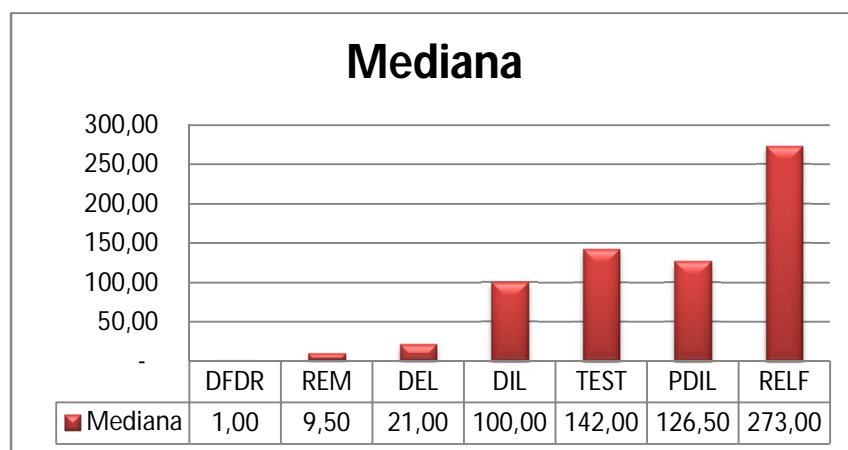


Figura 11 - Mediana - Delegação MP

A medida de análise «Moda» representa o valor com o maior número de observações, ou seja, o valor que ocorre com maior frequência num conjunto de dados. A variável «DFDR» apresenta o mais baixo resultado (1,00) e por contraponto a variável «RELF» representa o valor mais alto (158,00).

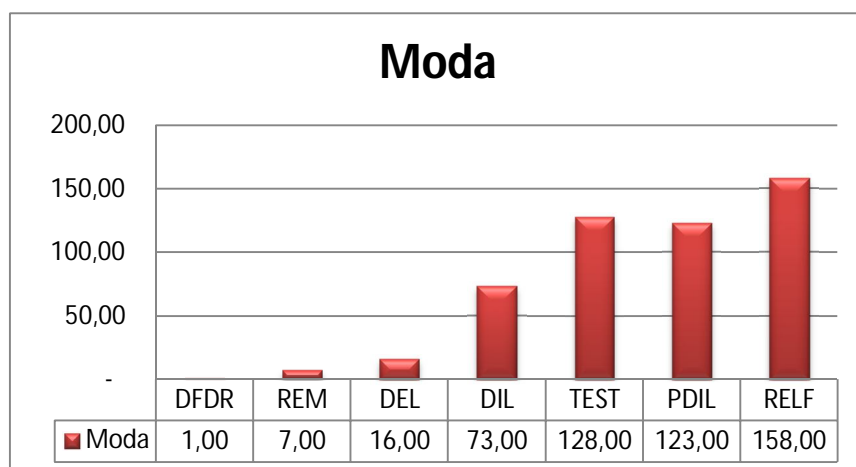


Figura 12 - Moda - Delegação MP

A medida de análise «Mínimo e Máximo» representa, respetivamente, o valor mais baixo e o mais alto encontrado num conjunto de dados. O valor mais baixo (1,00) é encontrado nas variáveis «DFDR» e «DIL», por sua vez o valor mais alto é encontrado nas variáveis «DIL» e «PDIL» que em termos absolutos registam 774 dias. É igualmente na variável «DIL» que se regista a amplitude mais alta com uma diferença de mais de setecentas e setenta vezes (774 para ser mais preciso) entre o valor mínimo e o máximo.

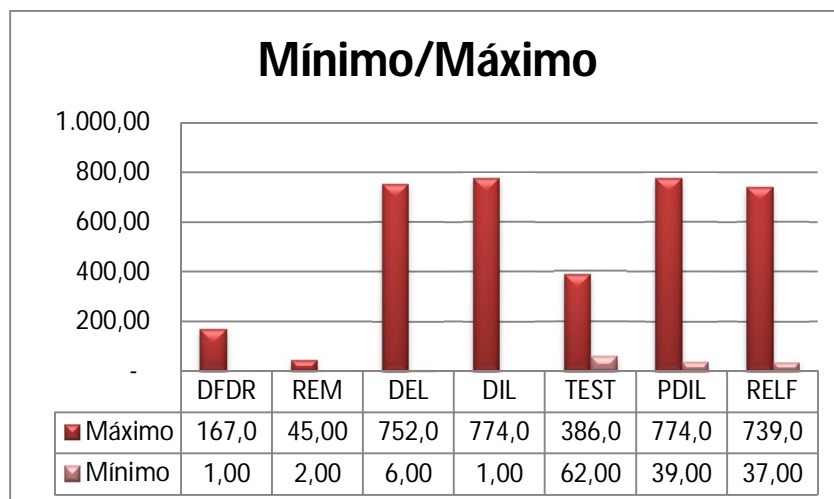


Figura 13 - Mínimo/Máximo - Delegação MP

A medida de análise «Nível de confiança» descreve quão confiáveis são os resultados de uma pesquisa em que, quanto mais baixo for o valor que resulte de uma pesquisa maior será o nível de confiança dos dados apresentados. Também aqui e a exemplo do ponto 7.1, uma vez mais temos os valores mais baixos nas fases processuais com prazos definidos (DFDR/REM) em detrimento da fase «PDIL» que regista um valor muito alto.

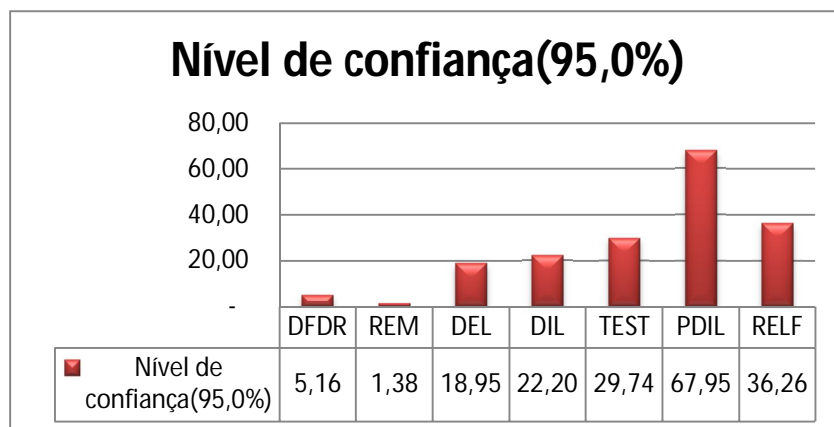


Figura 14 - Nível de confiança - Delegação MP

# CAPÍTULO VIII

---

## 8. CONCLUSÃO

### 8.1 – Conclusão geral

A presente dissertação teve como propósito inicial - quanto à fase de revisão da literatura - apurar se existiam limitações ou imposições legais que determinassem o modo de atuação dos OPC's ou, se se confirmava uma ideia generalizada (ainda que não assumida oficialmente) que existe em Portugal um largo poder discricionário de seleção por parte das polícias.

Verifica-se que são vários e diferentes os campos de intervenção dos OPC's, onde o legislador entendeu ser no melhor interesse dos bens juridicamente protegidos permitir uma atuação imediata das *polícias*.

Numa outra linha procurou-se apurar se existe uma relação entre rapidez de atuação e resolução dos crimes.

Não foi encontrada literatura que consubstanciasse uma afirmação destas porém, no tocante a fatores de prevenção, de combate ao sentimento de insegurança e, acima de tudo, quanto à fiabilidade do testemunho a bibliografia encontrada aponta uma relação positiva entre estas variáveis e a rapidez de atuação.

E foi com estas premissas que partimos para a pesquisa de campo.

Rapidamente percebemos que quer administrativamente quer estatisticamente não é efetuada uma diferenciação no registo de inquéritos para além do tipo de crime. Assim, não foi possível uma seleção qualitativa dos inquéritos que nos desse garantias de representatividade e proporcionalidade.

Fomos *empurrados* para uma seleção aleatória de inquéritos<sup>40</sup> e não obstante não ter sido objeto de estudo no presente trabalho, fica a perceção que o critério usado pelas *polícias* para realizar (ou não) de imediato diligências de investigação decorre da

---

<sup>40</sup> A selecção aleatória obedeceu ao critério das tipologias criminais escolhidas e centrou-se somente nos inquéritos que correram termos de investigação na Divisão de Investigação Criminal da Polícia de Segurança Pública do Porto.

qualidade e quantidade da prova “disponível” e/ou da gravidade do crime em concreto e aqui o conceito gravidade não tem obrigatoriamente reflexo na medida da pena podendo ser tão-somente o valor de um furto por exemplo.

Não obstante todas as limitações encontradas conclui-se que existe uma relação positiva entre o momento em que são iniciadas as diligências de investigação e o período médio gasto em cada um dos momentos que foram escolhidos para análise.

Conclui-se igualmente que as fases processuais cujos prazos de realização não estão limitados - por exemplo inquirição de testemunhas – a amplitude entre os valores «MÍNIMO» e «MÁXIMO» se acentuam mais quando comparadas com as fases cujos prazos estão limitados – por exemplo comunicação ao MP da notícia do crime.

Registam-se também diferenças médias que chegam a ser em algumas situações de menos de 50% do tempo gasto para a realização de diligências, redução esta que vai ter reflexos igualmente significativos na duração média dos inquéritos.

Não foi igualmente objeto de análise no presente trabalho o resultado qualitativo dos inquéritos, desde logo por limitações de tempo e porque não foi definido como critério de análise no ponto de partida, ficando contudo a certeza que esse seria e é um campo de interesse numa investigação futura.

Porém e não obstante esta limitação referida ficou a perceção que nos inquéritos de violência doméstica a tomada de declarações das testemunhas recolhe mais prova quanto mais próxima ocorrer do momento dos factos.

Por fim e para terminar este ponto e não obstante não estar expresso no presente trabalho, as consultas das diferentes ferramentas de gestão e opção criminal (desde os preâmbulos dos diferentes normativos, passando pelas sucessivas leis-quadro de política criminal) são omissas ou pelo menos não revestem importância à atuação das polícias em campos como o da celeridade e eficácia de intervenção.

De igual modo e apesar de termos realizado uma pesquisa alargada – em bibliotecas eletrónicas e em bibliotecas físicas na área do grande Porto – não encontramos literatura que aborde em concreto a temática da intervenção imediata e menos encontramos quando nos centramos na polícia portuguesa (não obstante alguns

estudos que foram sendo realizados em projetos de dissertação de mestrado e/ou teses de doutoramento, mas nos quais também não foi abordado este tema em concreto).

## **8.2 – Conclusão: teste de hipóteses**

Partimos para o presente trabalho, tendo como pergunta base se os OPC's, neste caso a Polícia de Segurança Pública em concreto, se iniciavam de imediato diligências tendentes à recolha e manutenção da prova e, em caso negativo, se tal resultava de limitações legais.

Começamos pelo fim.

De todo o ordenamento jurídico que foi objeto de análise não resulta nenhuma proibição na execução de diligências imediatas. Porém e, não obstante o quadro de intervenção estar processualmente definido, consagra uma série de competências dos OPC's – nos mais diversos campos de atuação – que os dota de instrumentos capazes de iniciar no imediato diligências de investigação (ou tão somente executar medidas de polícia).

Se podemos dizer que a regra é aguardar pela intervenção do MP, de igual forma podemos dizer que o legislador acautelou as situações tidas como urgentes e aqui, não delimitou o que pode ser enquadrado como «situações urgentes», parecendo dar lugar a um campo largo de interpretação.

Já quanto à prática diária, aqui as coisas, parecem-nos um bocado diferentes.

Antes de se apresentarem os resultados obtidos, importa realçar que a escolha do objeto de análise obedeceu a critérios (tipo de crime) que à partida seriam suscetíveis de incentivar uma intervenção imediata dos OPC's, porém os dados encontrados nem sempre confirmam a nossa ideia de partida.

Porém, quando observamos os resultados da nossa amostra – na qual partimos de um “N” igual a 127 inquéritos (total da amostra) – verificamos que em 82 deles (64,56% dos inquéritos totais) a investigação foi delegada pelo MP, tendo somente em 45 (35,43% dos inquéritos totais) sido iniciados por iniciativa do OPC.

|                                     | DFDR<br>(X <sub>1</sub> ) | REM<br>(X <sub>2</sub> ) | DEL<br>(X <sub>3</sub> ) | DIL<br>(X <sub>4</sub> ) | TEST<br>(X <sub>5</sub> ) | PDIL<br>(X <sub>6</sub> ) | RELF<br>(X <sub>7</sub> ) |
|-------------------------------------|---------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|
| MÉDIA (Y <sub>1</sub> )             | 2,37                      | 8,50                     | 15,48                    | 39,00                    | 69,52                     | 84,22                     | 181,82                    |
| MÉDIA (Y <sub>2</sub> )             | 8,20                      | 10,94                    | 42,61                    | 127,76                   | 175,97                    | 183,71                    | 298,24                    |
| MEDIANA (Y <sub>1</sub> )           | 1                         | 9                        | 13                       | 41,50                    | 25                        | 49                        | 160,50                    |
| MEDIANA (Y <sub>2</sub> )           | 1                         | 9,50                     | 21                       | 100                      | 142                       | 126,50                    | 273                       |
| MODA (Y <sub>1</sub> )              | 1                         | 9                        | 17                       | 1                        | 5                         | 171                       | 58                        |
| MODA (Y <sub>2</sub> )              | 1                         | 7                        | 16                       | 73                       | 128                       | 123                       | 158                       |
| DESVIO-PADRÃO (Y <sub>1</sub> )     | 5,46                      | 2,91                     | 5,91                     | 32,42                    | 91,76                     | 73,10                     | 125,39                    |
| DESVIO-PADRÃO (Y <sub>2</sub> )     | 23,62                     | 6,12                     | 86,76                    | 99,76                    | 91,75                     | 175,24                    | 139,14                    |
| MÍNIMO (Y <sub>1</sub> )            | 1                         | 3                        | 7                        | 1                        | 2                         | 3                         | 43                        |
| MÍNIMO (Y <sub>2</sub> )            | 1                         | 2                        | 6                        | 1                        | 62                        | 39                        | 37                        |
| MÁXIMO (Y <sub>1</sub> )            | 35                        | 16                       | 31                       | 109                      | 283                       | 215                       | 411                       |
| MÁXIMO (Y <sub>2</sub> )            | 167                       | 45                       | 752                      | 774                      | 386                       | 774                       | 739                       |
| NÍVEL CONF. (95%) (Y <sub>1</sub> ) | 1,72                      | 0,96                     | 1,89                     | 10,65                    | 39,68                     | 36,35                     | 48,62                     |
| NÍVEL CONF. (95%) (Y <sub>2</sub> ) | 5,16                      | 1,38                     | 18,95                    | 22,20                    | 29,74                     | 67,95                     | 36,26                     |

Tabela 8 - Matriz comparativa dados globais

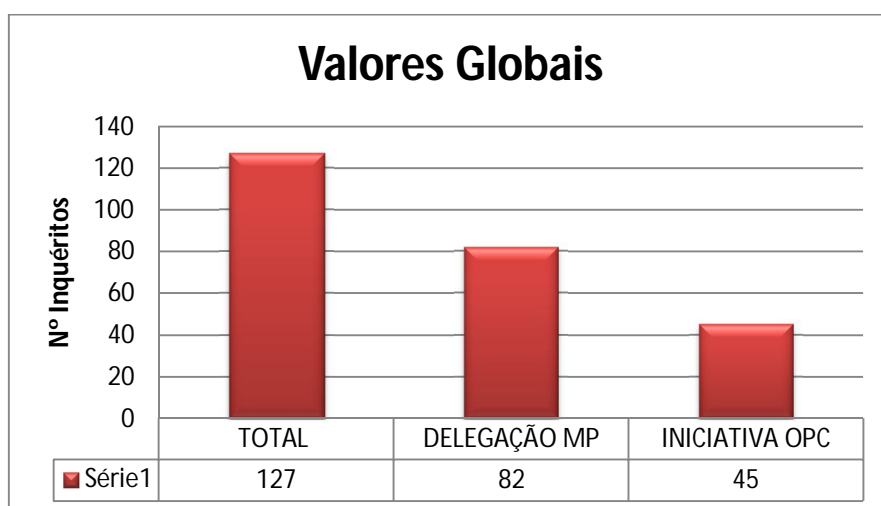


Figura 15 - Valores globais

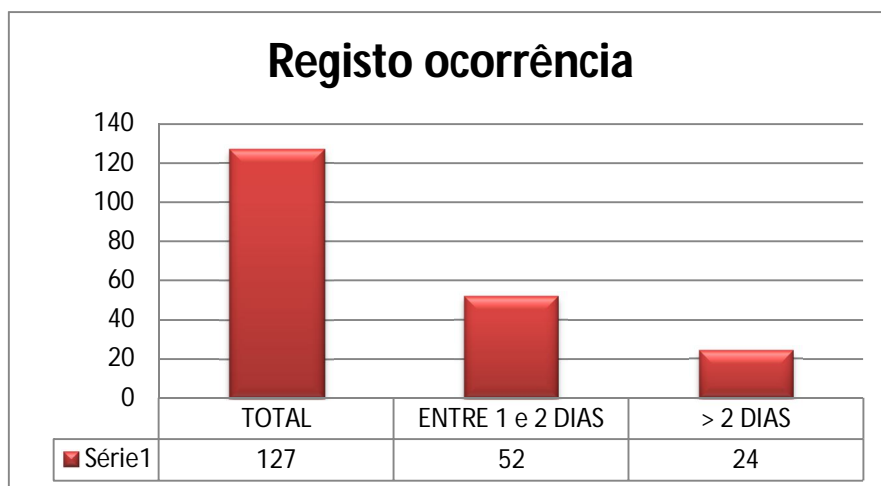
Sai assim reforçada a ideia que, numa primeira análise, os OPC's optam preferencialmente por aguardar pela intervenção do MP.

Mas, de igual forma coloca-se outra questão. Será que o tempo que medeia o cometimento do crime e a notícia/conhecimento deste influencia a decisão de uma intervenção imediata?

Em 52 inquéritos (40,94% dos casos) o OPC teve conhecimento do crime no período compreendido entre de 1 dia a 2 dias após o cometimento, sendo que em 24

inquéritos (18,89% dos casos) só teve conhecimento após, pelo menos, o decurso de 2 dias e, por fim, nos restantes 51 inquéritos (40,15% dos casos) teve conhecimento no próprio dia em que o crime foi cometido.

Conclui-se assim que em mais de 80% das situações o OPC teve conhecimento da prática do crime num período, diríamos curto, não excedendo os 2 dias.



**Figura 16 - Registo ocorrências**

O que nos permite igualmente concluir que quanto à nossa primeira pergunta de partida (H1) os resultados obtidos apontam no sentido que os OPC's – na maioria das situações – aquando o conhecimento de um crime não iniciam de imediato diligências de investigação.

Passando para a nossa segunda hipótese de trabalho (H2) – relembramos que consistia saber em que medida uma intervenção imediata tinha impacto no tempo despendido numa investigação – vemos que, em média, o tempo gasto nos inquéritos (em concreto nas diferentes fases e diligências processuais) iniciados por iniciativa do OPC é menor do que naqueles em que estes aguardam a intervenção do MP para delegação de competências.

Os resultados são (quanto a nós) claros neste ponto. Em termos percentuais e numa comparação direta entre os inquéritos iniciados por «INICIATIVA DO OPC» *versus* «DELEGADOS PELO MP» observamos resultados sempre mais favoráveis aqueles com um dispêndio de tempo de somente 28,90 % em «DFDR»; 77,69% em «REM»; 37,08% em «DEL»; 30,64% em «DIL»; 39,50% em «TEST»; 45,84% em «PDIL» e, por fim, 60,96% em «RELF».



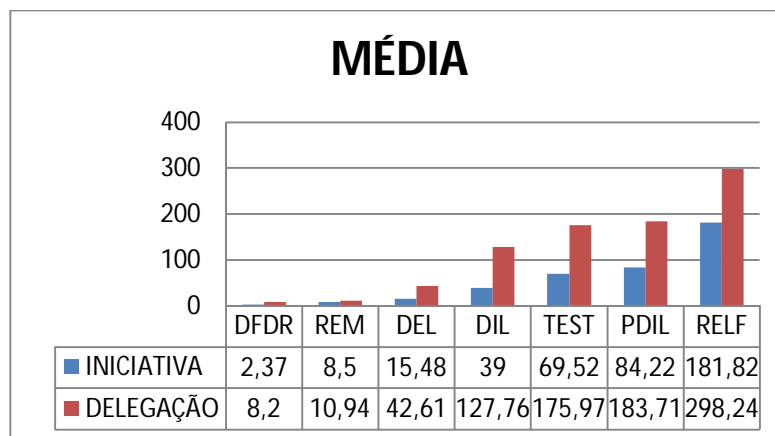


Figura 17 - Média valores totais

Quando desenhamos as nossas hipóteses e, porque nos pareceu (logo naquele momento) que faria sentido, levantamos como hipótese de trabalho (H3) apurar – se a exemplo do que julgávamos como certo que os inquéritos iniciados de imediato teriam como resultado um menor dispêndio de tempo – se haveria igualmente algum impacto (positivo ou negativo) nas diligências cujos prazos estão processualmente definidos, em concreto nos momentos que designamos de «DFDR» e «REM».

Comecemos por uma análise aos dados comparativos (entre estas duas variáveis) nos inquéritos indicados como «DELEGAÇÃO MP».

É na variável «REM» que encontramos o desvio-padrão mais baixo (6,12) e um nível de confiança mais alto ao apresentar um valor de (1,38) quando comparados com a variável «DFDR» que apresenta valores de 23,62 e 5,16, respetivamente.

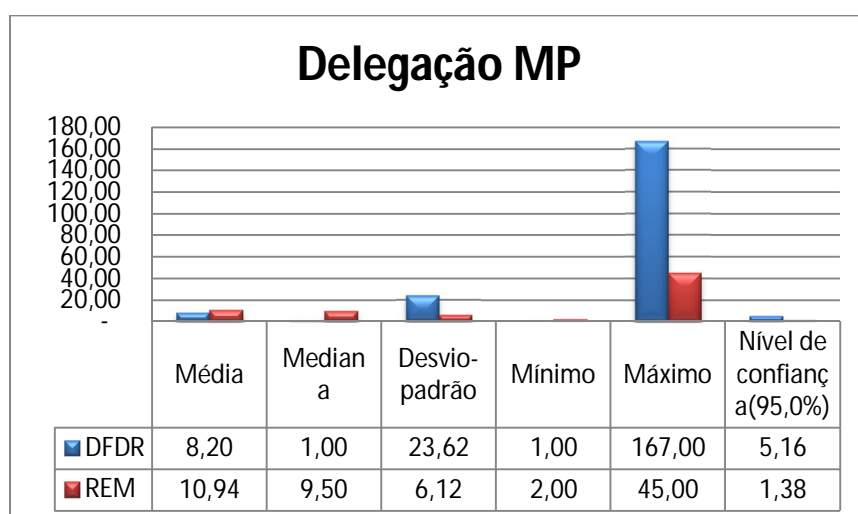


Figura 18 - Dados delegação MP

Igual resultado é obtido nos inquéritos designados «INICIATIVA OPC» com registos de um desvio padrão de 2,91 e um nível de confiança de 0,96 para a variável «REM», em detrimento da variável «DFDR» que apresenta valores de 5,46 e 1,72, respetivamente.

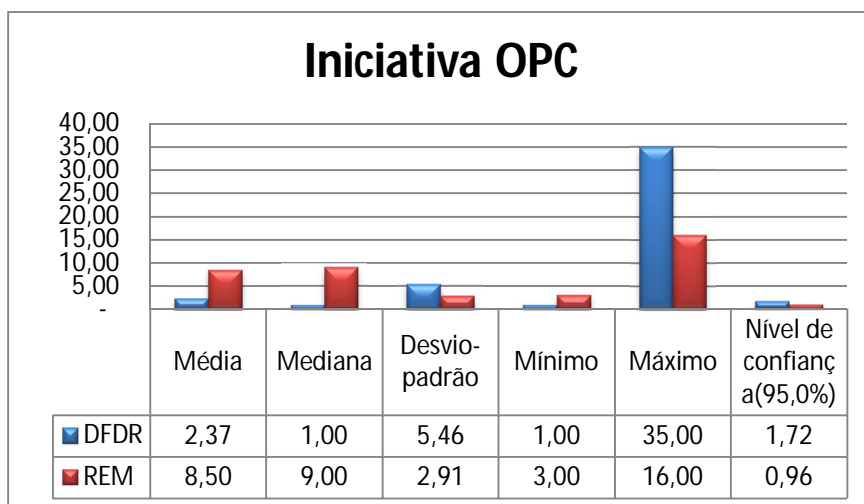


Figura 19 - Dados iniciativa OPC

Avançando agora numa comparação direta entre os resultados obtidos nos inquéritos «DELEGADOS MP» *versus* «INICIADOS OPC» apontam, em toda a linha, para reforçar a ideia que nos inquéritos cuja investigação se opera por iniciativa do OPC encontramos sempre valores mais baixos, ou seja, menos dispêndio de tempo.

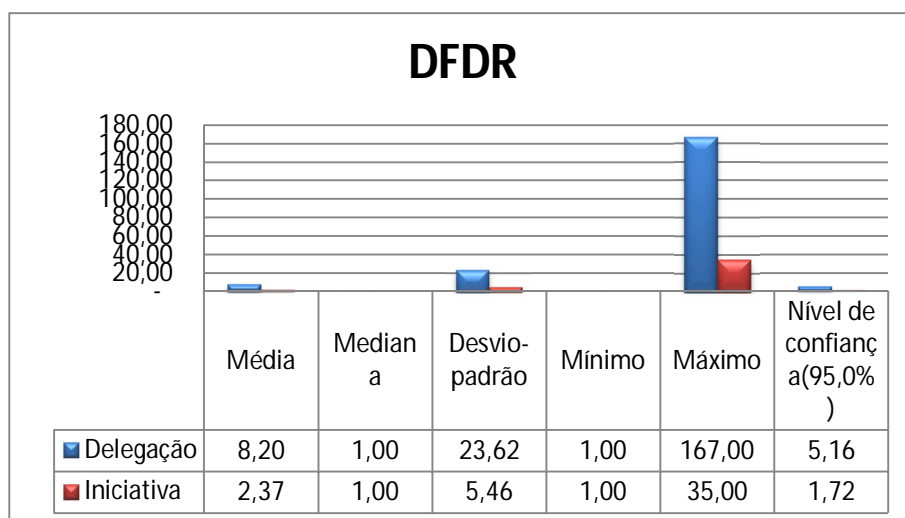
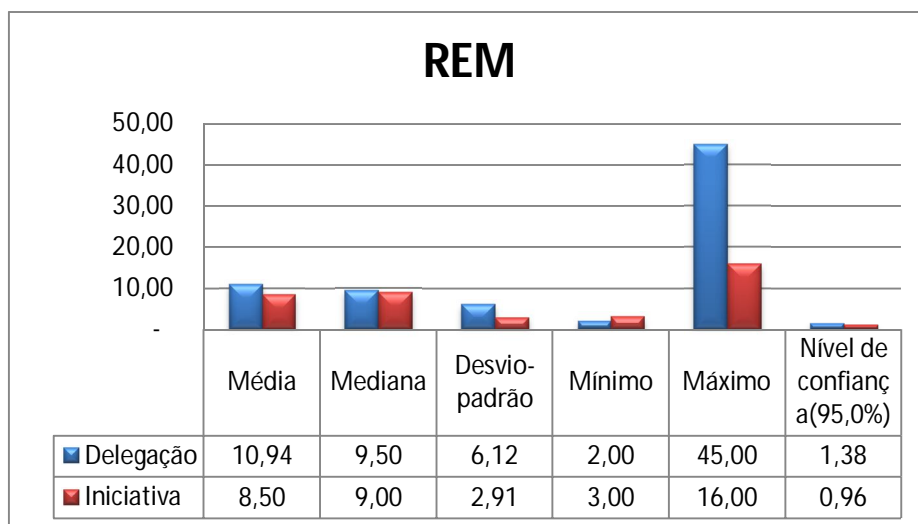


Figura 20 - Dados DFDR OPC vs. MP

Por sua vez e, não obstante não estar definido um prazo limite para o MP delegar a investigação de um determinado inquérito (REM), os resultados apontam no sentido de aparentemente existir uma relação positiva entre os inquéritos iniciados pelo OPC e um menor gasto de tempo.



**Figura 21 - Dados REM OPC vs. MP**

Chegados aqui, procuramos sistematizar no quadro abaixo apresentado os resultados empíricos obtidos dos dados que foram analisados e cruzados de modo a verificar quais as hipóteses de trabalho que se confirmam ou se refutam.

Para uma rápida interpretação da tabela foi atribuído o código «sim» nas situações em que se confirma a hipótese pelos resultados estatísticos obtidos e o código «não» para as hipóteses que foram refutadas, ou seja, o resultado obtido é contrário ao inicialmente esperado.

|                      | CONFIRMA | DFDR (X <sub>1</sub> ) | REM (X <sub>2</sub> ) | DEL (X <sub>3</sub> ) | DIL (X <sub>4</sub> ) | TEST (X <sub>5</sub> ) | PDIL (X <sub>6</sub> ) | RELF (X <sub>7</sub> ) |
|----------------------|----------|------------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| H1                   | Não      |                        |                       |                       |                       |                        |                        |                        |
| H2 (Y <sub>1</sub> ) | Sim      | Sim                    | Sim                   | Sim                   | Sim                   | Sim                    | Sim                    | Sim                    |
| H3 (Y <sub>1</sub> ) | Não      | Não                    |                       |                       |                       |                        |                        |                        |

**Tabela 9 - Matriz - Teste de hipóteses**

Finalizamos este ponto concluindo que as hipóteses 1 e 3 (H1 e H3) não se confirmam e, por sua vez, os resultados demonstram que a hipótese 2 (H2) se confirma.

São contudo as variáveis  $X_1$ ,  $X_2$  e  $X_3$  aquelas que apresentam os resultados mais sólidos.

### 8.3 – Limitações

Tal como já referido no ponto 8.1, o presente trabalho limitou-se a um período circunscrito de tempo e não teve em conta todas as tipologias criminais.

Partiu de uma pergunta base que procurava somente responder se existe ou não uma relação entre rapidez de atuação e tempo (medido em dias) gasto na realização de diferentes fases/diligências processuais.

Não foi objeto de análise se a rapidez de atuação tem igualmente repercussões em termos qualitativos, bem como também não nos respondeu se os resultados finais são iguais para tipologias criminais diferentes ou seja, será o resultado igual quer se trate de um tipo de crime que assenta a recolha da prova essencialmente na prova testemunhal (violência doméstica) ou, num tipo de crime cuja prova assenta essencialmente na prova material (furto cometido por desconhecidos)?

Por fim e, resultado da literatura encontrada, não foram encontradas respostas para uma questão que agora parece central: «Qual o impacto de uma intervenção célere no grau de satisfação dos cidadãos e/ou na diminuição do sentimento de insegurança?».

As principais razões para estas limitações elencadas resultam de não ter sido encontrada bibliografia que apontasse diferentes sentidos de investigação a que acresceram limitações de tempo e financeiras.

Assim e caso seja viável em estudos futuros, haverá todo o interesse em alargar a análise às diferentes tipologias criminais bem como, aplicar um questionário dirigido aos ofendidos com o objetivo de medir o grau de satisfação destes e, um outro questionário, dirigido aos OPC's para se procurar perceber quais as razões que levam à decisão de iniciar (ou não) de imediato diligências de investigação.

## 8.4 – Linhas futuras de investigação

Se é certo que os índices criminais reportados em Portugal – que para além de não serem preocupantes se revelam dos mais baixos da Europa e que, por via disso, fazem deste país um destino seguro – é igualmente verdade que a avaliação do modelo, no sentido de aferir das suas virtudes e fragilidades, deve ser efetuada em períodos de «normalidade» ou, digamos, de «acalmia».

Deste modo:

- não estando os OPC's sujeitos à pressão mediática de resposta a fenómenos criminais;
- não se deparando perante grandes desafios, no que concerne ao crime altamente organizado e/ou especialmente violento; e
- considerando a respetiva intervenção de rotina, sem protocolos de atuação definidos e, portanto ou consequentemente, onde se fazem valer («meros») critérios de oportunidade;

Entendemos (não obstante a complexidade da análise, nas mais variadas envolvências) que, sob as referidas premissas, importa(ria) aferir se os diferentes modelos de intervenção têm impacto em termos qualitativos.

E representa, de igual forma, uma oportunidade de estudo, avaliar se a existência de protocolos de atuação são benéficos quanto à uniformidade e qualidade da resposta.

## 8.5 – *Policy implication*

Se partimos para esta dissertação com a ideia base que uma intervenção imediata na gestão do local do crime resultava numa maior celeridade processual, os resultados obtidos confirmam essa ideia.

No domínio legislativo não foram encontradas proibições de uma intervenção imediata, encontra-se isso sim, nuns casos limitações noutros, regulamentação. Porém não foi encontrado um quadro normativo que fomente uma intervenção mais rápida e porque não dizer que obrigue a uma maior celeridade.

Resulta deste estudo que os critérios de seleção dos crimes objeto de uma intervenção imediata – com exceção dos crimes de violência doméstica que parece

resultar de uma opção clara do legislador – resultam ou da gravidade do crime ou tão-somente da decisão do agente policial responsável pela gestão da ocorrência.

A falta de clareza nas normas, a que acresce uma inexistência de protocolos de atuação bem como uma cultura que não promove a uniformidade de procedimentos, nos diferentes serviços e departamentos policiais, leva a que se assistam a grandes disparidades no tempo gasto em inquéritos com graus de complexidade semelhantes.

É necessário olhar para o modelo de segurança, nas suas vertentes de formação e intervenção e repensar medidas que promovam uma intervenção imediata na gestão de ocorrências criminais.



# BIBLIOGRAFIA

---

Albuquerque, P. (2004). O que é a política criminal, porque precisamos dela e como a podemos construir?. *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, 14, 435-452.

Albuquerque, P. (2011). Comentário do Código de Processo Penal, à luz da Constituição da República Portuguesa e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem. Lisboa: Universidade Católica Editora.

Almeida, J. (2011). Direção do Inquérito e Relacionamento entre o Ministério Público e a Polícia Judiciária. *Investigação criminal*, 43-64.

Altavilla, E. (2007). *Psicologia Judiciária – Volume I – O Processo Psicológico e a Verdade Judiciária*. Coimbra: Edições Almedina.

Altavilla, E. (1982). *Psicologia Judiciária – Volume II – Personagens do Processo Penal*. Coimbra: Edições Almedina.

Alvim, F. (2006). *Mulheres (In)visíveis*. Relatório da Campanha Acabar com a Violência Sobre as Mulheres: Amnistia Internacional Portugal.

Andrade, M. (1992). *Sobre as proibições de prova em processo penal*. Coimbra: Coimbra Editora.

Antunes Varela, J. Miguel Bezerra e Sampaio e Nora (2004). *Manual de Processo Civil*. Coimbra: Coimbra Editora.

Bailey, W. (1984). Poverty, Inequality and City Homicides Rates. *Criminology*, 22, (4), 531-550.

Bardin, L. (2007). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Barroso, E. (2010). *Conscientização sobre o local do crime e as evidências materiais em especial para pessoal não-forense*. Nova Iorque: Nações Unidas.

Bayley, H. (1998). *What works in policing*. New York: Oxford University Press.

Beato, C., Silva, B., Tavares, R. (2008). Crime e Estratégias de Policiamento em Espaços. *Revista de Ciências Sociais*, 51, (3), 687-717.



- Beccaria, C. (1998). *Dos delitos e das Penas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Beleza, T., Pinto, F. (2011). *PROVA CRIMINAL E DIREITO DE DEFESA Estudos sobre a Teoria da Prova e Garantias de Defesa em Processo Penal*. Coimbra: Edições Almedina.
- Blumstein, A., Cohen, J. e Nagin, D. (1978). Deterrence and Incapacitation: Estimating the Effects of Criminal Sanctions on Crime Rates. *Washington D.C. National Academy Press*.
- Bodily, S. (1978). Police Sector Design Incorporating Preferences of Interest Groups for Equality and Efficiency. *Management Science*, 24 (12), 1301-1313. Consultado em Julho 29, 2012, em <http://www.jstor.org/stable/2630695>.
- Braggio, L. (2007). *Turismo e Segurança Pública*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú – SC, Brasil.
- Braz, J. (2009). *INVESTIGAÇÃO CRIMINAL A organização, o método e a prova OS DESAFIOS DA NOVA CRIMINALIDADE*. Coimbra: Edições Almedina.
- Bressan, C. (n.d.). *Mudança organizacional: uma visão gerencial*. São Paulo: Universidade de São Francisco, Bragança Paulista.
- Brown, M. (2001). *Criminal Investigation: Law and Practice*. Woburn: Butterworth-Heinemann.
- Bryman, A. e Cramer, D. (2003). *Análise de dados em Ciências Sociais: Introdução às Técnicas Utilizando o SPSS 0 para Windows*. Oeiras: Celta Editora.
- Capelli, A. (2009). *Mudança organizacional e fatores críticos de sucesso: estudo de caso no sistema FIERGS*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.
- Canotilho, G. e Moreira, V. (2014). *Constituição da República Portuguesa – Anotada*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Carvalho, J. (n.d.). Síntese comparativa entre a família de direitos da *common law* e a família de direitos *romano-germânica*. Faculdade de Direito da Universidade Nova de

Lisboa. Consultado em Fevereiro 13, 2016, em [http://www.fd.unl.pt/docentes\\_docs/ma/JCA\\_MA\\_13101.ppt](http://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/JCA_MA_13101.ppt).

Carvalho, P. (2007). *Manuel Prático de Processo Penal*. Coimbra: Almedina.

Carvalho, N. (2006). As estatísticas criminais e os crimes invisíveis. Acedido em 14 de Outubro de 2012 em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0272.pdf>

Cavaleiro de Ferreira, M. (2010). *Lições de Direito Penal*. Coimbra: Edições Almedina.

Cohen, W., Felson, M. (1979). Social Change and Crime Rate Trends: A Routine Approach. *American Sociological Review*, 28, (3), 591-605.

Correia, S. (1994). Medidas de Polícia e Legalidade Administrativa. *Polícia Portuguesa*, Ano LVIII, 87, 2.

Costa, S. (2002). *A justiça em laboratório. Análise Psicológica*. Centro de Estudos Sociais.

Cunha, D. (1977). O regime processual de leitura de declarações na audiência de julgamento (artº.s 356.º e 357.º do CPP). *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, 3, 403-443.

Cunha, D. (1993). *O Ministério Público e os Órgãos de Polícia Criminal no novo Código de Processo Penal*. Porto: UCP.

Cusson, M. (2002). *Criminologia*. Cruz Quebrada: Casa das Letras.

Dahl, R. (1975). The concept of power. *Behavioral Science*, 2, (3), 201-205.

David, R. (1996). *Os Grandes Sistemas do Direito Contemporâneo*. São Paulo: Martins Fontes.

Davis, M. (1998). *Ecology of fear: Los Angeles and the Imagination of Disaster*. Nova York: Metropolitan Books-Henry Holt.

Dias, J. (2001). *Temas Básicos de Direito Penal*. Coimbra: Coimbra Editora.

Dias, J. (2004). *Direito Processual Penal* (1ª Ed. 1974). Coimbra: Coimbra Editora.

Dias, J. e Andrade, M. (1997). *CRIMINOLOGIA O homem delinquente e a sociedade criminógena*. Coimbra: Coimbra Editora.

- Donaldson, L. (1995). *American anti-management theories of organization*. New York: Cambridge University Press.
- Dunen, V. (2004). Organização da Investigação Criminal, modelo de interação. In *III Congresso Nacional da ASFIC*, Costa da Caparica 25 a 27 de Março. ASFIC.
- Durão, S. (2008). *Patrulha e Proximidade. Uma Etnografia da Polícia em Lisboa*. Coimbra: Almedina.
- Durão, S. (2011). *Polícia, segurança e crime em Portugal: ambiguidades e paixões recentes*. Dissertação de Mestrado, Instituto Ciências Sociais, Universidade de Lisboa.
- Durkheim, E. (2007). *As regras do método sociológico*. Barcarena: Editorial Presença.
- Eck, J. (1983). *Solving crime: A study of the investigation of burglary and robbery*. Washington, DC: Police Executive Research Forum.
- Edmond, L. (1925). *L'enquete criminelle et le methods scientifiques*. Paris: E. Flammarion.
- Feichtinger, G. (1983). *A Differential Games Solution to a Model of Competition between a Thief and the Police*. *Management Science*, 29 (6), 686-699. Consultado em Julho 29, 2012, em <http://www.jstor.org/stable/2631095>.
- Fernandes, F. (1995). *Autonomia Colectiva dos Trabalhadores da Administração – Crise do modelo clássico de emprego público*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Fernandes, L. (1994). Topografia urbana do medo. *Revista do Ministério Público*, 59, 13.
- Fidalgo, A. (2011). Autorização judicial e legalidade nas buscas domiciliárias. In Beleza, T., Pinto, F. *PROVA CRIMINAL E DIREITO DE DEFESA Estudos sobre a teoria da prova e garantias de defesa em processo penal*. (pp. 161-184). Coimbra: Almedina.
- Fischer, G. (1992). *La dynamique du social – violence, pouvoir, changement*. Paris: Dunod.
- Fleck, L. (1979). *Genesis and Development of a Scientific Fact*. Chicago: The University of Chicago Press.

- Fischer, G. (1992). *A Dinâmica Social, Violência, Poder, Mudança*. Lisboa: Planeta Editora.
- Flick, U. (2005). *Métodos Qualitativos na investigação científica*. Lisboa: Monitor – Projectos e Edições.
- Fosdick, R. (1915). European Police Systems. *Journal of the American Institute of Criminal Law and Criminology*, 6 (1), 28-38. Consultado em Fevereiro 12, 2016, em <http://www.jstor.org/stable/1132660>.
- Foucault, M. (1975). *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Galeno, E. (2001). *Dias e noites de amor e guerra*. Porto Alegre: Editora L&PM.
- Garrett, F. Almeida. (2007). *Sujeição do arguido a diligências de prova e outros temas*. Porto: Fronteira do Caos Editores.
- Giddens, A. (2002). *As Consequências da Modernidade*. Oeiras: Celta Editora.
- Goldstein, H. (1990). *Problem – Oriented Policing*. New York: McGraw-Hill.
- Gomes, M. e Albuquerque, F. (2014). Mídia, medo e expansão punitiva. In Pinho, A., Deluchey, J. e Gomes, M. *Tensões Contemporâneas da Repressão Criminal*. (pp. 73-92). Porto Alegre: Editora Livraria do Advogado.
- Gomes, J. (2004). *Estudos sobre direitos fundamentais*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Gonçalves, F. (2003). Geografia e Turismo: um caminhar circunstancial. *Anais do II Simpósio Regional de Geografia "PERSPECTIVAS PARA O CERRADO NO SEC. XXI"*, Minas Gerais, 26 a 29 Novembro2003. Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de Geografia.
- Gonçalves, F. e Alves, M. (2000). *Os Tribunais, as Polícias e o Cidadão O Processo Penal Prático*. Coimbra: Almedina.
- Greene, J. (2000). Community policing in America: Chaging the nature, structure and function of the police. In J. Horney (Ed.), *Criminal Justice 2000, Vol. 3: Policies, processes, and decisions of the criminal justice system* (pp. 299-370). Washington, DC: U.S. Department of Justice.
- Greenwood, P., Chaiken, J. e Petersilia, J. (1977). *The criminal investigation process*.

Lexington, MA: D.C. Heath.

Guidugli, O. S. (1985). Crime urbano e Geografia aplicada. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 10 (19), 231-234. Consultado em Agosto 14, 2006, em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2006/estimativa.shtm?c=1>.

Gulick, L. (1937). Notes on the theory of organization. In L. Gulick & L. Urwick (Eds.), *Papers on the science of administration* (pp. 299-370). Washington, DC: U.S. Department of Justice.

Herbert, S. (2006). *Citizens, cops and power: recognizing the limits of community*. Chicago: University of Chicago Press.

Hess, K., Orthmann, C. e Cho, H. (2015). *Criminal Investigation*. Boston: Cengage Learning.

Heymann, P. (2000). The new policing. *Fordham Urban Law Journal*, 28, 407-456.

Junior, N. (2007). *Turismo Urbano e Criminalidade, Uma correlação Curitibana no Século XXI*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Paraná.

Kahan, D. (1997). Response: Between economics and sociology: The new path of deterrence. *Michigan Law Review*, 95, 2477-2497.

Koper, C. (1995). Just enough police presence: Reducing crime and disorderly behavior by optimizing patrol time in crime hot spots. *Justice Quarterly*, 12, 649-671.

Kuhn, A. e Agra, C. (2010). *Somos Todos Criminosos?*. Alfragide: Casa das Letras.

Land, K., McCall, P., Cohen, L. (1990). Structural Covariates of Homicide Rates: Are there Any Invariances across Time and Social Space?. *American Sociological Review*, 95, (4), 922-963.

Levitt, S. (1997). Using election cycles in police hiring to estimate the effect of police on crime. *American Economic Review*, 87 (3), 270-90.

Lévy, R. (1997). A crise do sistema policial francês hoje: da inserção local aos riscos europeus. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP. Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais*, 9, (1), 53-77.

- Lopes Jr., A. e Seger, M. (2014). Prova testemunhal e processo penal: a fragilidade do relato a partir da análise da fragilidade perceptiva e do fenómeno das falsas memórias. In Pinho, A., Deluchey, J. e Gomes, M. *Tensões Contemporâneas da Repressão Criminal*. (pp. 37-51). Porto Alegre. Editora Livraria do Advogado.
- Maças, M. (1999). A relação jurídica de emprego público. Tendências actuais. In *Seminário novas perspectivas de direito público*, Lisboa, IGAT.
- Machado, C. (2004). *CRIME E INSEGURANÇA Discursos do medo, imagens do «outro»*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Machado, H. (2008). *Manual de Sociologia do Crime*. Porto: Edições Afrontamento.
- Marvell, T., Moody, C. (1996). Specification problems, police levels, and crime rates. *Criminology*, 34 (4), 609-46.
- Mata, P. (2004). *A livre apreciação da prova e o dever de fundamentação da sentença*. Coimbra: Almedina.
- McCabe, J. (2008). What Works in Policing? The Relationship Between Drug Enforcement and Serious Crime. *Police Section of the Academy of Criminal Justice Sciences*, 11 (3), 289-314. Consultado em Outubro 22, 2012, em <http://pqx.sagepub.com/content/11/3/289>.
- McCaffrey, G. (1912). The Boston Police Department. *Journal of the American Institute of Criminal Law and Criminology*, 2 (5), 672-690. Consultado em Julho 29, 2012, em <http://www.jstor.org/stable/1132827>.
- Mendes, P. (2004) As Proibições de Prova no Processo Penal. In M.F. Palma, *Jornadas de Direito Processual Penal e Direitos Fundamentais* (pp. 133-154). Coimbra. Almedina.
- Menezes, S. (2011). Direito ao silêncio: a verdade por trás do mito. In Beleza, T., Pinto, F. *PROVA CRIMINAL E DIREITO DE DEFESA Estudos sobre a teoria da prova e garantias de defesa em processo penal*. (pp. 117-136). Coimbra. Almedina.
- Mesquita, P. (2003). *Direção do Inquérito Penal e Garantia Judiciária*. Coimbra: Coimbra Editora.

Mesquita, P. (2006). Política criminal e *reforma do ministério público*. *Revista do Ministério Público Coimbra*, 108, 77.

Mesquita, P. (2011). *A Prova do Crime e o que se disse antes do Julgamento*. Coimbra: Coimbra Editora.

Monjardet, D. (1996). *Ce que fait la police, sociologie de la force publique*. Paris: La Découverte.

Monteiro, F. (2009). O problema da verdade em direito processual penal (considerações epistemológicas). Discursos do Simpósio em Homenagem a Jorge Figueiredo Dias, por ocasião dos 20 anos do Código de Processo Penal Português. Braga: Escola de Direito da Universidade do Minho: 321-331.

Moura, J. (2006). *Direito ao assunto*. Coimbra: Coimbra Editora.

Muniz, J. (2014). Jogando o jogo democrático da segurança pública: procedimentos, transparência e responsabilização policiais. In Pinho, A., Deluchey, J. e Gomes, M. *Tensões Contemporâneas da Repressão Criminal*. (pp. 147-157). Porto Alegre. Editora Livraria do Advogado.

Nações Unidas. (2010). *Manual para a consciencialização sobre o local de crime e evidências materiais em especial*. Nações Unidas: Nova York.

Oliveira, L. (2011). Da autonomia do regime das proibições de prova. In Beleza, T., Pinto, F. *PROVA CRIMINAL E DIREITO DE DEFESA Estudos sobre a teoria da prova e garantias de defesa em processo penal*. (pp. 257-290). Coimbra. Almedina

Oliven, R. (1980). A violência como mecanismo de dominação e como estratégia de sobrevivência. *Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro*, 371-376.

Paixão, A., Beato F., C. (1997). Crimes, vítimas e policiais. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, 9, (1), 233-248.

Pereira, A. (n.d.). *As perícias na Polícia Judiciária*. Porto: Directoria do Norte.

Pinto, A. (2008). *A celeridade no Processo Penal: o Direito à Decisão em Prazo Razoável*. Coimbra: Coimbra Editores.

Pinto, L. (2011). Privilégio contra a auto-incriminação versus colaboração do arguido. Case-study: revelação coactiva da password para a descriptação de dados – resistance

- is futile?. In Beleza, T., Pinto, F. *PROVA CRIMINAL E DIREITO DE DEFESA Estudos sobre a teoria da prova e garantias de defesa em processo penal*. (pp. 91-116). Coimbra: Almedina.
- Pocinho, M. (2009). *Estatística Volume I*. Coimbra: Instituto Superior Miguel Torga.
- Ramonet, I. (1999). *A teoria da comunicação*. (pp. 7). Porto: Campo das Letras.
- Ricoeur, P. (1997). *O Justo ou a Essência da Justiça*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Robert, P. (2002). *O cidadão, o crime e o estado*. Lisboa: Notícias Editorial.
- Rosenbaum, D. (2002). A Mudança no Papel da Polícia: Avaliando a Transição para o Policiamento Comunitário, In Broudeur, J. *Como Reconhecer um Bom Policiamento*. São Paulo. Edusp.
- Roxin, C. (2006). *Problemas fundamentais de direito penal*. Lisboa: Veja.
- Santos, B. (2002). *As reformas processuais e a criminalidade da década de 90*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais.
- Santos, G. (2014). *Princípios e prática processual penal*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Santos, V., Silva, J. (2006). A Influência da Violência e Criminalidade na Demanda Turística na Cidade do Rio de Janeiro. In IV Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul (Coord.) *Segurança e Riscos Turísticos como Responsabilidade Social e Coletiva, Caxias do Sul, 7 e 8 de Julho de 2006*. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul.
- Soares, E. (2005). *Metodologia Científica lógica, epistemologia e normas*. São Paulo: Atlas Editora.
- Sherman, L., Gartin, P., Buerger, M. (1989). Hot Spots of Predatory Crime: Routine Activities and the Criminology of Place. *Criminology*, 27, (1), 27-55.
- Silva, F. (2001). *Turismo e Identidade local, uma visão antropológica*. (pp. 175-193). Campinas: Papirus.
- Silva, G. (2011). *Curso de Processo Penal II*. Lisboa: Verbo Editora.
- Silva, G. (2008). *Curso de Processo Penal III*. Lisboa: Verbo Editora.
- Silveira, M. (1998). Políticas de desenvolvimento e sustentabilidade: Possibilidades e



perspetivas com base no turismo. Curitiba: Editora UFPR.

Stein, M., Nygaard, M. (2003). A memória em julgamento: uma análise cognitiva dos depoimentos testemunhais. *Revista Brasileira de Ciências Criminais – IBCCRIM*, 43, 153.

Sternberg, R. (2000). *Psicologia cognitiva*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Sullivan, J. (1916). Police Reform. *Journal of the American Institute of Criminal Law and Criminology*, 7 (2), 294-295. Consultado em Fevereiro 12, 2016, em <http://www.jstor.org/stable/1134082>.

Taylor, F. (1911). *The principles of scientific management*. New York: Harper.

Valente, M. (2006). *Regime Jurídico da Investigação Criminal* (3ª ed.). Coimbra: Almedina.

Viana, C. (2007). O conceito de funcionário público – tempos de mudança?. *Revista de Estudos Politécnicos*, 8, 7-34. Instituto Politécnico do Cádavo e do Ave.

Visher, C., Weisburd, D. (1998). Identifying what works: Recent trends in crime. *Crime, Law and Social Change* 28: 223-42.

Waldeck, S. (2000). Cops, community policing, and the social norms approach to crime control: Should one make us more comfortable with the others? *University of Georgia Law Review*, 34, 1253-1309.

Weisburd, D., Eck, J. (2004). What Can Police Do to Reduce Crime, Disorder, and Fear?. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 593:42. Consultado em Outubro 8, 2012, em <http://ann.sagepub.com/content/593/1/42>.

Wilson, J., Boland, B. (1982). The Effect of the Police on Crime. *Law & Society Review*, 12, (3), 367-390.

Wilson, J., Kelling, G. (1982). Broken Windows: The police and neighborhood safety. *Atlantic Monthly*, 29-38.

Woods, A. (1915). Police Administration. *Journal of the American Institute of Criminal Law and Criminology*, 5 (3), 54-61. Consultado em Fevereiro 12, 2016, em <http://www.jstor.org/stable/1193400>.

Zhao, J., Thurman, Q., Ren, L. (2008). An Examination of Strategic Planning in American Law Enforcement Agencies; *A National Study*. Police Section of the Academy of Criminal Justice Sciences 11 (1), 3-26. Consultado em Outubro 22, 2012, em <http://pqx.sagepub.com/content/11/13>

## JURISPRUDÊNCIA

Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 195/94 Série I de 24 de Agosto de 1994, Processo n.º 479/94.

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto n.º JTRP00040112 de 7 de Março de 2007, 2ª Secção Criminal.

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 30 de Janeiro de 1990, IN Coletânea de Jurisprudência, ano XV, tomo 1, p. 181.

Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 29 de Maio de 2008, Processo n.º 3710/08.

## LEGISLAÇÃO

Constituição da República Portuguesa. 2003. 5ª Revisão Constitucional. Almedina. Coimbra.

Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 10 de Dezembro de 1948

Decreto-Lei n.º 9/2007 de 17 de Janeiro. Aprova o regulamento geral do ruído.

Decreto-Lei n.º 15/1993 de 22 de Janeiro. Aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas.

Decreto-Lei n.º 299/2009 de 14 de Outubro. Aprova o Estatuto do Pessoal com Funções Policiais da Polícia de Segurança Pública

Lei n.º 5/95, de 21 de Fevereiro Obrigatoriedade do Porte de Documento de Identificação

Lei n.º 5/2006 de 23 de Fevereiro. Aprova o regime jurídico das armas e munições.

Lei n.º 8/1997 de 12 de Abril. Regulamenta o uso de armas em recintos desportivos.

Lei n.º 17/2008 de 23 de Maio. Aproveita a Lei-Quadro da Política Criminal.

Lei n.º 26/2010 de 30 de Agosto. Aprova a décima nona alteração ao Código de Processo Penal.

Lei n.º 36/1998 de 24 de Julho. Aprova a lei de saúde mental.

Lei n.º 49/2008 de 27 de Agosto. Aprova a Lei de Organização da Investigação Criminal.

Lei n.º 53/2007 de 31 de Agosto. Aprova a Orgânica da Polícia de Segurança Pública.

Lei n.º 53/2008 de 29 de Agosto. Aprova a Lei de Segurança Interna.

Lei n.º 57/1998 de 18 de Agosto. Aprova os princípios gerais de organização e funcionamento da identificação criminal.

Lei n.º 65/78, de 13 de Outubro aprova a Convenção Europeia dos Direitos do Homem

Lei n.º 72/2013 de 3 de Setembro. Aprova o código da estrada.

Lei n.º 112/2009 de 16 de Setembro. Aprova o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à protecção e à assistência às suas vítimas.

## PARECERES

Parecer Conselho Consultivo da PGR n.º P000642006, citando Paulo Dá Mesquita, 2006.

Parecer do Conselho Consultivo da PGR número convencional PGRP00002619, relator Mário Serrano de 02.06.2005

Parecer do Conselho Consultivo da PGR número 1/2008, relator Alberto Remédios de 03.02.2005, <http://digestoconvidados.dre.pt/digesto/pdf/LEX/147/230521.PDF> DR, II Série, de 11 de Janeiro de 2008